ISSN 2317-3246

# VINTE E UM ANOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

## EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO

Dilvo Ristoff

Cadernos do GEA, n. 3, jan.-jun. 2013

# SUMÁRIO

# EDITORIAL

*André Lázaro*

A FLACSO-Brasil apresenta com muito orgulho este terceiro número dos *Cadernos do GEA*, integralmente dedicado à análise de dados do Censo da Educação Superior de 1991 a 2011. São vinte e um anos de informações que revelam parte expressiva do que vem ocorrendo nesse nível educacional em nosso país. No estudo estão analisadas as instituições, quantas são, onde atuam, sua natureza administrativa e acadêmica, como evoluíram no período considerado. Também se analisam os cursos, as matrículas e os concluintes. A análise conduz a conclusões que podem contribuir para a avaliação do que tem sido a política, ou melhor dizendo, as políticas para educação superior, visto que há uma nítida mudança de direção no início do século XXI que, todavia, não foi suficiente para alterar de modo significativo o conjunto de dados recolhidos.

Esta edição dos *Cadernos* atende, portanto, a um dos objetivos do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior (GEA), que é o de promover a mais ampla divulgação de dados e informações de modo a contribuir com o debate informado sobre as políticas educacionais em nosso país.

A mudança de direção na política justifica a decisão tomada na organização deste volume dos *Cadernos do GEA*. Além da sistematização e análise ampla dos dados, elaborada por Dilvo Ristoff no estudo "Vinte e Um Anos de Educação Superior: Expansão e Democratização", a publicação conta com uma apresentação de Laura Tavares intitulada "O papel da rede federal na expansão e na reestruturação da educação superior pública no Brasil". A implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a expansão da rede de educação profissional e tecnológica pela criação dos institutos federais são motivos para que estes sejam destacados, inclusive pela responsabilidade da União, por determinação constitucional, com esse nível de ensino.

Um dos primeiros aspectos a ser destacado é a própria existência e regularidade da coleta de dados sobre educação superior pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nunca será demais homenagear este grande educador, cuja visão de longo prazo nos permite hoje contar com instituições como o Inep e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgãos fundamentais para as políticas públicas de educação em nosso país. A partir das informações coletadas pelo Inep, sistematizadas e consolidadas em centenas de planilhas por Sabrina Medeiros, Dilvo Ristoff elaborou suas análises.

Os dados coletados durante o período são bastante reveladores das tendências e tensões que têm atuado nesse nível educacional e têm lhe dado a forma que encontramos hoje. Salta aos olhos o peso crescente que o setor privado vem assumindo em todas as dimensões. O trabalho de Dilvo Ristoff destaca alguns aspectos: do ponto de vista das instituições, 88% do total pertencem ao setor privado; o crescimento se deu principalmente após a LDB (1996); e a maior parte do total delas (59%) são de pequenas faculdades isoladas que atendem a até mil matrículas.

Quando se examinam os cursos no período considerado, a mesma superioridade quantitativa do setor privado esconde um aspecto importante: embora sejam 88% das instituições, 74% das matrículas, o setor privado oferece 68% dos cursos, indicando concentração em áreas de conhecimento que podem ser mais rentáveis e lucrativas. Assim, os cursos de Direito e Administração, por exemplo, concentram 42% de todas as matrículas de graduação. Oxalá essa concentração contribua para que o país seja mais justo e que sua administração, pública e privada, seja mais eficiente.

Nota-se também o forte crescimento de cursos na modalidade a distância que, entre 2007 e 2011, como destaca o autor, cresceram 156%, contra 25% dos cursos de modalidade presencial. Outra característica marcante que observa é o fato de que mais de 65% dos cursos são ofertados por instituições autônomas (universidades, centros universitários e institutos federais de educação tecnológica), o que significa que o MEC tem baixa ingerência na decisão sobre a abertura de cursos e oferta de vagas.

No período recortado, as matrículas na educação superior cresceram 330%. Esse número expressivo, no entanto, não significou que o país tenha alcançado a meta quantitativa de 30% de taxa líquida para a faixa etária de 18 a 24 anos prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010. O crescimento ao longo desses vinte e um anos deu-se por meio da expansão do setor privado que, já em 1980, atendia a 64% das 1,3 milhão de matrículas existentes. Em 1998, passados quase vinte anos, o setor privado detinha a fatia de 62% das então 2,1 milhões de matrículas. Agora, em 2011, das 6,7 milhões de matrículas registradas no Censo da Educação Superior, 4.96 milhões, ou seja, 74%, correspondem ao setor privado.

A presença majoritária do setor privado na educação superior tem grandes implicações tanto para a articulação desse nível de ensino com a agenda nacional quanto para o atendimento da população jovem, cujo acesso fica submetido, em grande parte, às condições financeiras a que a grande maioria de nossos jovens não atende. "O contingente de estudantes de graduação matriculados em 2011 (6.739.689) representa uma taxa líquida de escolarização (17,3%) muito abaixo dos 30% preconizados no último PNE", observa Ristoff. No entanto, continua, "cerca de 600 mil matriculados na educação superior brasileira (8,9%) tem mais de 40 anos", o que significa que há uma demanda pela população adulta de acesso à educação superior, que torna ainda mais distante a meta da taxa líquida proposta, pois só considera a faixa etária de 18 a 24 anos.

A análise do autor sobre as matrículas revela aspectos importantes: "mulheres são maioria absoluta na graduação brasileira

em toda a série histórica analisada, representando, em 2011, 57% do total"; e, embora as universidades sejam apenas 8% do total de instituições de educação superior, elas detêm 54% das matrículas. Outro achado relevante, como sublinha, é que a oferta regional de vagas está mais próxima da distribuição da população pelo território nacional. Por outro lado, o setor público vinha perdendo participação na oferta de vagas noturnas. Somente nos dois últimos anos da análise voltou a crescer a oferta de vagas em cursos noturnos na esfera federal, mantendo-se o setor estadual praticamente estagnado tanto nesse como também em outros aspectos. Os últimos dois anos também registram o crescimento efetivo de matrículas do setor público de educação superior: "em 2010, o setor privado cresceu 6,9% e o público, 7,8%; em 2011, o setor privado cresceu 4,9% e o público, 7,9%;". Considerando, no entanto, que a base de cada um tem ordem de grandeza distinta, a diferença de crescimento não gera volume suficiente para indicar uma mudança de tendência.

Nesse ponto, a apresentação de Laura Tavares procura destacar dados relevantes na rede federal de educação superior para a análise das políticas em curso. Como observa: "Na década de 1991 a 2001, houve uma diminuição no número de instituições públicas: de 222 para 183, com uma queda da ordem de 17,6%. Já na década seguinte, entre 2001 e 2011, verifica-se um aumento de 183 para 284, o equivalente a expressivos 55,2% de crescimento". As observações da pesquisadora, a partir dos dados do Censo, destacam aspectos quantitativos e qualitativos: "A interiorização das universidades e dos *campi* também proporcionou uma elevação no número de municípios atendidos por universidades federais: de 114 para 272, com um crescimento de 138%". Não se trata apenas de mais instituições, mas de lhes atribuir um papel estratégico para o país e gerar, por meio das políticas de expansão, uma nova qualidade para o desenvolvimento brasileiro. A autora chama a atenção para indicadores de uma nova tendência, em que o setor federal busca recuperar sua liderança de qualidade acadêmica e de visão política para orientar o papel estratégico desse nível de ensino.

A análise dos concluintes, portanto, oferece dados, entre eles uma crescente redução da proporção entre ingressantes e concluintes, que deve motivar profunda reflexão. Observa Ristoff: "dados revelam que dos 447.929 ingressantes na educação superior brasileira de 1991, apenas 245.887 (55%) graduaram-se quatro anos mais tarde" e que "gerações mais recentes vêm enfrentando mais dificuldades para se graduarem, chegando em 2011 com uma taxa de sucesso de apenas 44%". Seria interessante que as instituições se dedicassem a avaliar os percursos acadêmicos e atuar de modo mais direto nas múltiplas causas de evasão, abandono e desistência que atingem nossos estudantes. Uma combinação de motivos, que vão desde a escolha precoce de carreiras até a dificuldades financeiras e de aprendizado, afasta muitos jovens de seus sonhos e priva o país de talentos imprescindíveis.

Iniciativas como a Universidade Nova, proposta por Naomar Almeida Filho quando Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), partem exatamente do reconhecimento de desafios dessa natureza para propor alternativas profundas e criativas na organização das estruturas acadêmicas universitárias. Não se trata de repetir que há um custo econômico nesta baixa taxa de conclusão: antes de tudo, há vidas, esperanças, capacidades que precisam encontrar nas instituições o cuidado, interesse e medidas para evitar que se naturalize essa alta proporção de desistências.

Este terceiro número dos *Cadernos do GEA* terá cumprido sua função na medida em que puder colaborar para a informação, a análise, o debate e as decisões sobre políticas adequadas à educação superior em nosso país. Os estudos aqui reunidos fortalecem a convicção de que é necessário ampliar os investimentos públicos – federais e estaduais –, promover a distribuição territorial das instituições e garantir o acesso e a permanência dos grupos historicamente excluídos, como as populações de baixa renda, pretos, pardos e indígenas e população do campo. Enfim, é preciso prosseguir e ampliar a criação de oportunidades para que os jovens brasileiros, de diferentes origens e regiões, possam alcançar seus sonhos e realizar o potencial de que tanto necessita o país.

O número seguinte dos *Cadernos do GEA*, que dá continuidade a este, traz cuidadosa análise elaborada também por Dilvo Ristoff sobre os dados do Questionário Socioeconômico (QSE) de dois ciclos do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), de 2004 a 2009. A partir desse precioso conjunto de informações, destaca aspectos relativos a cor, níveis de renda, origem escolar, condição de ser estudante trabalhador e a escolaridade dos país dos nossos estudantes. No momento em que se inicia um novo ciclo de ações afirmativas, com a adoção das cotas determinadas pela Lei nº 12.711/2012, o trabalho contribui para o desenho de linhas de base a partir das quais poderemos acompanhar a direção e a velocidade das políticas de democratização da educação superior em nosso país.

Por fim, em nome da FLACSO-Brasil, agradecemos aos professores Dilvo Ristoff e Laura Tavares pela realização deste trabalho, que contou com a parceria do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP/UERJ) e o apoio decisivo da Fundação Ford.

# APRESENTAÇÃO

## O PAPEL DA REDE FEDERAL NA EXPANSÃO E NA REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO BRASIL

*Laura Tavares Soares*[1]

Na análise da expansão das IES públicas no período 1991 a 2011, feita a partir dos dados do Censo de Educação Superior, vale a pena registrar dois comportamentos opostos. Na década de 1991 a 2001, houve uma diminuição no número de instituições públicas: de 222 para 183, com uma queda da ordem de 17,6%. Já na década seguinte, entre 2001 e 2011, verifica-se um aumento de 183 para 284, o equivalente a expressivos 55,2% de crescimento.

Cabe aqui analisar o quanto desse aumento se deu no período de 2003 a 2011, no qual ocorre uma mudança na política de ensino superior, sobretudo a partir de 2007, com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

De 2003 a 2010, houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa uma ampliação de 31%; e de 148 *campi* para 274 *campi*/unidades, com um crescimento de 85%. A interiorização das universidades e dos *campi* também proporcionou uma elevação no número de municípios atendidos: de 114 para 272, com um crescimento de 138%.[2]

As características mais importantes dessa expansão são a *interiorização* e a *redistribuição regional* – reduzindo a histórica desigualdade na oferta de vagas no ensino superior. As novas universidades e os novos *campi* se situam nas regiões do interior do Brasil, antes desassistidas, com destaque para as regiões Norte e Nordeste.

Dados atualizados[3] mostram que de um total de 321 novos *campi*, 31 estão na região Centro-Oeste; 89, no Nordeste; 57, no Norte; 81, no Sudeste; e 63, no Sul. Se somarmos o Norte e o Nordeste, temos 146 novos *campi*, representando quase a metade do total (45,5%).

O quadro abaixo mostra a expansão das universidades, dos *campi/*unidades e a cobertura de municípios, com destaque para o aumento realizado em 2010 e a expansão prevista para 2014 (com mais 4 universidades, 47 *campi* e mais 47 municípios atendidos).[4]

[1] Pesquisadora e membro do Conselho Acadêmico da FLACSO/Brasil. Foi Professora (1979-2013) e Pró-reitora de Extensão (2005-2011) da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

[2] Cf. "Análise sobre a expansão das universidades federais – 2003 a 2012". Relatório da comissão constituída pela Portaria do MEC nº 126/2012. Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81. A referida comissão contou com representantes da Secretaria de Educação Superior (Sesu)/MEC, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81.

[3] Disponível em: http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/S.

[4] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao/.

**TABELA 1**
**EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES, DOS *CAMPI*/UNIDADES E DOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS, INCLUINDO A EXPANSÃO PREVISTA PARA 2014**

| ANOS | UNIVERSIDADES | *CAMPI*/UNIDADES | MUNICÍPIOS ATENDIDOS |
|---|---|---|---|
| 2003 | 45 | 148 | 114 |
| 2010 | 59 (14 NOVAS) | 274 (126 NOVOS) | 230 |
| 2014 | 63 (4 NOVAS) | 321 (47 NOVOS) | 275 |

Fonte: MEC/Sesu.

Vale a pena introduzir aqui um dado sobre a evolução histórica da criação de universidades federais no Brasil. Entre 1919 até 2002, foram criadas 45 universidades – sendo 11 no período de 1956 a 1961. Depois de um longo tempo, em que o crescimento das IES deu-se principalmente no setor privado, em oito anos, no período de 2003 a 2010, 14 novas universidades federais foram criadas.[5]

A expansão das universidades e *campi* federais no período de 2003 a 2011 propiciou um crescimento de aproximadamente 111% na oferta de vagas nos cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino (Ifes): de 109.184 para 231.530. No entanto, há uma grande diferença entre os períodos 2003-2007 e 2007-2011, sendo este último o da concepção e implementação do Reuni. Entre 2003 e 2007 houve um incremento de 30.691mil vagas (com um crescimento de 28,12%); porém, o crescimento exponencial da expansão das vagas nos cursos de graduação presencial nas Ifes aconteceu de 2007 até 2011, com um aumento de 91.655 vagas e uma taxa de crescimento de 65,53% (taxa inédita na história da evolução das vagas públicas federais no Brasil).[6]

Reflexo das políticas de expansão das vagas nas Ifes de 2003 a 2011 é a evolução das matrículas nos cursos de graduação presencial, que atingiu um aumento aproximado de 60%. Além da graduação presencial, houve um avanço significativo das matrículas, em torno de 90%, nos programas de pós-graduação *stricto sensu*; bem como uma ampliação superior a 520% nas matrículas nos cursos de graduação na modalidade a distância – consequência da criação, em 2006, da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Com isso, o número total de matrículas no ensino superior público federal (nas modalidades de graduação presen-

[5] Cf.: "Análise sobre a expansão das universidades federais – 2003 a 2012". Op.cit., p.25.

[6] Id.ib., p.12.

cial e a distância) e nos programas de pós-graduação praticamente dobrou (até 2011).[7]

Do ponto de vista de crescimento de matrículas, segundo o Inep,[8] as Ifes, pelo segundo ano consecutivo, apresentaram a maior taxa proporcional. De 2009 para 2010, houve aumento de 11,8% no número de matrículas nas Ifes, o que representa quase o dobro do aumento das IES privadas (ver Gráficos 1 e 2).

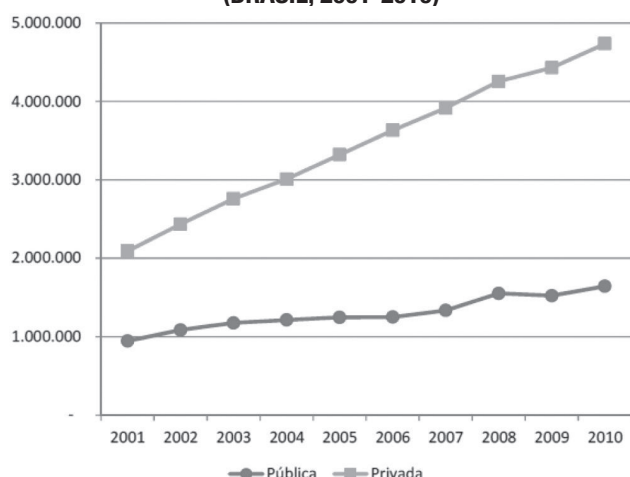
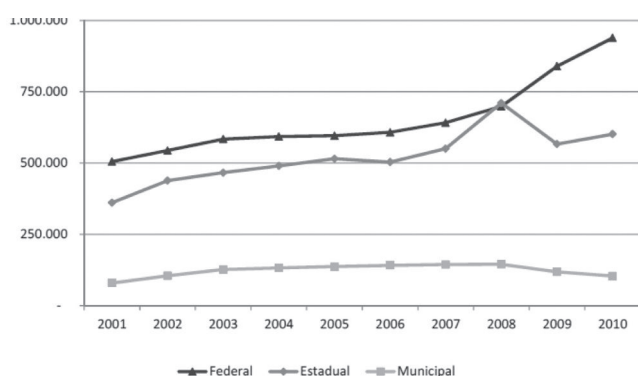
**GRÁFICO 1**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS PÚBLICAS E PRIVADAS**
**(BRASIL, 2001-2010)**

Fonte: MEC/Inep.

**GRÁFICO 2**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS PÚBLICAS:**
**FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS**
**(BRASIL, 2001-2010)**

Fonte: MEC/Inep.

A análise da qualidade dessa expansão poderia ser feita por muitos indicadores. No entanto, pode-se inferir, pela expansão do número de docentes, técnico-administrativos e recursos – especialmente a partir do Reuni – que a mesma não foi prejudicada – ao menos do ponto de vista quantitativo.

[7] Id.ib., p.13.

[8] MEC/Inep. Censo da Educação Superior 2010. Brasília, outubro de 2011.

O número de docentes entre 2003 e 2012 passou de 49.851 para 71.247, representando uma taxa de crescimento aproximada de 43%. Houve um grande salto no número de docentes efetivos, com a autorização de 21.786 novas vagas docentes e a consequente redução de 64% de docentes substitutos. Esse movimento pode ser compreendido como uma estratégia para qualificar o ensino na educação superior, uma vez que a contratação de professores efetivos garante a constituição de um coletivo mais compromissado com o ensino, a pesquisa e a extensão. Houve também uma ampliação aproximada de 22% no quantitativo de professores visitantes.[9]

Ao considerar-se a titulação dos docentes também como indicador de qualidade, observa-se que em 2003 as Ifes contavam com 6,55% de docentes apenas com a graduação, 10,33% eram especialistas, 32,47% eram mestres e 50,95% eram doutores. Em 2012 esses números passaram por uma grande modificação, com a redução do número de docentes somente graduados para apenas 2,01% e docentes especialistas para 3,75%. Entretanto, a maior diferença aconteceu entre os docentes mestres e doutores, com a redução para 25,45% do quantitativo de mestres e um crescimento relevante no número de doutores, alcançando o percentual de 68,78%. O grande destaque deve ser dado ao aumento de mais de 35% no quantitativo de doutores nas Ifes no período de 2003 a 2012.[10]

Com relação aos servidores técnico-administrativos, estes passaram de 85.243 em 2003 para 98.364 em 2012, com um incremento aproximado de 16%. É a partir de 2010 que se verifica um aumento significativo nas contratações. Além das novas vagas para concurso público, o novo Quadro de Referência do Servidor Técnico-Administrativo (QRSTA) permitiu a reposição automática das vagas originárias de vacâncias (aposentadorias, óbitos, exonerações e outros). Vale a pena mencionar que essa reposição automática também passou a funcionar para as vagas docentes em caso de vacância, o que permitiu que as universidades federais recuperassem as vagas perdidas na década de 1990.

As despesas com as universidades federais tiveram um incremento entre 2003 e 2012 de 15,6 bilhões de reais,[11] representando uma taxa de crescimento de 151,5% no período (com uma taxa média anual de 16,83% – muito acima das taxas médias de crescimento e de inflação do país). Pode-se utilizar uma comparação como parâmetro: o crescimento de recursos representa mais do dobro do crescimento observado no número de vagas em cursos de graduação (de 65,5% até 2012). Essa proporção de aumento de recursos para as universidades federais também não tem precedentes. Não se afirma aqui a suficiência ou não desses recursos: seria necessário averiguar os dados por instituição de acordo com suas taxas de expansão e as suas demandas específicas.

[9] Id.ib., p.9.

[10] Id.ib., p.10.

[11] Normalizados pelo IPCA médio. Cf. "Análise sobre a expansão das universidades federais – 2003 a 2012". Op.cit., p.8.

A divisão dos recursos entre investimento e custeio pode ser vista na Tabela 2.

**TABELA 2**
**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROGRAMA DE EXPANSÃO (2005-2012)**

| Ano | Custeio | Investimento | Total |
|---|---|---|---|
| 2005 | 2.640.396 | 64.840.709 | **67.481.106** |
| 2006 | 52.279.785 | 331.778.298 | **384.058.083** |
| 2007 | 73.154.311 | 366.877.394 | **440.031.705** |
| 2008 | 177.551.293 | 759.881.047 | **937.432.341** |
| 2009 | 332.843.609 | 1.283.763.854 | **1.616.607.463** |
| 2010 | 535.092.380 | 1.210.613.309 | **1.745.705.690** |
| 2011 | 890.924.058 | 1.922.229.625 | **2.813.153.683** |
| 2012 | 1.041.007.761 | 950.818.403 | **1.991.826.164** |
| **Total Geral** | **3.105.493.594** | **6.890.802.640** | **9.996.296.234** |

Fonte: MEC/Sesu.

Para se ter uma idéia aproximada dos investimentos realizados nesse período, a Tabela 3 indica as obras realizadas, com destaque para os novos laboratórios e salas de aula, além de 33 novas moradias e 61 novos restaurantes universitários. Aqui foram incluídas as 1.588 obras concluídas, não sendo computadas as obras ainda em construção.

**TABELA 3**
**NÚMERO DE OBRAS CONCLUÍDAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (2003 A 2012 EM M²)**

| TITULAÇÃO | NÚMEROS | M² |
|---|---|---|
| **TOTAL** | **1.588** | **3.065.735,17** |
| **Laboratórios** | 368 | 321.055,11 |
| **Salas de aula** | 292 | 550.025,41 |
| **Bibliotecas** | 43 | 58.414,97 |
| **Restaurantes** | 61 | 67.671,35 |
| **Moradias** | 33 | 38.174,12 |
| **Espaços administrativos** | 182 | 181.552,70 |
| **Áreas multifuncionais** | 260 | 770.724,22 |
| **Apoio à comunidade** | 67 | 47.231,43 |
| **Áreas esportivas** | 43 | 107.050,97 |
| **Auditórios** | 27 | 44.169,92 |
| **Infraestrutura** | 212 | 879.664,97 |

Fonte: MEC/Sesu.[12]

[12] Cf. "Análise sobre a expansão das universidades federais – 2003 a 2012". Op.cit., p. 20.

Um elemento muito importante, e ainda deficitário frente à expansão no número de matrículas, apesar do aumento de recursos, é a chamada assistência estudantil. Em 2007, a partir do Reuni, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que tem por objetivo "promover a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social nas universidades federais e viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico".[13] Esse programa foi efetivamente implementado a partir de 2008 e os recursos utilizados mostraram um aumento da ordem dos 300% até 2012, passando de R$ 126.301.633,00 para R$ 503.843.628,00.

O volume de benefícios concedidos por intermédio de ações que contemplem moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, ampliando a abrangência das políticas de assistência estudantil, apresentou um crescimento expressivo entre 2008 e 2012 da ordem de 544% (passando de 198.000 para 1.078.000 benefícios).[14]

Ao considerar que as políticas de expansão foram acompanhadas por políticas de democratização do acesso torna-se imprescindível uma política ampliada de assistência estudantil frente à enorme disparidade de renda existente no nosso país.

A partir da análise dos dados e informações aqui apresentados, pode-se tirar algumas conclusões a respeito do papel da expansão da Educação Superior pública através das Ifes.

A primeira delas é que a *interiorização*[15] promovida por essa expansão assume uma enorme relevância, trazendo mudanças históricas na direção de uma justiça distributiva nas vagas de educação superior, em um país com desigualdades regionais estruturais; possibilitando o inédito acesso de jovens que moram em regiões distantes dos grandes centros e que se "auto excluíam" dos antigos vestibulares; emprestando a essas novas universidades um rosto totalmente diferente daquele que estamos acostumados a ver nas antigas universidades federais das capitais e grandes cidades; além do papel que essas universidades assumem no desenvolvimento regional. Já são visíveis as mudanças sociais e econômicas ocorridas nessas regiões distantes com a chegada de uma universidade pública. Há uma evidente mudança na relação dessas universidades com a população dessas regiões, especialmente pelas atividades de pesquisa e extensão, trazendo também um benefício enorme na formação dos nossos estudantes, fato qualitativo da maior importância. Para os jovens que aí residem, a possibilidade de refletir e mudar a sua própria realidade, junto com a da sua comunidade ou região. Para os que vêm de fora, a possibilidade de entrar em contato com outras realidades, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais e regionais em nosso país.

Por outro lado, nas universidades já existentes, mais tradicionais por sua natureza mais elitista e pelo baixo relacionamento com realidades adversas, indicando uma baixa participação nas ne-

[13] Id.ib., p.21.

[14] Id.ib., p.23.

[15] "Estabelecer e implantar medidas que visem diminuir a desigualdade de oferta de cursos e vagas de graduação e pós-graduação em termos regionais e de interiorização". Programa de Educação. Primeiro Governo Lula.

cessárias mudanças sociais em nosso país, a resistência à mudança ainda é alta. Tanto em relação à expansão quantitativa, sob o falso argumento do "mérito" (conceito construído sob forte hegemonia ideológica sobre o papel da universidade), alegando que o aumento do número de alunos necessariamente provocará uma "queda da qualidade"; quanto em relação à (urgente e necessária) reestruturação pedagógica dos cursos universitários e da formação universitária *lato sensu.* Essas universidades ainda mantêm a "departamentalização" do conhecimento, isolado e fragmentado em cursos fechados em si mesmos, sem uma formação humanista e universal (como o próprio adjetivo universitário indica) que seja comum a todos os estudantes. Se não fossem por algumas atividades de pesquisa multidisciplinares e, principalmente, pelas atividades de extensão, os alunos mal conheceriam colegas de outros cursos e seriam incapazes de pensar e criticar a realidade em sua totalidade e complexidade.

Algumas dessas antigas universidades, a partir do movimento de reestruturação e expansão, tiveram a coragem (como a UFBA) de promover mudanças radicais na suas estruturas curriculares e organizacionais. Mas as mudanças nesse sentido foram muito mais implementadas nas novas universidades: elas já nasceram sob o signo da mudança, apesar de algumas resistências localizadas. Essas resistências são provenientes, inclusive, dos próprios jovens doutores formados, ainda, em cursos de pós-graduação estanques, que não lhes dão uma visão inter e transdisciplinar. Além de certa resistência desses professores doutores em dar aulas na graduação, tanto pela sua insuficiente formação e experiência para ser professor, quanto pela expectativa de trabalhar apenas em pesquisa (ainda vista de modo isolado, e não integrada às atividades curriculares da graduação) e na pós-graduação. Os programas de bolsas Pibic e Pibid e os programas de bolsas da extensão ainda não dão conta da necessária integração dessas atividades na grade curricular da graduação, garantindo sua necessária universalização para promover uma formação universitária mais ampla e igual para todos. Afinal, são as atividades de extensão e pesquisa, previstas na Constituição e na LDB que garantem a grande diferença entre as universidades públicas e as instituições privadas. As atividades de ensino nas públicas são melhores? Sem dúvida. Mas não garantem isoladamente a formação universitária pela qual o povo brasileiro paga caro.

Finalmente, e não menos importante, apesar dos expressivos números apresentados aqui, relativos apenas à expansão federal (é preciso com urgência estudos sobre a expansão das universidades públicas estaduais, injustamente excluídas do Reuni), a proporção de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos que estudam nas universidades públicas ainda é ínfima: na faixa dos 5%, quando a população entre 18 e 24 anos que estuda no ensino superior é de 21%.[16] Se comparado a outros países da América Latina (como Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, entre outros), o Brasil, considerado a potência da América do Sul, ainda está muito longe de se irmanar com os países do continente em matéria de acesso à educação superior pública, mesmos os considerados menos desenvolvidos. A própria meta do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio passado – de 30% de taxa líquida ao final do período – ainda não foi cumprida. O nosso passivo histórico é muito grande. Mas não devemos abrir mão de já construir no presente uma perspectiva de futuro, que tenha como horizonte o direito ao acesso universal à educação superior pública para todos os jovens brasileiros.

[16] Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf.

# INTRODUÇÃO

O presente estudo descreve a evolução da educação superior brasileira de 1991 a 2011, a partir da análise dos números do Censo da Educação Superior e do Censo da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Trata-se de um estudo de caráter exploratório cujo objetivo maior é apontar as macrotendências da educação superior brasileira, tanto no Brasil quanto nas regiões, nas Unidades da Federação, nas instituições públicas e privadas, buscando, assim, contribuir para o debate nacional e para a construção de políticas educacionais sustentadas em dados amplamente socializados, discutidos e interpretados.

O estudo foi organizado de forma a possibilitar uma análise da educação superior a partir de quatro dimensões básicas: (1) *instituições*, (2) *cursos*, (3) *matrículas* e (4) *concluintes*. Estas quatro dimensões foram organizadas em sete agrupamentos distintos de modo que se pudesse visualizar cada dimensão por diferentes perspectivas, quais sejam: *país* (representação no Brasil como um todo); *Unidade da Federação* (representação nos estados e no Distrito Federal); *região* (representação em cada uma das cinco regiões do país); *área de conhecimento* (representação nas oito grandes áreas utilizadas pelo Inep); *categoria administrativa* (representação nos setores público e privado); *organização acadêmica* (representação nos três tipos de instituições de educação superior – universidades, centros universitários e faculdades); e *série histórica* (mostrar a evolução ao longo de vinte e um anos).

O objetivo é verificar não só o quanto a educação superior expandiu nos últimos anos, mas também em que momento essa expansão ocorreu, em que contexto político, em que regiões do país, em que Unidades da Federação, em que modalidades de ensino, em que áreas do conhecimento, em que tipo de instituições, em que cursos de graduação, em que turnos e em que setores.

O estudo busca também identificar os impactos da expansão ocorrida em torno de cinco grandes eixos: (1) *expansão e metas* – realizando cotejamentos entre as metas de expansão propostas para o país pelo Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2011) e os desafios da inclusão no Brasil *vis à vis* a outros países da América Latina e do mundo; (2) *expansão e privatização* – discutindo as causas e os efeitos da expansão da educação pelo setor privado, não obstante as políticas e orientações nacionais e diretrizes de organismos internacionais em sentido contrário; (3) *expansão e diversificação* – analisando a expansão no contexto da diversificação de organizações acadêmicas, de modalidades de ensino e do crescimento de novas formas de graduação e titulação e seus impactos sobre oportunidades de acesso e sobre o controle regulatório do Ministério da Educação (MEC); (4) *expansão e regionalização* – apresentando o crescimento da educação superior nas diferentes regiões do país e Unidades da Federação, apontando para a ampliação social da expansão; e (5) *ampliação e democratização* – indicando que a palavra de ordem da última década deixou de ser apenas expansão, clamando também por democratização, abrindo novas oportunidades de acesso à educação superior, pública e privada, por meio de importantes e recentes políticas públicas de inclusão de setores historicamente excluídos do *campus* brasileiro.

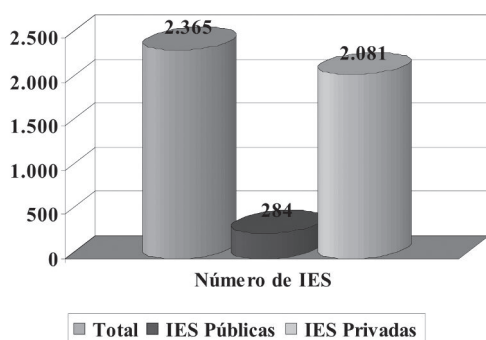
Importante destacar que os dados do Censo da Educação Superior não são por si só suficientes para uma análise mais aprofundada dos efeitos sobre o *campus* brasileiro das políticas democratizantes do acesso à educação superior. Outros dados, especialmente os do Questionário Socioeconômico (QSE) do Enade, mostram-se mais reveladores do que efetivamente ocorre no âmbito específico dos cursos de graduação – origem escolar do estudante (se escola pública ou privada), faixa de renda da família (se mais ou menos rica ou pobre), cor, escolaridade dos pais, se trabalha ou não etc.. Embora os dados do Censo mostrem, em vários momentos, que o ritmo da expansão tende a ser mais ou menos acelerado, com efeitos claros sobre a ampliação de instituições, cursos e matrículas do setor público ou do setor privado, de acordo com as orientações políticas do momento, os dados do QSE funcionam como um complemento importante, permitindo que se perceba com mais clareza e discernimento as alterações ocorridas nos diferentes cursos de graduação nos últimos anos. Por esse motivo, outro estudo foi realizado levando em conta as informações disponíveis no QSE dos dois primeiros ciclos do Enade, cobrindo o período de 2004 a 2009: foram analisados aspectos relacionados a cor, renda familiar, origem escolar, escolaridade dos pais e condição do estudante trabalhador.[1]

Este estudo está organizado em cinco capítulos: o primeiro trata das instituições de educação superior (IES); o segundo, dos cursos de graduação; o terceiro, das matrículas; e o quarto, dos concluintes. Ao final de cada um são apresentadas as principais constatações referentes às dimensões analisadas. O capítulo final tece considerações sobre a expansão, seus impactos e dimensões.

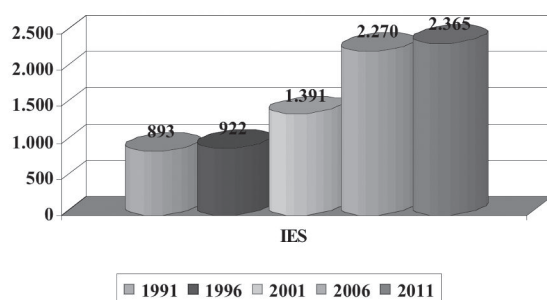
[1] Cf.: Perfil socioeconômico do estudante de graduação. Uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009). In: *Cadernos do GEA*, n. 4, jul./dez. 2013.

# 1. INSTITUIÇÕES

Em 2011, o Censo da Educação Superior realizado pelo Inep registrou a existência 2.365 IES. Destas, 284 são públicas, sendo 103 federais, 100 estaduais, 71 municipais. As demais 2.081 instituições pertencem ao sistema privado, representando 88% do total, conforme Gráfico 1.

**GRÁFICO 1**
**IES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (2011)**

Fonte: MEC/Inep. Censo da Educação Superior 2011.

O número de IES cresceu no período de 893, em 1991, para 2.365 instituições, em 2011, um crescimento de 165%, conforme pode ser verificado no Gráfico 2:

**GRÁFICO 2**
**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE IES (1991 A 2011)**

Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se que, embora o número de IES tenha se mantido relativamente estável no período que antecede à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), com crescimento de apenas 3%, o crescimento no período imediatamente seguinte (1996-2001) foi bem maior (51%), indicando uma mudança significativa na condução da política regulatória para a educação superior brasileira. O ritmo de crescimento volta a diminuir somente nos últimos cinco anos do período em análise.

O crescimento do número de IES no setor privado, de 1991 a 2011, pode ser observado na Tabela 1.

**TABELA 1**
**EVOLUÇÃO DAS IES PRIVADAS (1991-2011)**

| ANO DO CENSO | IES PRIVADAS |
|---|---|
| 1991 | 671 |
| 1996 | 711 |
| 2001 | 1.208 |
| 2006 | 2.022 |
| 2011 | 2.081 |

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se, novamente, que o crescimento no período anterior a 1996 foi pequeno no setor privado (6%) e que, no período imediatamente posterior, o aumento do número de instituições foi de expressivos 60%, tendo mantido um ritmo idêntico até 2006, quando esse ritmo começa a diminuir.

Contrastando com o grande crescimento de IES privadas de 1991 a 2011 (210%), o setor público cresceu apenas 28% no mesmo período, tendo diminuído o número de instituições no período anterior à LDB e no imediatamente posterior à LDB, em geral pela aglutinação de pequenas instituições.

Vale a pena registrar dois comportamentos opostos do setor público no período em análise. Na década de 1991 a 2001, constata-se a diminuição no número de instituições públicas: de 222 para 183 com uma queda da ordem de 18%. Já na década seguinte, entre 2001 e 2011, se verifica um aumento de 183 para 284, o equivalente ao crescimento expressivo de 55% (ver Tabela).

**TABELA 2**
**EVOLUÇÃO DAS IES PÚBLICAS (1991 a 2011)**

| ANO DO CENSO | IES PÚBLICAS |
|---|---|
| 1991 | 222 |
| 1996 | 211 |
| 2001 | 183 |
| 2006 | 248 |
| 2011 | 284 |

Fonte: MEC/Inep.

É importante perceber que das 2.365 instituições, públicas e privadas, registradas em 2011, 1.396 (59%) são pequenas, ou seja, com até mil alunos matriculados e que somente 129 (5%) têm mais de dez mil alunos. A Tabela 3 mostra o número de instituições segundo o número de matrículas.

**TABELA 3**
**DISTRIBUIÇÃO DAS IES POR NÚMERO DE MATRÍCULAS (2011)**

| MATRÍCULAS | TOTAL | FEDERAIS | ESTADUAIS | MUNICIPAIS | PRIVADAS |
|---|---|---|---|---|---|
| Ate 1.000 | 1.396 | 12 | 55 | 44 | 1.285 |
| De 1.001 a 2.001 | 379 | 17 | 17 | 12 | 333 |
| De 2.001 a 3.000 | 173 | 14 | 5 | 6 | 148 |
| De 3.001 a 5.000 | 155 | 9 | 1 | 2 | 143 |
| De 5.001 a 7.000 | 74 | 10 | 4 | 3 | 57 |
| De 7.000 a 10.000 | 59 | 8 | 10 | 1 | 40 |
| Mais de 10.000 | 129 | 33 | 18 | 3 | 75 |

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se que das 1.396 IES com até mil matrículas, 1.285 (92%) pertencem ao setor privado. Mesmo entre as IES com maior número de matrículas, em que se observa maior participação das instituições públicas, ainda predomina o setor privado. Se considerarmos somente as IES com mais de cinco mil matrículas, concluímos que o setor privado detém 66% dessas instituições maiores contra apenas 34% das públicas.

Destaque-se ainda que, considerando-se o Censo da Educação Superior de 2011, as IES brasileiras são essencialmente não universitárias. Das 2.365 instituições, somente 190 (8%) são, no sentido estrito do termo, universidades, tal qual definidas pela Constituição, ou seja, instituições de ensino, pesquisa e extensão e que gozam de autonomia didático-pedagógica, administrativa de gestão financeira. Nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, as universidades devem ocupar-se com ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo essas atividades de forma indissociável. Da mesma forma, por exigência da LDB, devem ter no mínimo 1/3 do seu quadro docente composto por mestres e doutores e no mínimo 1/3 do corpo docente contratado em regime de tempo integral.

Destas 190 universidades, 101 são públicas e 89 são privadas. Todas as demais IES do país são centros universitários ou faculdades, portanto, com missão e exigências legais distintas das universidades propriamente ditas.

Por se tratar de uma instituição constitucionalmente diferenciada das demais, cabe o registro que de 1991 a 2011 o número de universidades cresce mais lentamente que os centros universitários e faculdades isoladas: 92% *versus* 174%. No entanto, no final da última década, observa-se um número expressivo de instituições universitárias. Em 1991, havia 99 universidades no Brasil. Em 1996, este número chegou a 136 e, em 2011, a 190, com um crescimento de 92% em 21 anos.

**TABELA 4**
**EVOLUÇÃO DAS UNIVERSIDADES**

| ANO DO CENSO | UNIVERSIDADES |
|---|---|
| 1991 | 99 |
| 1996 | 136 |
| 2001 | 156 |
| 2006 | 178 |
| 2011 | 190 |

Fonte: MEC/Inep.

Quando analisamos as universidades pela ótica da categoria administrativa a que pertencem, percebemos que, embora o número de privadas seja praticamente igual ao das públicas, a representação percentual deste tipo de organização no conjunto das IES do setor é muito maior no setor público do que no privado. O Censo 2011 mostra que 36% das IES públicas são universidades, enquanto no setor privado este tipo de instituição representa apenas 4%. Na Tabela 5, pode-se observar a evolução do número de universidades públicas de 1991 a 2011.

**TABELA 5**
**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

| ANO DO CENSO | UNIVERSIDADES PÚBLICAS |
|---|---|
| 1991 | 59 |
| 1996 | 72 |
| 2001 | 71 |
| 2006 | 92 |
| 2011 | 101 |

Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se que de 1991 a 1996, o crescimento de universidades públicas foi de 22% e que de 1996 a 2006 foi de 28%, não havendo, portanto, diferença significativa de crescimento nos dez anos que se sucederam à LDB, diferentemente do observado para as demais organizações acadêmicas. No entanto, o crescimento na década 2001-2011 é bem mais expressivo – da ordem de 42,3% – do que no período 1991-2001, que é de apenas 20,3%. Percebe-se ainda que, não obstante o grande esforço do Governo Lula pela criação de novas universidades, o crescimento de públicas no período 2006-2011 foi de apenas 10%, pois a maior parte da expansão das IFES por meio da implantação de novos *campi* de universidades já existentes e na criação dos institutos federais de educação ciência e tecnologia, com agressiva criação de novas unidades no interior do país. Os impactos dessa política, portanto, serão sentidos menos no número de instituições e mais nos novos cursos, na distribuição regional e no crescimento das matrículas nas universidades públicas existentes.

Quando observamos o desenvolvimento de universidades privadas temos um quadro bastante distinto do observado anteriormente.

**TABELA 6**
**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE UNIVERSIDADES PRIVADAS**

| ANO DO CENSO | UNIVERSIDADES PRIVADAS |
|---|---|
| 1991 | 40 |
| 1996 | 64 |
| 2001 | 85 |
| 2006 | 86 |
| 2011 | 89 |

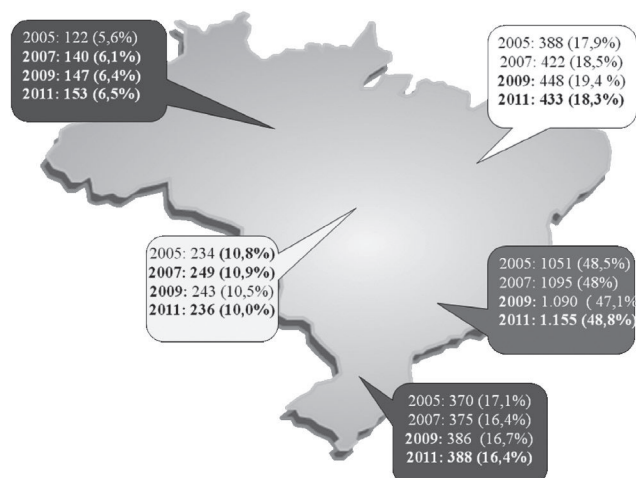
Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se que o crescimento de universidades privadas no período de 1991 a 1996 foi de 60%, ou seja, 38% superior ao crescimento do número de universidades do setor público. No período de 1991 a 2011, as universidades privadas cresceram 123% contra apenas 71% das públicas. Por outro lado, ao desdobrar-se esse crescimento por década, vemos que o ritmo no período 2001-2011 é bem menor (4,7%) do que no anterior (1991-2001): 112,5%.

Embora as universidades tenham sido em menor número em toda a série histórica recortada, percebe-se que, no período pós LDB, o modelo universitário perde espaço para outros tipos de instituições, em perfeita sintonia com a política de diversificação da educação superior preconizada pela LDB e por organismos internacionais.

Se, no entanto, considerarmos, as IES pela ótica exclusiva da autonomia, há de se somar às universidades, os centros universitários, os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e os centros federais de educação tecnológica, pois todas essas instituições gozam de autonomia no tocante à abertura de cursos e vagas, exceto nos casos dos cursos em que há restrições especificadas em lei (Direito, Medicina, Enfermagem e Psicologia). Assim consideradas, são 361 as IES registradas como autônomas no Censo da Educação Superior 2011. Embora apenas 361 (15%) das 2.365 IES gozem de autonomia para abrir vagas e cursos, há de se destacar duas questões: que dos 131 centros universitários registrados no Censo 2011, apenas quatro (3%) pertencem ao setor público e 127 (97%) pertencem ao setor privado; e que a maioria dos cursos e a das matrículas, como veremos mais adiante, ainda se concentram em instituições autônomas – instituições que independem dos processos de autorização do Ministério da Educação para a abertura de cursos e ampliação de vagas.

Das 2.365 instituições brasileiras de educação superior registradas no Censo 2011, 1.155 (49%) encontram-se nos quatro estados da região Sudeste. A segunda região com a maior representação percentual é o Nordeste, com 18%, seguida da região Sul, com 16%. Somados, os três estados da região Sul e os quatro estados da região Sudeste detêm 65% do total das IES do país, conforme se verifica no Gráfico 3.

**GRÁFICO 3**
**IES POR REGIÃO (2005-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

Embora a representação proporcional das regiões Sul e Sudeste venha decrescendo ano a ano desde 2005, fica evidente que a educação superior continua altamente concentrada nestas regiões, com o estado de São Paulo somando 24% do total das IES do país. Observa-se efetivamente que as regiões Norte e Nordeste melhoram, ano após ano, sua representação percentual – devido ao crescimento do número de universidades federais –, enquanto decrescem as demais regiões. Fenômeno idêntico pode ser observado no comportamento dos cursos e matrículas da graduação, conforme veremos mais adiante, indicando um movimento de desconcentração em direção a melhor distribuição regional.

Dados de 2011 revelam que 88% das IES pertencem ao setor privado. Este quadro se reproduz em todas regiões do país com pequenas variações, conforme pode ser visto no Gráfico 4.

**Se considerarmos somente as IES com mais de cinco mil matrículas, concluímos que o setor privado detém 66% dessas instituições maiores contra apenas 34% das públicas.**

**GRÁFICO 4**
**IES PRIVADAS POR REGIÕES GEOGRÁFICAS (2011)**

Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se que a região Sudeste, que concentra o maior número de IES do país, tem representação percentual igual à média nacional de IES privadas (88%). As regiões Norte e Nordeste têm percentuais inferiores e as regiões Sul e Centro-Oeste superiores à média nacional. Embora todas as regiões do país tenham percentuais elevados de instituições privadas, é expressiva a diferença entre o que se observa no Norte, a região menos privatizada, e no Centro-Oeste, a região mais privatizada do Brasil.

Nas Unidades da Federação, percebe-se que os percentuais mais altos de privatização encontram-se nas unidades descritas na Tabela 7, com Mato Grosso, Distrito Federal e Espírito Santo empatados com 95% de IES privadas.

**TABELA 7**
**IES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA**
**NAS UFs MAIS PRIVATIZADAS**

| UF | IES PRIVADAS | IES PÚBLICAS | TOTAL IES | % IES PRIVADAS |
|---|---|---|---|---|
| Mato Grosso | 54 | 3 | 57 | 95 |
| Distrito Federal | 56 | 3 | 59 | 95 |
| Espírito Santo | 84 | 4 | 88 | 95 |
| Rondônia | 30 | 2 | 32 | 94 |
| Bahia | 107 | 8 | 115 | 93 |
| Minas Gerais | 327 | 28 | 355 | 92 |
| Piauí | 34 | 3 | 37 | 92 |
| Rio Grande do Sul | 101 | 10 | 111 | 91 |
| Goiás | 74 | 8 | 82 | 90 |
| Maranhão | 27 | 3 | 30 | 90 |

Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se, pois, que 10 das 27 Unidades da Federação têm percentuais de IES privadas iguais ou superiores a 90%.

As dez Unidades de Federação com os menores percentuais de privatização podem ser observadas na Tabela 8.

**TABELA 8**
**IES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA**
**NAS UFs MENOS PRIVATIZADAS**

| UF | IES PRIVADAS | IES PÚBLICAS | TOTAL IES | % IES PRIVADAS |
|---|---|---|---|---|
| Roraima | 4 | 3 | 7 | 57 |
| Pernambuco | 66 | 28 | 94 | 70 |
| Tocantins | 25 | 9 | 34 | 74 |
| Rio Grande do Norte | 20 | 5 | 25 | 80 |
| Amapá | 13 | 3 | 16 | 81 |
| Acre | 9 | 2 | 11 | 82 |
| Rio de Janeiro | 114 | 23 | 137 | 83 |
| Amazonas | 16 | 3 | 19 | 84 |
| Pará | 28 | 5 | 33 | 85 |
| Alagoas | 22 | 4 | 26 | 85 |

Fonte: MEC/Inep.

Cabe relembrar que a média de instituições privadas no país é de 88%, estando, portanto, os estados constantes da Tabela 8 abaixo da média nacional e Roraima, Pernambuco e Tocantins bastante abaixo desta média. Observa-se, por fim, que em nenhuma unidade da federação, o número de IES públicas supera o número de IES privadas. Somente em Roraima, com sete IES apenas, os percentuais de IES públicas e privadas se aproximam.

As principais constatações sobre a evolução das IES no período de 1991 a 2011 são as seguintes:

1. o Censo da Educação Superior 2011 registra a existência de 2.365 IES. Destas, 2.081 pertencem ao setor privado, representando 88% do total;
2. o número de IES, nos cinco anos que antecedem à LDB (1996), cresceu apenas 3%, enquanto no período imediatamente seguinte (1996 a 2001) o crescimento foi de 51%, indicando uma mudança significativa na condução da política regulatória para a educação superior. No setor privado, o crescimento, no período anterior a 1996, foi de 6% e, no período imediatamente posterior, de 60%, indicando claramente a existência no país de uma política favorável à privatização da educação superior. Este ritmo começa a diminuir somente a partir de 2006;

**Dados de 2011 revelam que 88% das IES pertencem ao setor privado.**

3. no entanto, ao se destacar apenas o crescimento das universidades privadas por década, vemos que o ritmo de crescimento no período 2001 a 2011 é bem menor (4,7%) do que no período anterior (1991 a 2001), quando foi superior a cem por cento (112,5%);
4. o sistema de educação superior é constituído majoritariamente (59%) por pequenas instituições, ou seja, instituições com até mil matrículas. Em 2011, somente 129 delas (5%) tinham mais de dez mil alunos matriculados;
5. somente 190 (8%) das 2.365 instituições de educação superior são, no sentido estrito do termo, universidades. Todas as demais instituições são ou centros universitários ou faculdades;
6. o Censo da Educação Superior 2011 mostra que 36% das IES públicas são universidades e que apenas 4% das IES privadas são universidades, deixando claro que o sistema de educação superior como um todo não tem como missão o tripé ensino, pesquisa e extensão, próprio do modelo universitário *stricto sensu*;
7. em 1991 havia 99 universidades no Brasil. Em 1996 este número chegou a 136 e, em 2011, a 190. Trata-se de um crescimento de 92% em vinte e um anos, contra um crescimento bem mais expressivo (de 174%) das demais organizações acadêmicas (centros universitários e faculdades), indicando que a expansão da educação superior vem-se dando principalmente por meio da criação de instituições não-universitárias;
8. três estados da região Sul e os quatro estados da região Sudeste, somados, detêm 65% do total das IES, apontando para um desequilíbrio regional na distribuição da educação superior pelo país;
9. em 2011, 88% das IES pertenciam ao setor privado. Embora todas as regiões do país tenham percentuais elevados de instituições privadas, é expressiva a diferença entre o que se observa no Norte (82% das instituições), a região menos privatizada, e no Centro-Oeste (92% das instituições), a região mais privatizada do Brasil;
10. entre as Unidades da Federação, a privatização da educação superior mostra-se forte especialmente no Mato Grosso, Distrito Federal, Espírito Santo, Rondônia e Bahia, todos com percentuais acima de 90% e, no caso de Mato Grosso e do Distrito Federal, relativamente próximos dos 100%. Mesmo nos estados com os menores percentuais de IES privadas, a privatização é bastante alta, exceção feita ao estado de Roraima que tem quatro de suas sete IES no setor privado;
11. o perfil predominante das IES brasileiras é composto por pequenas faculdades privadas e pagas com até mil estudantes matriculados, sem obrigação constitucional de atuarem na pesquisa e na extensão e sem os compromissos tipicamente universitários de terem mestrados, doutorados ou espaços para estudos avançados.

# 2. CURSOS DE GRADUAÇÃO

Com o acréscimo de 913 novos cursos, a educação superior brasileira passou a ter, em 2011, um total de 30.420 cursos de graduação, presenciais e a distância. Se tomarmos por base o crescimento anual, o registrado no ano de 2011 foi de 3%, bem inferior aos 14% observados, por exemplo, em 2004 ou aos 28% registrados em 1999. No entanto, é visível a diferença de crescimento de cursos entre a década de 1991-2001 (que apresenta, inclusive, taxa negativa em 1997) e a de 2001-2011, em que o crescimento acumulado foi de 92,9%. A Tabela 9 registra o crescimento dos cursos em vinte e um anos.

**TABELA 9**
**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO (1991-2011)**

| ANO | CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA | CRESCIMENTO ANUAL (%) |
|---|---|---|
| **1991** | 4.908 | - |
| **1992** | 5.081 | 3,5 |
| **1993** | 5.280 | 3,9 |
| **1994** | 5.562 | 5,3 |
| **1995** | 6.252 | 12,4 |
| **1996** | 6.644 | 6,3 |
| **1997** | 6.132 | -7,7 |
| **1998** | 6.950 | 13,3 |
| **1999** | 8.878 | 27,7 |
| **2000** | 10.595 | 19,3 |
| **2001** | 12.171 | 14,9 |
| **2002** | 14.445 | 18,7 |
| **2003** | 16.505 | 14,3 |
| **2004** | 18.751 | 13,6 |
| **2005** | 20.596 | 9,8 |
| **2006** | 22.450 | 9,0 |
| **2007** | 23.896 | 6,4 |
| **2008** | 25.366 | 6,2 |
| **2009** | 28.671 | 13,0 |
| **2010** | 29.507 | 2,9 |
| **2011** | 30.420 | 3,1 |

Fonte: MEC/Inep.

Como é possível verificar, o número de cursos mais do que quadruplicou de 1991 a 2005, e de 2005 a 2011 o aumento continuou expressivo: 48%. Observa-se, igualmente, grande crescimento no período que engloba os primeiros anos após a promulgação da nova LDB (1996 a 2005): 210%. O maior índice anual de crescimento foi registrado em 1999, com 28%; seguido pelo ano de 2000, com 19%; pelo ano de 2002, com 19%; pelo ano de 2001; com 15%; pelo ano de 2003, com 14%, e pelo ano de 2004, com 14%.

Os menores crescimentos de cursos no período pós 1999 foram registrados, portanto, nos anos de 2010 e 2011, em torno de 3%. Confirma-se, no entanto, que o crescimento acumulado na década de 2001 a 2011, de 93%, foi bem maior do que a década anterior, de 1991 a 2001, com um acumulado de 84%.

Os primeiros cursos de graduação a distância surgem em 2000, passando a partir de então por um processo lento de consolidação. Somente a partir de 2006 essa modalidade passa a ter uma presença significativa e um crescimento acelerado. A Tabela 10 mostra o crescimento dos cursos nas duas modalidades.

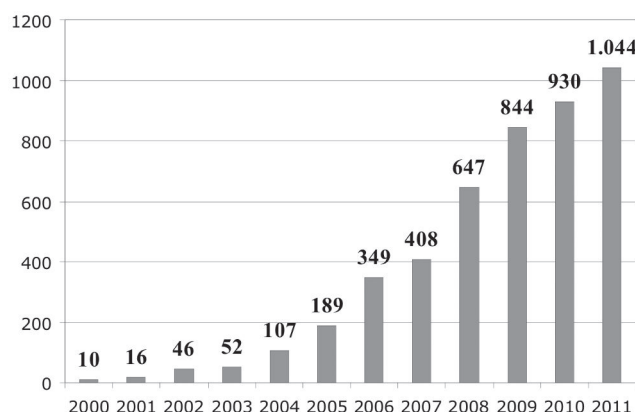
**TABELA 10**
**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA (1991-2011)**

| ANO | PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA | PRESENCIAIS | % | A DISTÂNCIA | % |
|---|---|---|---|---|---|
| **1991** | **4.908** | 4.908 | 100 | 0 | 0 |
| **1992** | **5.081** | 5.081 | 100 | 0 | 0 |
| **1993** | **5.280** | 5.280 | 100 | 0 | 0 |
| **1994** | **5.562** | 5.562 | 100 | 0 | 0 |
| **1995** | **6.252** | 6.252 | 100 | 0 | 0 |
| **1996** | **6.644** | 6.644 | 100 | 0 | 0 |
| **1997** | **6.132** | 6.132 | 100 | 0 | 0 |
| **1998** | **6.950** | 6.950 | 100 | 0 | 0 |
| **1999** | **8.878** | 8.878 | 100 | 0 | 0 |
| **2000** | **10.595** | 10.585 | 100 | 10 | 0,1 |
| **2001** | **12.171** | 12.155 | 100 | 16 | 0,1 |
| **2002** | **14.445** | 14.399 | 100 | 46 | 0,3 |
| **2003** | **16.505** | 16.453 | 100 | 52 | 0,3 |
| **2004** | **18.751** | 18.644 | 99 | 107 | 0,6 |
| **2005** | **20.596** | 20.407 | 99 | 189 | 0,9 |
| **2006** | **22.450** | 22.101 | 98 | 349 | 1,6 |
| **2007** | **23.896** | 23.488 | 98 | 408 | 2 |
| **2008** | **25.366** | 24.719 | 97 | 647 | 3 |
| **2009** | **28.671** | 27.827 | 97 | 844 | 3 |
| **2010** | **29.507** | 28.577 | 97 | 930 | 3 |
| **2011** | **30.420** | 29.376 | 97 | 1.044 | 3 |

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se que o número de cursos presenciais cresceu 499% nos últimos 21 anos enquanto o número de cursos EAD cresceu significativamente mais, embora, devemos relembrar, os primeiros cursos tenham sido ofertados somente a partir de 2000. Se observarmos, no entanto, o comportamento das duas modalidades de 2007 a 2011, verificaremos que o número de cursos na modalidade presencial cresceu apenas 25%, enquanto a modalidade a distância cresceu 156%, cerca de sete vezes mais.

Para melhor visualizar o crescimento do número de cursos na modalidade EAD, apresentamos o Gráfico 5.

**GRÁFICO 5**
**EVOLUÇÃO DOS CURSOS EAD NA GRADUAÇÃO**

Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se, pois, que o crescimento dos cursos é exponencial, passando a ter forte impacto sobre o crescimento das matrículas na educação superior. Este impacto será objeto de análise mais adiante, ao tratarmos das matrículas na graduação brasileira.

## 2.1. CURSOS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Dos 30.420 cursos de graduação ofertados pela educação superior brasileira em 2011, 20.587 (68%) são de instituições privadas e 9.833 (32%) de públicas. O que se observa nos últimos anos é que há uma tendência de aumento ano a ano na representação percentual dos cursos privados, embora nos últimos três anos, possivelmente em função da criação dos institutos federais de educação tecnológica, da criação de novos *campi*, da interiorização e da expansão de vagas das universidades federais por meio do Programa de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni) e da criação de novas universidades federais, a participação do setor privado tenha demonstrado tendência de queda. A Tabela 11 mostra a evolução e a representação percentual dos cursos por categoria administrativa em vinte e um anos.

**TABELA 11**
**EVOLUÇÃO DE CURSOS**
**POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (1991-2011)**

| ANO | TOTAL | PRIVADA | % | PÚBLICA | % |
|---|---|---|---|---|---|
| **1991** | **4.908** | 2.769 | 56,4 | 2.139 | 43,6 |
| **1992** | **5.081** | 2.837 | 55,8 | 2.244 | 44,2 |
| **1993** | **5.280** | 2.987 | 56,6 | 2.293 | 43,4 |
| **1994** | **5.562** | 3.150 | 56,6 | 2.412 | 43,4 |
| **1995** | **6.252** | 3.470 | 55,5 | 2.782 | 44,5 |
| **1996** | **6.644** | 3.666 | 55,2 | 2.978 | 44,8 |
| **1997** | **6.132** | 3.434 | 56,0 | 2.698 | 44,0 |
| **1998** | **6.950** | 3.980 | 57,3 | 2.970 | 42,7 |
| **1999** | **8.878** | 5.384 | 60,6 | 3.494 | 39,4 |
| **2000** | **10.595** | 6.564 | 62,0 | 4.031 | 38,0 |
| **2001** | **12.171** | 7.754 | 63,7 | 4.417 | 36,3 |
| **2002** | **14.445** | 9.156 | 63,4 | 5.289 | 36,6 |
| **2003** | **16.505** | 10.807 | 65,5 | 5.698 | 34,5 |
| **2004** | **18.751** | 12.450 | 66,4 | 6.301 | 33,6 |
| **2005** | **20.596** | 14.332 | 69,6 | 6.264 | 30,4 |
| **2006** | **22.450** | 15.776 | 70,3 | 6.674 | 29,7 |
| **2007** | **23.896** | 17.152 | 71,8 | 6.744 | 28,2 |
| **2008** | **25.366** | 18.313 | 72,2 | 7.053 | 27,8 |
| **2009** | **28.671** | 20.043 | 69,9 | 8.628 | 30,1 |
| **2010** | **29.507** | 20.262 | 68,7 | 9.245 | 31,3 |
| **2011** | **30.420** | 20.587 | 67,7 | 9.833 | 32,3 |

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se que, de 1991 a 2008, a representação percentual do número de cursos do setor privado foi crescente. Esta tendência só se altera a partir de 2009, ou seja, nos últimos quatro anos, coincidindo, portanto, com a implementação do Reuni e de outras políticas de expansão e de recuperação da rede federal de ensino superior.

A comparação com os dados que mostram o crescimento anual do número de cursos em cada categoria administrativa confirma a recente alteração de tendência. Ressalte-se, ainda, que a maior taxa de crescimento anual dos cursos na rede pública no período se dá em 2009, com um aumento de 22,3%. A Tabela 12 mostra a evolução do número de cursos a partir de 1991.

**Com o acréscimo de 913 novos cursos, a educação superior brasileira passou a ter, em 2011, um total de 30.420 cursos de graduação, presenciais e a distância.**

**TABELA 12**
**EVOLUÇÃO ANUAL DE CURSOS**
**POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (1991-2011)**

| ANO | TOTAL | PRIVADA | % | PÚBLICA | % |
|---|---|---|---|---|---|
| **1991** | **4.908** | 2.769 | | 2.139 | |
| **1992** | **5.081** | 2.837 | 2,5 | 2.244 | 4,9 |
| **1993** | **5.280** | 2.987 | 5,3 | 2.293 | 2,2 |
| **1994** | **5.562** | 3.150 | 5,5 | 2.412 | 5,2 |
| **1995** | **6.252** | 3.470 | 10,2 | 2.782 | 15,3 |
| **1996** | **6.644** | 3.666 | 5,6 | 2.978 | 7,0 |
| **1997** | **6.132** | 3.434 | -6,3 | 2.698 | -9,4 |
| **1998** | **6.950** | 3.980 | 15,9 | 2.970 | 10,1 |
| **1999** | **8.878** | 5.384 | 35,3 | 3.494 | 17,6 |
| **2000** | **10.595** | 6.564 | 21,9 | 4.031 | 15,4 |
| **2001** | **12.171** | 7.754 | 18,1 | 4.417 | 9,6 |
| **2002** | **14.445** | 9.156 | 18,1 | 5.289 | 19,7 |
| **2003** | **16.505** | 10.807 | 18,0 | 5.698 | 7,7 |
| **2004** | **18.751** | 12.450 | 15,2 | 6.301 | 10,6 |
| **2005** | **20.596** | 14.332 | 15,1 | 6.264 | -0,6 |
| **2006** | **22.450** | 15.776 | 10,1 | 6.674 | 6,5 |
| **2007** | **23.896** | 17.152 | 8,7 | 6.744 | 1,0 |
| **2008** | **25.366** | 18.313 | 6,8 | 7.053 | 4,6 |
| **2009** | **28.671** | 20.043 | 9,4 | 8.628 | 22,3 |
| **2010** | **29.507** | 20.262 | 1,1 | 9.245 | 7,2 |
| **2011** | **30.420** | 20.587 | 1,6 | 9.833 | 6,4 |

Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se que os anos de maior crescimento do setor privado são os que coincidem com os últimos do governo Fernando Henrique Cardoso, quando o setor privado cresceu 130%, de 1998 a 2002, contra 78% do setor público. No entanto, de 2009 a 2011, o setor público passou a crescer significativamente mais do que o setor privado, que cresceu 3% em três anos, enquanto o setor público cresceu no mesmo período 14%, quase cinco vezes mais. Resta saber se esta tendência, em parte decorrente também dos apertos regulatórios do MEC aumentando tanto o controle através do e-MEC como o nível de exigência para a abertura de novos cursos em instituições privadas não autônomas (faculdades), será mantida nos próximos anos e se será capaz de resistir à força inercial instalada no setor privado, especialmente em universidades e centros universitários privados, que gozam de autonomia e que têm, portanto, respaldo legal para abrir novos cursos, independentemente dos ditames do MEC.

No período anterior à LDB (1991 a 1996), o número de cursos privados passou de 2.769 para 3.666, representando um crescimento percentual de 32,4%. Se compararmos este crescimento ao período pós LDB, veremos que houve um crescimento significativamente maior: 287,8%. No período anterior à LDB, o crescimento da oferta dos cursos no setor público foi de 39,2%, superior à oferta do setor privado. No período posterior à LDB, no entanto, o quadro é bastante distinto: enquanto os cursos do setor privado registram um crescimento de cerca de 287%, o setor público registra um aumento de oferta de apenas 107,9%.

## 2.2. CURSOS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Embora representem apenas 8% do total de instituições, as universidades foram responsáveis, em 2011, por 15.281 cursos de graduação, ou seja, por aproximadamente 50% dos 30.420 cursos de graduação, presenciais e a distância, ofertados pela educação superior brasileira. Se em termos de instituições podemos afirmar que a educação superior é essencialmente não-universitária (relembrando que a Constituição, em seu artigo 209, define universidade como instituição autônoma de ensino, pesquisa e extensão e, portanto, com mestrados, doutorados e espaços dedicados aos estudos avançados), em termos de cursos podemos dizer que pelo menos a metade pertence a instituições credenciadas pelo MEC como universidades.

Esse não é um dado livre de implicações. Se por um lado isso representa que pelo menos a metade dos cursos superiores são ofertados por instituições dedicadas à produção e à disseminação do saber, distinguindo-se, portanto, de instituições de ensino de terceiro grau, significa também que pelo menos a metade do crescimento da educação superior brasileira escapa do controle do MEC. Convém lembrar que universidades e centros universitários, aí incluídos os centros federais e institutos federais de educação tecnológica, não necessitam de autorização do MEC para abrir novos cursos (exceto para Medicina, Direito, Enfermagem e Psicologia, para os quais há legislação específica), devendo apenas se submeterem à avaliação para fins de reconhecimento depois de dois anos de atividade e de renovação do reconhecimento de três em três anos. Se somarmos todas as instituições autônomas, veremos que o controle do MEC sobre a abertura de novos cursos é ainda menor. A Tabela 13 mostra o percentual de cursos pertencentes às diferentes organizações acadêmicas e a representação dos cursos pertencentes às IES autônomas.

**Observa-se que, de 1991 a 2008, a representação percentual do número de cursos do setor privado foi crescente. Esta tendência só se altera a partir de 2009, ou seja, nos últimos quatro anos, coincidindo, portanto, com a implementação do Reuni e de outras políticas de expansão e de recuperação da rede federal de ensino superior.**

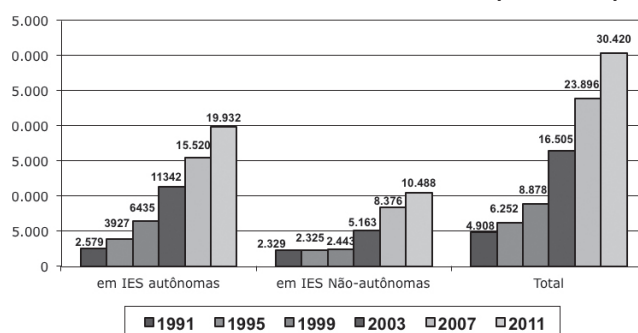
**TABELA 13**
**CURSOS DE GRADUAÇÃO POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA (1991-2011)**

| ANO | CENTRO UNIVERSITÁRIO | % | IF E CEFET | % | UNIVERSIDADE | % | FACULDADE | TOTAL | % IES AUTÔNOMAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1991** | **0** | 0 | 0 | 0 | 2.579 | 52,5 | 2.329 | 4.908 | 52,5 |
| **1992** | **0** | 0 | 0 | 0 | 2.760 | 54,3 | 2.321 | 5.081 | 54,3 |
| **1993** | **0** | 0 | 0 | 0 | 2.987 | 56,6 | 2.293 | 5.280 | 56,6 |
| **1994** | **0** | 0 | 0 | 0 | 3.316 | 59,6 | 2.246 | 5.562 | 59,6 |
| **1995** | **0** | 0 | 0 | 0 | 3.927 | 62,8 | 2.325 | 6.252 | 62,8 |
| **1996** | **0** | 0 | 0 | 0 | 4.165 | 62,7 | 2.479 | 6.644 | 62,7 |
| **1997** | **149** | 2,4 | 0 | 0 | 4.063 | 66,3 | 1.920 | 6.132 | 68,7 |
| **1998** | **258** | 3,7 | 0 | 0 | 4.591 | 66,1 | 2.101 | 6.950 | 69,8 |
| **1999** | **603** | 6,8 | 51 | 0,6 | 5.781 | 65,1 | 2.443 | 8.878 | 72,5 |
| **2000** | **870** | 8,2 | 81 | 0,8 | 6.833 | 64,5 | 2.811 | 10.595 | 73,5 |
| **2001** | **1.163** | 9,6 | 129 | 1,1 | 7.482 | 61,5 | 3.397 | 12.171 | 72,1 |
| **2002** | **1.416** | 9,8 | 242 | 1,7 | 8.525 | 59,0 | 4.262 | 14.445 | 70,5 |
| **2003** | **1.621** | 9,8 | 286 | 1,7 | 9.435 | 57,2 | 5.163 | 16.505 | 68,7 |
| **2004** | **2.136** | 11,4 | 325 | 1,7 | 10.533 | 56,2 | 5.757 | 18.751 | 69,3 |
| **2005** | **2.550** | 12,4 | 274 | 1,3 | 11.006 | 53,4 | 6.766 | 20.596 | 67,1 |
| **2006** | **2.757** | 12,3 | 291 | 1,3 | 11.810 | 52,6 | 7.592 | 22.450 | 66,2 |
| **2007** | **2.937** | 12,3 | 347 | 1,5 | 12.236 | 51,2 | 8.376 | 23.896 | 64,9 |
| **2008** | **3.324** | 13,1 | 422 | 1,7 | 12.841 | 50,6 | 8.779 | 25.366 | 65,4 |
| **2009** | **3.671** | 12,8 | 510 | 1,8 | 14.542 | 50,7 | 9.948 | 28.671 | 65,3 |
| **2010** | **3.668** | 12,4 | 706 | 2,4 | 14.895 | 50,5 | 10.238 | 29.507 | 65,3 |
| **2011** | **3.789** | 12,5 | 862 | 2,8 | 15.281 | 50,2 | 10.488 | 30.420 | 65,5 |

Fonte: MEC/Inep.

Como se pode observar, as IES autônomas detinham, em 2011, 65,5% do total dos cursos ofertados no país, deixando claro que o MEC só autoriza a criação de novos cursos em 35,5% dos casos. Chama a atenção igualmente que os cursos de IES autônomas somavam, em 2002, mais de 70%, e que, provavelmente, em função de apertos regulatórios recentes, este percentual vem desde então diminuindo ano a ano, sem, no entanto, impactar de modo significativo a forte participação das IES autônomas, públicas e privadas na criação de novos cursos.

Para uma melhor visualização do crescimento dos cursos em IES autônomas e não-autônomas e não autônomas,ver Gráfico 6.

**GRÁFICO 6**
**EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**
**EM IES AUTÔNOMAS E NÃO-AUTÔNOMAS (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

**Convém lembrar que universidades e centros universitários, aí incluídos os centros federais e institutos federais de educação tecnológica, não necessitam de autorização do MEC para abrir novos cursos (exceto para Medicina, Direito, Enfermagem e Psicologia, para os quais há legislação específica), devendo apenas se submeterem à avaliação para fins de reconhecimento depois de dois anos de atividade e de renovação do reconhecimento de três em três anos.**

Com um número de cursos praticamente igual em 1991, as IES autônomas passam a responder em 2011 por cerca de vinte mil cursos de graduação, ou seja, pelo dobro do número ofertados por IES não-autônomas. Fica, pois, claramente evidenciada uma tendência de redução do poder autorizativo do MEC. Se por um lado, no setor público federal algum controle ministerial pode ser exercido pelas restrições orçamentárias impostas às universidades federais, aos institutos federais de ciência, educação e tecnologia, por outro lado, as universidades estaduais, as universidades privadas e os centros universitários privados gozam de ampla e irrestrita liberdade para abrir os cursos de graduação de sua exclusiva escolha. Para uma análise mais detalhada do crescimento do número de cursos ofertados pelas diferentes organizações acadêmicas ao longo da série histórica sob análise (ver Tabela 2 do Anexo).

## 2.3. CURSOS POR REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

A exemplo do que se observa com as instituições, em 2005, praticamente a metade (46,8%) dos cursos de graduação eram ofertados na região Sudeste do Brasil. Em segundo lugar vem a região Sul, com 19,1%, e em terceiro, a região Nordeste, com 17,4%.

**A exemplo do que se observa com as instituições, em 2005, praticamente a metade (46,8%) dos cursos de graduação eram ofertados na região Sudeste do Brasil.**

**TABELA 14**
**VARIAÇÃO DO CRESCIMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL POR REGIÃO (1991-2011)**

| ANO | NORTE | % | NORDESTE | % | SUDESTE | % | SUL | % | CENTRO-OESTE | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1991** | 213 | | 765 | | 2.501 | | 1.035 | | 394 | |
| **1992** | 232 | 8,92 | 775 | 1,31 | 2.571 | 2,80 | 1.092 | 5,51 | 411 | 4,31 |
| **1993** | 262 | 12,93 | 802 | 3,48 | 2.625 | 2,10 | 1.166 | 6,78 | 425 | 3,41 |
| **1994** | 313 | 19,47 | 827 | 3,12 | 2.734 | 4,15 | 1.239 | 6,26 | 449 | 5,65 |
| **1995** | 375 | 19,81 | 938 | 13,42 | 3.029 | 10,79 | 1.389 | 12,11 | 521 | 16,04 |
| **1996** | 412 | 9,87 | 1.031 | 9,91 | 3.178 | 4,92 | 1.463 | 5,33 | 560 | 7,49 |
| **1997** | 381 | -7,52 | 934 | -9,41 | 2.947 | -7,27 | 1.342 | -8,27 | 528 | -5,71 |
| **1998** | 387 | 1,57 | 1.134 | 21,41 | 3.247 | 10,18 | 1.575 | 17,36 | 607 | 14,96 |
| **1999** | 485 | 25,32 | 1.467 | 29,37 | 4.151 | 27,84 | 2.015 | 27,94 | 760 | 25,21 |
| **2000** | 708 | 45,98 | 1.664 | 13,43 | 4.847 | 16,77 | 2.385 | 18,36 | 991 | 30,39 |
| **2001** | 843 | 19,07 | 1.981 | 19,05 | 5.497 | 13,41 | 2.685 | 12,58 | 1.165 | 17,56 |
| **2002** | 1.200 | 42,35 | 2.521 | 27,26 | 6.370 | 15,88 | 2.955 | 10,06 | 1.399 | 20,09 |
| **2003** | 1.306 | 8,83 | 2.931 | 16,26 | 7.432 | 16,67 | 3.257 | 10,22 | 1.579 | 12,87 |
| **2004** | 1.537 | 17,69 | 3.335 | 13,78 | 8.589 | 15,57 | 3.589 | 10,19 | 1.701 | 7,73 |
| **2005** | 1.496 | -2,67 | 3.640 | 9,15 | 9.586 | 11,61 | 3.935 | 9,64 | 1.939 | 13,99 |
| **2006** | 1.667 | 11,43 | 4.040 | 10,99 | 10.459 | 9,11 | 4.227 | 7,42 | 2.057 | 6,09 |
| **2007** | 1.805 | 8,28 | 4.035 | -0,12 | 11.246 | 7,52 | 4.591 | 8,61 | 2.219 | 7,88 |
| **2008** | 1.873 | 3,77 | 4.309 | 6,79 | 11.960 | 6,35 | 4.823 | 5,05 | 2.401 | 8,20 |
| **2009** | 2.004 | 6,99 | 4.655 | 8,03 | 13.278 | 11,02 | 5.386 | 11,67 | 2.504 | 4,29 |
| **2010** | 2.066 | 3,09 | 4.894 | 5,13 | 13.481 | 1,53 | 5.606 | 4,08 | 2.530 | 1,04 |
| **2011** | 2.191 | 6,05 | 5.072 | 3,64 | 13.766 | 2,11 | 5.753 | 2,62 | 2.594 | 2,53 |

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Se analisarmos os dados numa perspectiva histórica, comparando números e percentuais de 1991 com os de 2011, percebemos que o Norte praticamente dobrou no período a sua representação percentual, passando de 4 para 7%, que o Nordeste e o Centro-oeste tiveram um leve crescimento e que as regiões Sul e Sudeste perderam representação, com destaque para a diminuição de 6% para a região Sudeste. A Tabela 15 mostra a evolução percentual por região.

**TABELA 15**
**CURSOS POR REGIÃO (1991-2011)**

| REGIÃO | 1991 | 2011 |
|---|---|---|
| Norte | 4% | 7% |
| Nordeste | 16% | 17% |
| Sudeste | 51% | 45% |
| Sul | 21% | 19% |
| Centro-Oeste | 8% | 9% |
| Total | 100% | 100% |

Fonte: MEC/Inep.

## 2.4. CURSOS POR GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO

A Tabela 16 mostra como os 30.420 cursos de graduação foram distribuídos nas oito grandes áreas do conhecimento, tomando-se por base a tabela de classificação dos países da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) – tabela utilizada pelo Inep no Censo da Educação Superior.

**TABELA 16**
**EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO NA GRADUAÇÃO (1991-2011)**

| GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO | CURSOS EM 1991 | REPRESENTAÇÃO EM 1991 | CURSOS EM 2011 | REPRESENTAÇÃO EM 2011 |
|---|---|---|---|---|
| 1. Educação | 458 | 9% | 7.898 | 26% |
| 2. Humanidades e Artes | 887 | 18% | 1.379 | 4,5% |
| 3. Ciências Sociais, Negócios e Direito | 1.446 | 30% | 9.203 | 30% |
| 4. Ciências, Matemática e Computação | 994 | 20% | 2.987 | 10% |
| 5. Engenharia, Produção e Construção | 268 | 6% | 3.429 | 11% |
| 6. Agricultura e Veterinária | 139 | 3% | 837 | 3% |
| 7. Saúde e Bem-Estar Social | 648 | 13% | 3.579 | 12% |
| 8. Serviços | 47 | 1% | 1.108 | 3,5% |
| Total Geral | 4.908 | 100% | 30.420 | 100% |

Fonte: MEC/Inep.

Como podemos verificar, em 2011, a grande área Ciências Sociais, Negócios e Direito, com 30%, lidera o número de cursos, seguida da grande área Educação, com 26% dos cursos. Juntas, estas duas grandes áreas, que envolvem cursos tradicionais como Pedagogia, Administração e Direito, respondem por 56% dos cursos de graduação do país, enquanto a Engenharia e a Agricultura e Veterinária, juntas, respondem por apenas 6%. Merece destaque a constatação de que as áreas 8 (Serviços), 1 (Educação) e 5 (Engenharia, Produção e Construção) foram as que mais aumentaram sua representação percentual, com crescimentos de 2.257%, 1.625% e 1.180%, respectivamente. Os menores crescimentos registrados no período foram os das áreas 2 (Humanidades e Artes), com 56%; 4 (Ciências, Matemática e Computação), com 201%; 7 (Saúde e Bem-Estar Social), com 452%; e 6 (Agricultura e Veterinária), com 502% – todos com crescimento abaixo da média do período.

Os dados mais recentes, comparados aos de 1991, revelam que houve alterações importantes que merecem ser consideradas, conforme se pode verificar na Tabela 17.

**TABELA 17**
**CURSOS DE GRADUAÇÃO**
**POR GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO (1991-2011)**

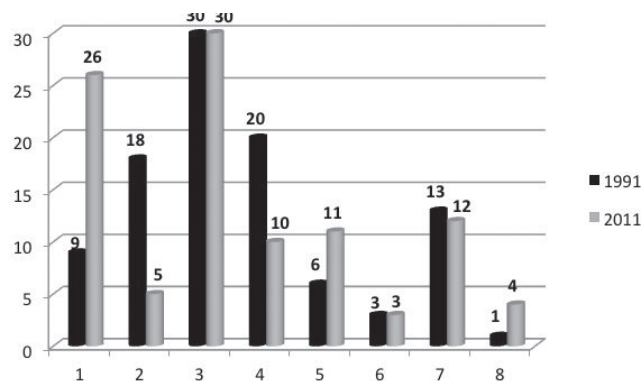
| GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO | CURSOS 1991 | CURSOS 2011 | CRESCIMENTO NO PERÍODO |
|---|---|---|---|
| 1. Educação | 458 | 7.898 | 1.625% |
| 2. Humanidades e Artes | 887 | 1.379 | 56% |
| 3. Ciências Sociais, Negócios e Direito | 1.446 | 9.203 | 536% |
| 4. Ciências, Matemática e Computação | 994 | 2.987 | 201% |
| 5. Engenharia, Produção e Construção | 268 | 3.429 | 1.180% |
| 6. Agricultura e Veterinária | 139 | 837 | 502% |
| 7. Saúde e Bem-Estar Social | 648 | 3.579 | 452% |
| 8. Serviços | 47 | 1.108 | 2.257% |
| Total Geral | 4.908 | 30.420 | 520% |

Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se claramente que a área 1 (Educação) teve grande crescimento, cuja representação saltou de 9%, em 1991, para significativos 26%, em 2011. Também as áreas 5 (Engenharia, Produção e Construção) e 8 (Serviços) cresceram no período de 6 para 11% e de 1% para 4%, respectivamente. Já as áreas 3 (Ciências Sociais, Negócios e Direito) e 6 (Agricultura e Veterinária) mantiveram em 2011 a mesma representação de 1991, 30% e 3%, respectivamente.

Reduziram drasticamente sua representação os cursos das áreas 2 e 4 (Humanidades e Artes; Ciências, Matemática e Computação), a primeira passando de 18% para 5% e a segunda de 20% para 10%. Também a área 7 (Saúde e Bem-Estar Social) sofreu leve

redução, de 13% para 12%. O Gráfico 7 permite visualizar o comportamento de cada uma das oito áreas do conhecimento.

**GRÁFICO 7**
**EVOLUÇÃO DOS CURSOS DAS 8 GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO (1991-2011) (%)**

Fonte: MEC/Inep.

O significado para o país do comportamento relativo das áreas em vinte e um anos precisa ser discutido com profundidade pelos formuladores de políticas educacionais, buscando identificar até que ponto os câmbios da representação observados resultam de interesses reais e legítimos da sociedade brasileira e até que ponto expressam as pressões e *lobbies* por interesses menores exercidos por corporações profissionais. Não passa despercebido, por exemplo, que áreas de cursos com alta relação candidato/vaga e áreas básicas de alta demanda social em um país continental, com enormes áreas agrícolas e pastoris, reduziram sua participação no conjunto de cursos oferecidos pelas instituições de educação superior no período analisado.

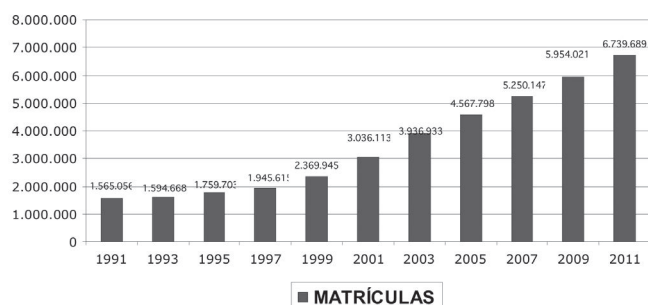
## 2.5. PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

A análise da série histórica dos cursos de graduação da educação superior brasileira revela, entre outros aspectos, que:

1. nos anos que se seguiram à promulgação da nova LDB (1996 a 2005), a abertura de novos cursos teve seu maior crescimento: 209,9%;
2. os menores crescimentos no número de cursos no período pós 1999 (ano em que se observa o maior crescimento em vinte e um anos) foram registrados nos últimos dois anos em análise (2010 e 2011): em torno de 3%;
3. de 2007 a 2011, o número de cursos de modalidade presencial cresceu apenas 25%, enquanto os de modalidade a distância cresceram 156%, cerca de sete vezes mais, com forte impacto sobre as matrículas;
4. dos 30.420 cursos de graduação ofertados pela educação superior brasileira em 2011, 20.587 (68%) são ofertados por instituições privadas e 9.833 (32%) por instituições públicas;
5. observa-se que de 1991 a 2008 a representação percentual do número de cursos do setor privado tem sido crescente. Essa tendência só se altera a partir de 2009 coincidindo com a implementação do Reuni e de outras políticas de expansão e de recuperação da rede federal de ensino superior;
6. as IES autônomas (universidades, centros universitários e institutos federais de educação tecnológica) detêm 65,5% do total dos cursos ofertados no país, o que significa que o MEC só tem ingerência direta sobre 35,5% dos cursos autorizados;
7. os cursos de IES autônomas somavam, em 2002, mais de 70%; este percentual vem desde então diminuindo ano a ano, provavelmente em função de apertos regulatórios recentes, sem, no entanto, impactar de modo significativo a forte participação das IES autônomas, públicas e privadas na criação de novos cursos;
8. no período de 1991 a 2011, a região Norte praticamente dobrou sua representação percentual, passando de 4% para 7%; as regiões Nordeste e Centro-Oeste tiveram um leve crescimento e as regiões Sul e Sudeste perderam representação, com destaque para a diminuição de 6% para a região Sudeste;
9. o maior crescimento na distribuição percentual de cursos foi na área 1 (Educação), cuja participação saltou de 9%, em 1991, para significativos 26%, em 2011. Também as áreas 5 (Engenharia, Produção e Construção) e 8 (Serviços) cresceram no período, de 6% para 11% e de 1% para 4%, respectivamente. Já as áreas 3 (Ciências Sociais, Negócios e Direito) e 6 (Agricultura e Veterinária) mantiveram em 2011 a mesma participação de 1991, 30% e 3%, respectivamente;
10. de 1991 a 2011, os cursos das áreas 2 (Humanidades e Artes) e 4 (Ciências, Matemática e Computação) reduziram drasticamente sua representação, a primeira passando de 18% para 5% e a segunda de 20% para 10%. Também a área 7 (Saúde e Bem-Estar Social) sofreu leve redução, de 13% para 12%.

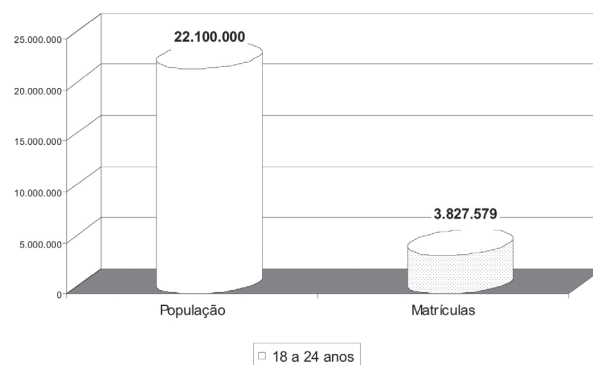
# 3. MATRÍCULAS

O Censo da Educação Superior 2011 registrou a existência de 6.739.689 matrículas nos cursos de graduação, quase 6% a mais do que no ano anterior. Este percentual de crescimento é o segundo menor observado desde 1998, perdendo apenas para o ano de 2009, quando se registrou o menor crescimento anual desde 1993 (2,5%). O crescimento das matrículas em vinte e um anos pode ser visto no Gráfico 8.[2]

**GRÁFICO 8**
**EVOLUÇÃO DO TOTAL DAS MATRÍCULAS DA GRADUAÇÃO (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se que o crescimento no período anterior à LDB, de 1991 a 1996, foi de apenas 19,4%, e de 62% no período imediatamente posterior à LDB (1996 a 2001), coerente, portanto, com o crescimento observado para as instituições e os cursos. Observa-se, igualmente, que de 1999 a 2003, ou seja, nos últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, o crescimento do total das matrículas foi de 66%, contra apenas 16% entre 2003 e 2007 e de 28% de 2007 a 2011, indicando claramente uma mudança na política de expansão baseada no crescimento do setor privado.

O contingente de estudantes em 2011 representa uma taxa líquida de escolarização muito abaixo do preconizado no último Plano Nacional de Educação (PNE). Convém lembrar que o referido PNE previa chegar a 2011 com 30% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados na educação superior. Observadas as estimativas dos últimos anos, a taxa de escolarização em 2011 fica em torno de 17%, dois pontos percentuais acima da metade da meta estabelecida pelo PNE. Com a nova metodologia de coleta, em que é possível precisar a idade exata de todos os matriculados, a taxa líquida fica ainda mais baixa, conforme demonstra o Gráfico 9.

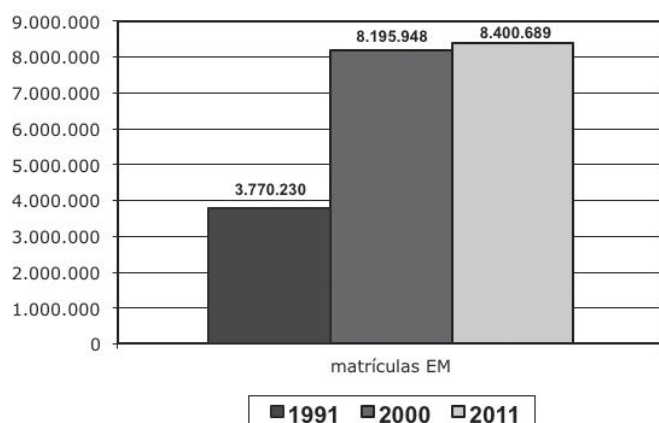
**GRÁFICO 9**
**TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA (2011)**

Fonte: IBGE e MEC/Inep.

Embora a taxa de escolarização bruta supere em 0,5% os 30% preconizados no PNE (2001-2011), a taxa líquida de 17,3% deve-se menos ao crescimento das matrículas do que à diminuição da população da faixa etária de 18 a 24 anos na sociedade brasileira. Convém lembrar que em 2005 esta faixa etária era de 23,9 milhões e em 2011 era de apenas 22,1 milhões. Houve, portanto, uma queda na faixa etária usada como base de cálculo para a taxa de escolarização (1,9 milhão de pessoas a menos), ironicamente auxiliando no aumento dos índices de taxa líquida na educação superior. Nem mesmo com este auxílio das estatísticas do IBGE, no entanto, foi possível atingir a meta preconizada no PNE, deixando evidente que há ainda um longo caminho a ser trilhado até o Brasil atingir a meta líquida estabelecida em 2001. Tivesse se mantido estável a população da faixa etária, a taxa de escolarização líquida hoje não seria 17,3%, mas apenas 16%, ou seja, 14% abaixo do estabelecido como meta nacional. Não surpreende que, diante dessa dificuldade, o novo PNE (2011-2020) estabeleça como meta uma taxa de escolarização líquida de 33%, ou seja, apenas 3% superior à do PNE anterior.

A dificuldade para alcançar a taxa líquida estabelecida encontra explicações, primeiro, nos indicadores do ensino médio brasileiro e, segundo, no elitismo histórico da educação brasileira, que excluiu ao longo dos anos os grupos mais pobres da sociedade.

Se olharmos, em 2011, para a taxa de escolarização líquida dos dois níveis que antecedem a educação superior, vemos que a taxa de escolarização líquida do ensino fundamental é de aproximadamente 95% e a do ensino médio é de apenas 52%. Como os números de matriculados do ensino médio têm se mantido estáveis nos últimos anos, tendo inclusive diminuído em 2010, as chances de aumento das taxas do ensino superior são relativamente pequenas. Acrescente-se a isso o pequeno crescimento do ensino médio em vinte e um anos se comparado ao crescimento da educação superior, conforme pode ser verificado no Gráfico 10.

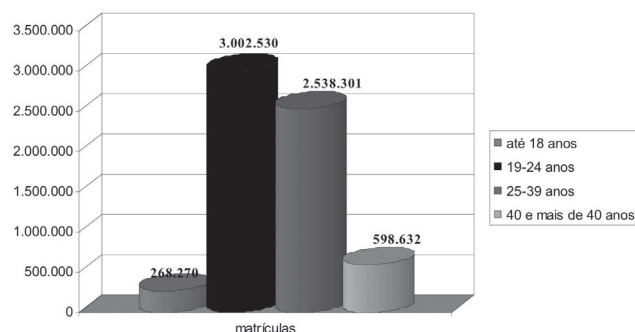
[2] Para uma análise mais completa, consultar Tabela 3 do Anexo.

**GRÁFICO 10**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se que o crescimento de 1991 a 2011 foi de 123% contra 330% de crescimento da educação superior, numa clara indicação de que a graduação brasileira cresce nos últimos anos mais em função do elitismo que exclui milhares de jovens da educação superior ao longo das últimas décadas do que em função dos atuais concluintes do ensino médio, como seria de se esperar.

Diante disso, parece evidente que, enquanto os jovens de 15 a 17 anos não estiverem todos matriculados no ensino médio e enquanto a evasão precoce dos jovens desta faixa etária não for contida por políticas públicas agressivas e eficazes, a educação superior terá dificuldades para atingir suas metas e o país não conseguirá utilizar plenamente as energias criativas que esses jovens representam.

Os dados do Censo da Educação Superior 2011 confirmam a constatação acima ao revelarem que cerca de 600 mil matriculados na educação superior brasileira tem mais de 40 anos e que cerca da metade dos jovens tem 25 anos ou mais, estando, portanto, fora da faixa etária utilizada para cálculo da taxa de escolarização líquida, conforme podemos observar no Gráfico 11.

**GRÁFICO 11**
**MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA**

Fonte: MEC/Inep.

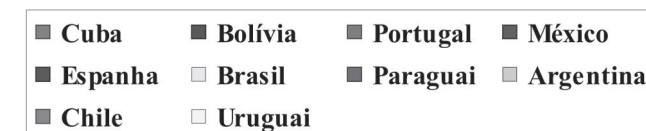
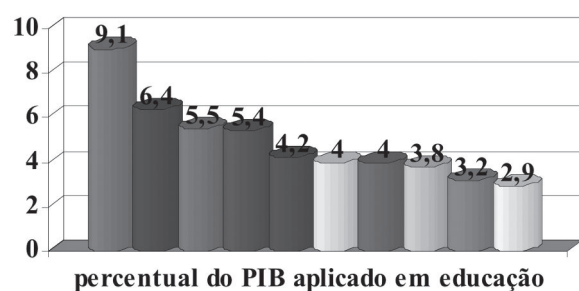
Como vagas e matrículas na educação superior continuam a crescer ano após ano, percebe-se que grande parte desse crescimento deve-se aos programas de democratização do acesso (adoção de políticas de cotas, expansão do ensino noturno nas IES públicas, Prouni,[3] Reuni[4] e Fies,[5] que trouxeram ao *campus* grande contingente de pessoas acima da faixa etária considerada apropriada (18 a 24 anos). Embora este dado possa ser considerado positivo, no sentido de que beneficia aqueles que, por falta de oportunidade no momento apropriado, foram excluídos da educação superior, constata-se também que o alvo da política de democratização do acesso acaba sendo retirado do seu devido foco, pois os estudantes concluintes do ensino médio não têm sido nos últimos anos a principal causa da expansão da educação superior.

## 3.1. FAIXA ETÁRIA E INVESTIMENTO PÚBLICO

A questão da faixa etária afigura-se como mais séria do que à primeira vista parece, pelo impacto que acaba por ter sobre os investimentos públicos em educação. Quanto a isso, estudos de Nelson Amaral (2011) mostram que o tamanho do desafio torna-se especialmente grande na comparação com outros países da América Latina, da Ibero-América e mesmo do mundo. No momento em que se discute a possível alocação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) à educação, cabe verificar, a partir da análise dos dados, o tamanho do desafio educacional brasileiro.

Para se ter uma ideia do percentual do PIB que os países da Ibero-América investem em educação, observemos o Gráfico 12.

**GRÁFICO 12**
**PIB APLICADO EM EDUCAÇÃO EM PAÍSES IBERO-AMERICANOS**

percentual do PIB aplicado em educação

Fonte: UNESCO, 2010 e EUA/CIA, 2010.[6]

---

[3] Programa Universidade para Todos.

[4] Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidades Federais.

[5] Fundo de Financiamento Estudantil.

[6] Dados extraídos do estudo de: AMARAL, 2011.

Percebe-se que Cuba e Bolívia lideram o *ranking*, aplicando um percentual maior do PIB do que todos os demais países, inclusive mais do que Portugal e Espanha. Aplicam percentuais maiores do que Rússia, Canadá, Japão, Estados Unidos e outros países, como se pode ver na Tabela 18.

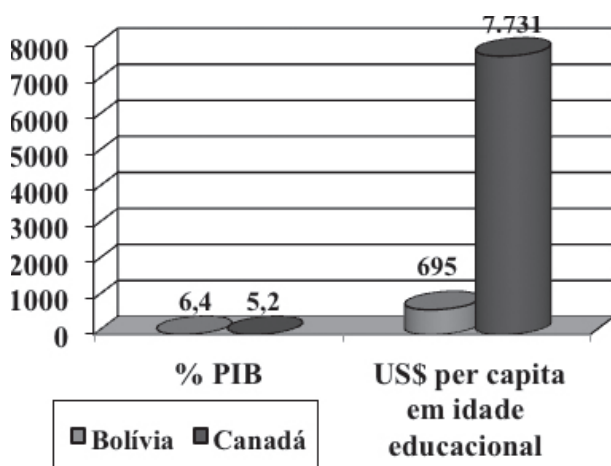
**TABELA 18**
**PIB APLICADO EM EDUCAÇÃO EM PAÍSES SELECIONADOS**

| PAÍS | % DO PIB | PAÍS | % DO PIB |
|---|---|---|---|
| Yemen | 9,6 | Rússia | 3,8 |
| Índia | 3,2 | Portugal | 5,5 |
| Paraguai | 4,0 | Coréia do Sul | 4,6 |
| Bolívia | 6,4 | França | 5,7 |
| Indonésia | 3,2 | Dinamarca | 8,3 |
| China | 1,9 | Canadá | 5,2 |
| Brasil | 4,0 | Espanha | 4,2 |
| Botswana | 8,7 | Austrália | 4,5 |
| África do Sul | 5,4 | Alemanha | 4,6 |
| Cuba | 9,1 | Japão | 4,9 |
| México | 5,4 | Estados Unidos | 5,3 |
| Argentina | 3,8 | Áustria | 5,4 |
| Chile | 3,2 | Noruega | 7,2 |
| Uruguai | 2,9 | | |

Fonte: UNESCO, 2010 e EUA/CIA, 2010.

Se o percentual do PIB fosse suficiente para dizer do enfrentamento do desafio da educação inclusiva, Yemen, Bolívia e Botswana estariam em melhor situação do que Estados Unidos, Japão e os países da Europa. No entanto, para se ter um retrato mais fiel do tamanho do desafio de cada nação, há de se considerar também o valor do PIB e, principalmente, o percentual da população que está em idade escolar e deve ser atendida com esses recursos.

Para demonstrar esta tese, Amaral (2011) compara o percentual do PIB da Bolívia com o do Canadá, conforme o Gráfico 13.

**GRÁFICO 13**
**RECURSOS EM EDUCAÇÃO NA BOLÍVIA E NO CANADÁ**

Fonte: UNESCO, 2010 e EUA/CIA, 2010.

Observa-se que a Bolívia aplica 6,4% do PIB e o Canadá 5,2%. O PIB da Bolívia, no entanto, é de US$ 45 bilhões e o do Canadá de US$ 1,2 trilhões. Isso significa que o Canadá aplica US$ 66 bilhões contra apenas US$ 3 bilhões da Bolívia. Ou seja, o Canadá aplica em números absolutos quase vinte três vezes mais do que a Bolívia, e ainda assim atende apenas o dobro de pessoas, tornando sua aplicação *per capita* onze vezes maior.[7]

Se compararmos o percentual do PIB dos países ibero-americanos com a aplicação *per capita* à população em idade escolar, vemos que há uma significativa mudança nos posicionamentos dos países da região.

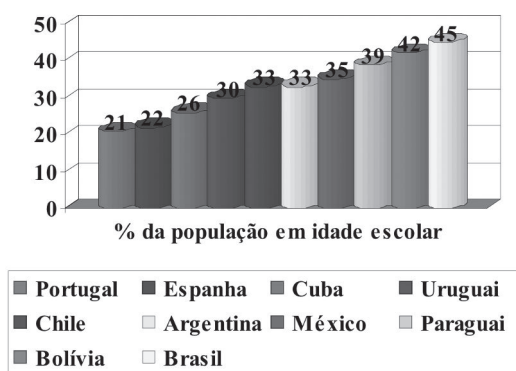
**TABELA 19**
**PIB APLICADO EM EDUCAÇÃO EM 10 PAÍSES IBERO-AMERICANOS**

| PAÍS | % DO PIB | RANKING | US$ POR PESSOA EM IDADE EDUCACIONAL | RANKING |
|---|---|---|---|---|
| Cuba | 9,1 | 1º. | 3.650 | 7º. |
| Bolívia | 6,4 | 2º. | 1.086 | 9º. |
| Portugal | 5,5 | 3º. | 10.166 | 2º. |
| México | 5,4 | 4º. | 3.738 | 6º. |
| Espanha | 4,2 | 5º. | 15.420 | 1º. |
| Brasil | 4,0 | 6º. | 2.398 | 8º. |
| Paraguai | 4,0 | 7º. | 1.020 | 10º. |
| Argentina | 3,8 | 8º. | 4.152 | 5º. |
| Chile | 3,2 | 9º. | 4.425 | 4º. |
| Uruguai | 2,9 | 10º. | 4.647 | 3º. |

Fonte: UNESCO, 2010 e EUA/CIA, 2010.

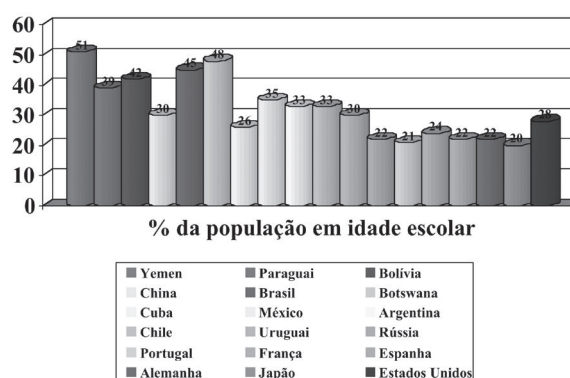
Cuba, por exemplo, passa de 1° lugar para 7°; a Bolívia, de 2° para 9°; o Uruguai, de 10° para 3°; e o Brasil, de 6° para 8°. Os primeiros lugares no investimento *per capita* ficam com Espanha e Portugal, embora tenham aplicado em educação um percentual do PIB menor do que alguns países da América Latina.

Entende-se melhor, portanto, o tamanho do desafio dos países latino-americanos, se atentarmos para o percentual da população jovem e em idade escolar, pois desta depende em grande parte o valor efetivamente aplicado por aluno.

**GRÁFICO 14**
**POPULAÇÃO COM IDADE ESCOLAR EM PAÍSES IBERO-AMERICANOS**

Fonte: UNESCO, 2010 e EUA/CIA, 2010.

[7] Para dados mais detalhados, consultar Tabela 13 do Anexo.

O Gráfico 14 mostra-nos que o Brasil tem quase a metade de sua população em idade escolar e percentualmente mais que o dobro de pessoas nessa faixa etária do que têm Portugal e Espanha. Se compararmos a outros países do mundo, vemos que o Brasil tem hoje um dos maiores desafios educacionais do planeta.

**GRÁFICO 15**
**POPULAÇÃO COM IDADE ESCOLAR EM PAÍSES SELECIONADOS**

Fonte: UNESCO, 2010 e EUA/CIA, 2010.

Percebe-se que o Brasil só tem população em idade escolar menor do que Yemen (51%) e Botswana (48%), e que todos os países da América Latina, exceto Cuba (26%) e Uruguai (30%), têm população em idade escolar superior à média (30%), o que torna o desafio educacional do país, para dizer pouco, gigantesco.

## 3.2. MATRÍCULAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Das 6.739.689 matrículas registradas em 2011, quase cinco milhões pertencem ao setor privado. Isto significa que responde por cerca de 74% do total das matrículas da educação superior brasileira. A Tabela 20, indica a evolução desses percentuais desde 1991.

**Das 6.739.689 matrículas registradas em 2011, quase cinco milhões pertencem ao setor privado. Isto significa que responde por cerca de 74% do total das matrículas da educação superior brasileira.**

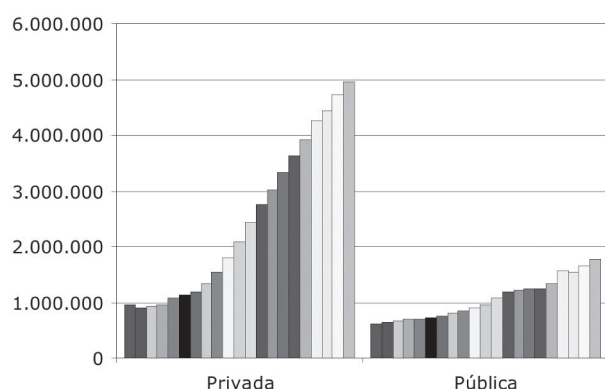
**TABELA 20**
**EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS**
**POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (1991-2011)**

| ANO | PRIVADA | % | PÚBLICA | % | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| **1991** | 959.320 | 61 | 605.736 | 39 | 1.565.056 |
| **1992** | 906.126 | 59 | 629.662 | 41 | 1.535.788 |
| **1993** | 941.152 | 59 | 653.516 | 41 | 1.594.668 |
| **1994** | **970.584** | **58** | **690.450** | **42** | **1.661.034** |
| **1995** | 1.059.163 | 60 | 700.540 | 40 | 1.759.703 |
| **1996** | 1.133.102 | 61 | 735.427 | 39 | 1.868.529 |
| **1997** | 1.186.433 | 61 | 759.182 | 39 | 1.945.615 |
| **1998** | 1.321.229 | 62 | 804.729 | 38 | 2.125.958 |
| **1999** | 1.537.923 | 65 | 832.022 | 35 | 2.369.945 |
| **2000** | 1.807.219 | 67 | 888.708 | 33 | 2.695.927 |
| **2001** | 2.091.529 | 69 | 944.584 | 31 | 3.036.113 |
| **2002** | **2.434.650** | **69** | **1.085.977** | **31** | **3.520.627** |
| **2003** | 2.760.759 | 70 | 1.176.174 | 30 | 3.936.933 |
| **2004** | 3.009.027 | 71 | 1.214.317 | 29 | 4.223.344 |
| **2005** | 3.321.094 | 73 | 1.246.704 | 27 | 4.567.798 |
| **2006** | 3.632.487 | 74 | 1.251.365 | 26 | 4.883.852 |
| **2007** | 3.914.970 | 75 | 1.335.177 | 25 | 5.250.147 |
| **2008** | 4.255.064 | 73 | 1.552.953 | 27 | 5.808.017 |
| **2009** | 4.430.157 | 74 | 1.523.864 | 26 | 5.954.021 |
| **2010** | 4.736.001 | 74 | 1.643.298 | 26 | 6.379.299 |
| **2011** | 4.966.374 | 74 | 1.773.315 | 26 | 6.739.689 |

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se que, em vinte e um anos, as matrículas nas IES públicas atingiram os mais altos percentuais de 1992 a 1994, iniciando-se a partir de então um processo gradual de diminuição de sua participação na educação superior, não obstante o PNE de 2001 estabelecer que 40% das matrículas deveriam pertencer até 2011 ao setor público. Apesar do grande esforço empreendido pelo governo federal em dez anos, a representação de 26% das matrículas nas IES públicas, observada em 2011, deixou o setor 14% abaixo da meta estabelecida. A distância entre as representações percentuais dos dois setores que, em 1991, era de 22%, aumenta para 48%. Pode-se afirmar, portanto, que, também pela ótica das matrículas, a exemplo do observado para as instituições e cursos, a educação superior brasileira continua sendo essencialmente privada.

O Gráfico 16 permite melhor visualizar o crescimento das matrículas ocorrido nos setores público e privado em vinte anos.

**GRÁFICO 16**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se que a trajetória das matrículas nos dois setores é muito distinta. Traduzidas em percentuais, constatamos que as matrículas do setor privado cresceram no período 418% e as do setor público 193%, ou seja, menos da metade.

Para se ter uma melhor ideia do ritmo do crescimento ano a ano, pode-se observar a Tabela 21.

**TABELA 21**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (1991-2011)**

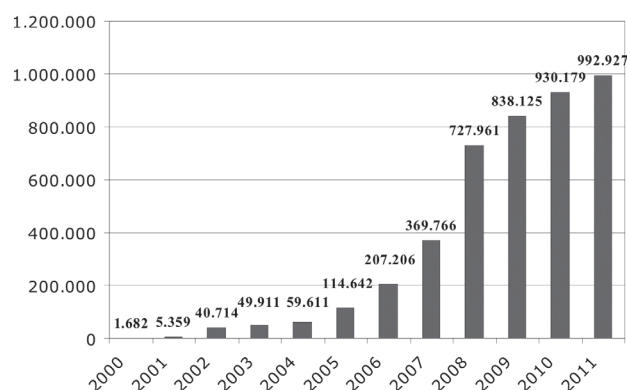
| ANO | PRIVADA | % DE CRESCIMENTO | PÚBLICA | % DE CRESCIMENTO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 959.320 | | 605.736 | | 1.565.056 |
| 1992 | 906.126 | -5,5 | 629.662 | 3,9 | 1.535.788 |
| 1993 | 941.152 | 3,9 | 653.516 | 3,8 | 1.594.668 |
| 1994 | 970.584 | 3,1 | 690.450 | 5,7 | 1.661.034 |
| 1995 | 1.059.163 | 9,1 | 700.540 | 1,5 | 1.759.703 |
| 1996 | 1.133.102 | 7,0 | 735.427 | 5,0 | 1.868.529 |
| 1997 | 1.186.433 | 4,7 | 759.182 | 3,2 | 1.945.615 |
| 1998 | 1.321.229 | 11,4 | 804.729 | 6,0 | 2.125.958 |
| 1999 | 1.537.923 | 16,4 | 832.022 | 3,4 | 2.369.945 |
| 2000 | 1.807.219 | 17,5 | 888.708 | 6,8 | 2.695.927 |
| 2001 | 2.091.529 | 15,7 | 944.584 | 6,3 | 3.036.113 |
| 2002 | 2.434.650 | 16,4 | 1.085.977 | 15,0 | 3.520.627 |
| 2003 | 2.760.759 | 13,4 | 1.176.174 | 8,3 | 3.936.933 |
| 2004 | 3.009.027 | 9,0 | 1.214.317 | 3,2 | 4.223.344 |
| 2005 | 3.321.094 | 10,4 | 1.246.704 | 2,7 | 4.567.798 |
| 2006 | 3.632.487 | 9,4 | 1.251.365 | 0,4 | 4.883.852 |
| 2007 | 3.914.970 | 7,8 | 1.335.177 | 6,7 | 5.250.147 |
| 2008 | 4.255.064 | 8,7 | 1.552.953 | 16,3 | 5.808.017 |
| 2009 | 4.430.157 | 4,1 | 1.523.864 | -1,9 | 5.954.021 |
| 2010 | 4.736.001 | 6,9 | 1.643.298 | 7,8 | 6.379.299 |
| 2011 | 4.966.374 | 4,9 | 1.773.315 | 7,9 | 6.739.689 |

Fonte: MEC/Inep.

O que chama a atenção é que os anos de maior crescimento do setor privado foram de 1998 a 2003, ou seja, os que consolidam uma política educacional favorável à privatização estabelecida durante o governo Fernando Henrique Cardoso, tendo à frente o Ministro da Educação Paulo Renato de Souza. Com o governo Lula, a partir de 2003, observa-se, já no ano seguinte, uma queda no crescimento do setor privado, de 13% para 9%, mostrando uma tendência quase constante de diminuição desse ritmo desde então. Essa redução do setor privado, no entanto, não se traduziu num automático crescimento das matrículas do setor público, até porque um importante programa de democratização do acesso e da permanência, como o Prouni, é uma política pública federal que, embora favoreça candidatos de baixa renda familiar, favorece também o aumento das matrículas no setor privado, diminuindo, pois, a representação percentual do setor público. Fossem computadas como públicas as cerca de um milhão de matrículas do programa, com verbas públicas, no setor privado, as matrículas públicas chegariam efetivamente a 41%, ou seja, 1% acima do projetado pelo PNE para 2011. Este não foi, no entanto, o sentido pretendido pelos legisladores que formularam o PNE, pois estes professaram matrículas no setor público e não matrículas públicas no setor privado. Fica claro, por isso mesmo que, no entendimento dos ministros da educação do governo Lula, para que o crescimento efetivo do setor público pudesse acontecer, era antes necessário definir e estruturar uma nova política global, organizar novos programas de acesso e permanência, como por exemplo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), recuperar a rede federal, neutralizar resistências à expansão e à democratização, para que, enfim, entre avanços e recuos, a tendência se alterasse e, em 2010 e 2011, o setor público, enfim, demonstrasse um ritmo de crescimento levemente superior ao do setor privado. Ainda é cedo, no entanto, para afirmar que esta tendência esteja consolidada e há dúvidas também quanto à permanência, no texto do novo PNE, da meta de 40% das matrículas no setor público.

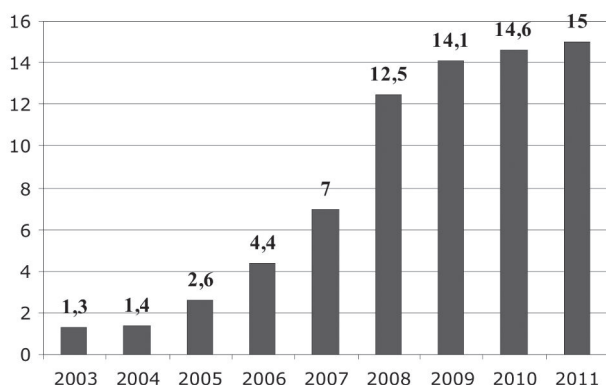
## 3.3. MATRÍCULAS POR MODALIDADE

As primeiras matrículas na modalidade a distância surgem em 2000 e começam a crescer significativamente a partir de 2002. O Gráfico 17 mostra a evolução do EAD.

**GRÁFICO 17**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO EAD (2000-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

O maior percentual de crescimento ocorreu em 2002 (660%), embora em todos os anos, exceto 2011, os percentuais tenham sido expressivos, se comparados ao crescimento das matrículas na modalidade presencial.[8] Nos últimos anos, em função de apertos regulatórios, de maior rigor na supervisão e de maior exigência nos processos avaliativos, o ritmo de crescimento tem diminuído. Contudo, o crescimento de matrículas no EAD ainda supera o da modalidade presencial. Como mostram os dados, enquanto a modalidade EAD cresceu em 2009, 2010 e 2011, 15%, 11% e 7%, respectivamente, a modalidade presencial cresceu 3%, 7% e 6%, respectivamente. Em doze anos, portanto, 2011 foi o primeiro ano em que a modalidade presencial teve praticamente o mesmo ritmo de crescimento do EAD. Na média, porém, este leva larga vantagem.

Ano após ano, como consequência, cresce a representação percentual da modalidade a distância, passando a demandar mais atenção dos gestores e formuladores das políticas educacionais. O Gráfico 18 mostra o crescimento da representação percentual das matrículas na modalidade EAD nos últimos anos.

**GRÁFICO 18**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DO EAD (2003-2011) (%)**

Fonte: MEC/Inep.

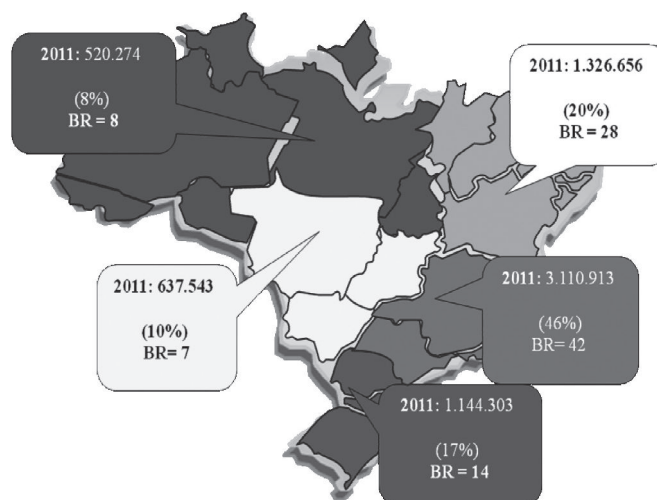
Foi necessário um período de doze anos para que a modalidade a distância passasse de uma representação de menos de 1% do total das matrículas para 15%, chegando em 2011 com praticamente um milhão de estudantes. A se confirmar a média de crescimento dos últimos anos, esse número deverá tornar-se ainda mais expressivo. Os bons resultados obtidos pelos estudantes da modalidade EAD nas diversas edições do Enade, as experiências bem-sucedidas de outros países, como a da Open University, na Inglaterra, e a da Fernuniversität, na Alemanha, entre outras, os rápidos avanços das tecnologias de comunicabilidade móvel deverão nos próximos anos auxiliar na consolidação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no aperfeiçoamento das experiências existentes e na consolidação do EAD no país. Com sua qualidade assegurada, as matrículas deverão aumentar, podendo tornar-se, assim, mais um poderoso instrumento de democratização do acesso à educação superior, especialmente para a legião de pessoas trabalhadoras que não tiveram oportunidade, entre 18 a 24 anos, de continuar seus estudos.

---

[8] Para mais detalhamento, consultar Tabela 7 do Anexo.

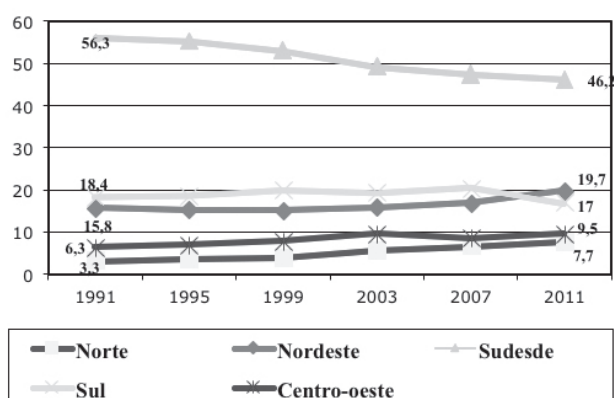
## 3.4. MATRÍCULAS POR REGIÃO

Em 2011, as matrículas da educação superior foram assim distribuídas entre as diversas regiões do país: 520.274 (8%), no Norte; 1.326.656 (20%), no Nordeste; 3.110.913 (46%), no Sudeste; 1.144.303 (17%), no Sul; e 637.543 (10%), no Centro-Oeste. O Gráfico 19 mostra a relação entre o percentual de matrículas em cada região e a proporção da população em 2011.

**GRÁFICO 19**
**DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS**
**PELA POPULAÇÃO POR REGIÃO NO BRASIL**

Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se que a maioria das matrículas, a exemplo das instituições e dos cursos, concentra-se nos quatro estados do Sudeste, região que tem 8% a mais do que o número de matrículas em todos os estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste somados. Por outro lado, ao comparar os percentuais de matrícula com os da população em cada uma das regiões, segundo dados do Censo do IBGE 2010, percebe-se que o crescimento dos últimos anos fez com que o Norte chegasse a uma representação exatamente proporcional no *campus* e na população, com exatos 8% nos dois espaços: avanço indiscutível na interiorização do ensino superior, na conta da expansão do ensino universitário público. Apesar do aumento do número de matrículas das IES públicas, o Nordeste continua sub-representado, pois possui 28% da população e apenas 20% das matrículas. O Sudeste e o Sul, por sua vez, apesar da diminuição proporcional de matrículas nos últimos anos, continuam com representação no *campus* em torno de 4% superior à sua representação na população. Por fim, no Centro-Oeste, constata-se que o crescimento das matrículas registrado nos últimos anos fez com que sua representação no *campus* se tornasse 3% superior à sua participação na população.

O Gráfico 20 permite uma visualização da evolução na representação percentual das matrículas nas cinco regiões em vinte e um anos.

**GRÁFICO 20**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DA GRADUAÇÃO POR REGIÃO (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

O que se observa no Gráfico 20 é uma nítida desconcentração de matrículas. Enquanto o Sudeste perde ano após ano representação no total, tendo diminuído sua participação de 56% para 46% em vinte e um anos, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste mostram crescimento. O Norte mais do que dobrou (de 3% para 8%), o Nordeste e o Centro-Oeste cresceram quatro pontos, de 16% para 20% e de 6% para 10%, respectivamente. O Sul também apresenta uma pequena redução, variando em torno de 17%.[9]

Interessante também situar o crescimento de matrículas em cada uma das cinco regiões nos diferentes anos do período em análise. A Tabela 22 permite identificar as regiões de maior e menor crescimento de 1991 a 2011, bem como situar os anos de maior aumento em cada uma delas.

Cabe observar que os maiores crescimentos foram no Norte (904%), Centro-Oeste (551%) e Nordeste (437%). O Norte apresenta um crescimento, no período, três vezes maior do que o do Sul (298%) e o do Sudeste (253%). É interessante observar que 2008 foi o ano de maior crescimento de matrículas no Norte (49%) e que em 2009 foi maior no Nordeste (19%), coincidindo com os dois últimos anos do governo Lula. Vale destacar que esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento das matrículas nas IES públicas, com a expansão regional das universidades federais e os institutos federais. No Sudeste, Sul e Centro-Oeste, em 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, foi também coincidentemente o de maior crescimento, com 13%, 15% e 14%, respectivamente.

## 3.5. MATRÍCULAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

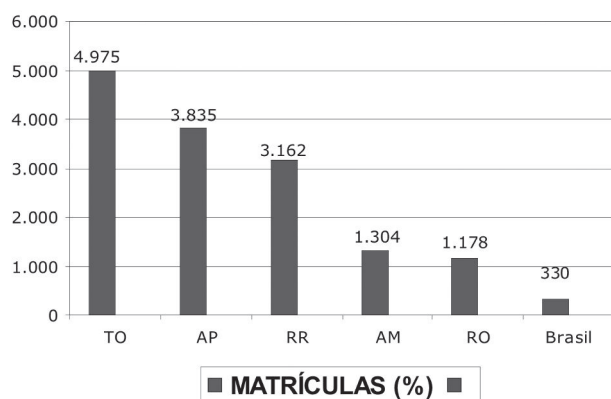
A evolução de matrículas da graduação nas diferentes Unidades da Federação foi bastante desigual e permite identificar algumas macrotendências da educação superior em vinte e um anos. Os cinco estados com maiores percentuais de crescimento constam no Gráfico 21.

**TABELA 22**
**CRESCIMENTO ANUAL DE MATRÍCULAS NAS REGIÕES (1991-2011)**

| ANO | Norte | % | Nordeste | % | Sudeste | % | Sul | % | Centro-Oeste | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1991** | 51.821 | | 247.175 | | 880.427 | | 287.702 | | 97.931 | |
| **1992** | 52.230 | 0,8 | 245.741 | -0,6 | 858.372 | -2,5 | 279.315 | -2,9 | 100.130 | 2,2 |
| **1993** | 56.993 | 9,1 | 252.545 | 2,8 | 888.659 | 3,5 | 291.789 | 4,5 | 104.682 | 4,5 |
| **1994** | 64.254 | 12,7 | 264.269 | 4,6 | 916.131 | 3,1 | 304.852 | 4,5 | 111.528 | 6,5 |
| **1995** | 67.118 | 4,5 | 269.454 | 2,0 | 973.448 | 6,3 | 327.130 | 7,3 | 122.553 | 9,9 |
| **1996** | 77.169 | 15,0 | 279.428 | 3,7 | 1.028.297 | 5,6 | 349.193 | 6,7 | 134.442 | 9,7 |
| **1997** | 77.735 | 0,7 | 289.625 | 3,6 | 1.053.281 | 2,4 | 378.566 | 8,4 | 146.408 | 8,9 |
| **1998** | 85.077 | 9,4 | 310.159 | 7,1 | 1.148.004 | 9,0 | 419.133 | 10,7 | 163.585 | 11,7 |
| **1999** | 94.411 | 11,0 | 357.835 | 15,4 | 1.257.562 | 9,5 | 473.136 | 12,9 | 187.001 | 14,3 |
| **2000** | 115.058 | 21,9 | 414.308 | 15,8 | 1.398.039 | 11,2 | 542.705 | 14,7 | 225.817 | 20,8 |
| **2001** | 141.892 | 23,3 | 460.765 | 11,2 | 1.567.621 | 12,1 | 603.916 | 11,3 | 261.919 | 16,0 |
| **2002** | 190.111 | 34,0 | 544.933 | 18,3 | 1.765.242 | 12,6 | 694.736 | 15,0 | 325.605 | 24,3 |
| **2003** | 230.227 | 21,1 | 626.560 | 15,0 | 1.941.555 | 10,0 | 765.500 | 10,2 | 373.091 | 14,6 |
| **2004** | 250.954 | 9,0 | 683.573 | 9,1 | 2.079.092 | 7,1 | 820.442 | 7,2 | 389.283 | 4,3 |
| **2005** | 277.553 | 10,6 | 751.255 | 9,9 | 2.231.375 | 7,3 | 903.330 | 10,1 | 404.285 | 3,9 |
| **2006** | 281.437 | 1,4 | 828.779 | 10,3 | 2.364.644 | 6,0 | 989.288 | 9,5 | 419.704 | 3,8 |
| **2007** | 357.989 | 27,2 | 880.358 | 6,2 | 2.494.950 | 5,5 | 1.065.232 | 7,7 | 451.618 | 7,6 |
| **2008** | 534.736 | 49,4 | 955.663 | 8,6 | 2.653.787 | 6,4 | 1.170.281 | 9,9 | 493.550 | 9,3 |
| **2009** | 396.931 | -25,8 | 1.136.732 | 18,9 | 2.820.543 | 6,3 | 1.057.245 | -9,7 | 541.039 | 9,6 |
| **2010** | 459.134 | 15,7 | 1.244.473 | 9,5 | 2.999.631 | 6,3 | 1.087.871 | 2,9 | 587.906 | 8,7 |
| **2011** | 520.274 | 13,3 | 1.326.656 | 6,6 | 3.110.913 | 3,7 | 1.144.303 | 5,2 | 637.543 | 8,4 |

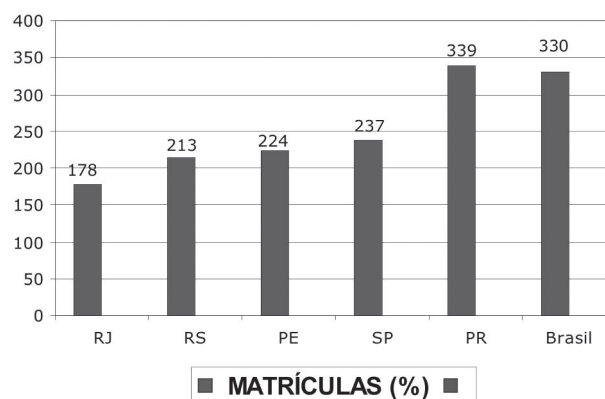
Fonte: MEC/Inep.

[9] Essas informações podem ser verificadas com mais detalhamento na Tabela 9 do Anexo.

**GRÁFICO 21**
**ESTADOS COM MAIOR CRESCIMENTO DE MATRÍCULAS (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

Os maiores percentuais de 1991 a 2011, como se pode observar, estão na região Norte: Tocantins, com 4.975%; seguido pelo Amapá, com 3.835%; e por Roraima, com 3.162%. Observa--se ainda que todos os cinco estados com as maiores taxas pertencem ao Norte, registrando aumento significativamente superior ao da média nacional.

Os estados com menor crescimento de matrículas no país constam no Gráfico 22.

**GRÁFICO 22**
**ESTADOS COM MENOR CRESCIMENTO DE MATRÍCULAS (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

O menor crescimento percentual dE matrículas da educação superior registrado foi o Rio de Janeiro, com 178% em vinte e um anos, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 213%; Pernambuco, com 224%; e São Paulo, com 237%; todos abaixo dos 330% da média nacional. Percebe-se que dois estados do Sul e dois do Sudeste encontram-se entre os cinco de menor crescimento. Se considerarmos a concentração histórica de matrículas do ensino superior nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, essa redução também reforça a tendência apontada de desconcentração.

A Tabela 23 mostra o crescimento em cada um dos estados e no Distrito Federal.

**TABELA 23**
**CRESCIMENTO PERCENTUAL DE MATRÍCULAS POR UF (1991-2011)**

| NORTE | Rondônia | Acre | Amazonas | Roraima | Pará | Amapá | Tocantins | Maranhão |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| % | 1.178 | 869 | 1.304 | 3162 | 386 | 3.835 | 4.975 | 912 |
| **NORDESTE** | **Piauí** | **Ceará** | **RG do Norte** | **Paraíba** | **Pernambuco** | **Alagoas** | **Sergipe** | **Bahia** |
| % | 883 | 392 | 504 | 239 | 224 | 514 | 652 | 634 |
| **SUDESTE** | **Minas Gerais** | **Espírito Santo** | **Rio de Janeiro** | **São Paulo** | | | | |
| % | 375 | 592 | 178 | 237 | | | | |
| **CENTRO OESTE** | **Mato Grosso** | **Goiás** | **Distrito Federal** | **Mato Grosso do Sul** | | | | |
| % | 902 | 528 | 482 | 476 | | | | |
| **SUL** | **Paraná** | **Santa Catarina** | **Rio Grande do Sul** | | | | | |
| % | 339 | 461 | 213 | | | | | |

Fonte: MEC/Inep.

**O menor crescimento percentual de matrículas da educação superior registrado foi o Rio de Janeiro, com 178% em vinte e um anos, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 213%; Pernambuco, com 224%; e São Paulo, com 237%; todos abaixo dos 330% da média nacional.**

Na região Norte, o menor aumento pertence ao Pará (386%), quase treze vezes menos que Tocantins e oito vezes menos que Roraima.

Na região Nordeste, o maior aumento das matrículas ocorreu no Piauí (883%) e o menor em Pernambuco (224%), que, apesar de expressivo, foi quase quatro vezes menor do que o Piauí – estado historicamente defasado e que agora apresenta resultados que apontam para a redução da desigualdade regional.

Na região Sudeste, que detém pouco mais de 3 milhões das 6,7 milhões de matrículas de graduação, o destaque ficou com o Espírito Santo, com 592%, e o menor, como já assinalado, ficou com o Rio de Janeiro, que cresceu três vezes menos. São Paulo que, com as suas 1.704.616 matrículas, concentra o maior número entre as UFs, e 55% delas da região Sudeste, cresceu apenas 237%.

Na região Centro-Oeste, Mato Grosso e Goiás lideram o crescimento, com 902% e 528%, respectivamente. O menor percentual pertence ao Mato Grosso do Sul, com 476%, que, não obstante, cresceu mais do que Rio de Janeiro e São Paulo, somados.

Por fim, nos três estados da região Sul, o maior crescimento pertence à Santa Catarina, com 461%. Este percentual é mais do que o dobro do registrado por Rio Grande do Sul.

As taxas de crescimento elevadas também indicam estados e regiões onde predominava baixa oferta de vagas de graduação. A atual proximidade entre a proporção de vagas ofertadas por região e o percentual da população brasileira residente aponta para um processo de maior equidade no acesso à educação superior no país.

### 3.6. MATRÍCULAS POR ÁREA DO CONHECIMENTO

Ao longo de vinte e um anos, as matrículas foram distribuídas, nas oito grandes áreas do conhecimento, conforme a Tabela 24.

**Observa-se, pois, que a área de Educação que, em 1991, representava 8% do total das matrículas da graduação, em 2000, passa a representar 22%, mantendo praticamente esse patamar até 2011, quando cai levemente para 20%.**

**TABELA 24**
**DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS POR ÁREAS DO CONHECIMENTO (1991-2011)**

| ANO | ÁREA BÁSICA | EDUCAÇÃO | HUMANIDADES E ARTES | CIÊNCIAS SOCIAIS, NEGÓCIOS E DIREITO | CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO | ENGENHARIA, PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO | AGRICULTURA E VETERINÁRIA | SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL | SERVIÇOS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1991** | 4.465 | 120.011 | 170.672 | 646.591 | 196.837 | 177.114 | 41.048 | 199.934 | 8.384 |
| **1992** | 4.002 | 114.754 | 161.303 | 636.273 | 192.905 | 174.280 | 40.951 | 203.020 | 8.300 |
| **1993** | 3.687 | 116.575 | 164.593 | 672.197 | 201.241 | 176.250 | 40.607 | 211.446 | 8.072 |
| **1994** | 4.110 | 117.299 | 170.701 | 700.972 | 215.686 | 180.153 | 41.909 | 221.841 | 8.363 |
| **1995** | 4.278 | 119.199 | 176.905 | 754.460 | 233.662 | 184.639 | 43.805 | 233.502 | 9.253 |
| **1996** | 2.788 | 126.828 | 179.027 | 809.489 | 252.715 | 191.307 | 46.564 | 248.369 | 11.442 |
| **1997** | 1.329 | 124.759 | 186.519 | 859.423 | 262.503 | 187.081 | 48.870 | 261.182 | 13.949 |
| **1998** | 870 | 143.631 | 203.786 | 928.226 | 288.213 | 198.057 | 53.678 | 289.682 | 19.815 |
| **1999** | 0 | 171.194 | 231.029 | 1.019.135 | 320.610 | 215.579 | 58.848 | 322.727 | 30.823 |
| **2000** | 0 | 586.346 | 88.559 | 1.122.142 | 233.726 | 234.497 | 63.260 | 323.196 | 44.201 |
| **2001** | 1.570 | 659.172 | 99.926 | 1.265.861 | 262.207 | 254.398 | 67.533 | 363.466 | 61.980 |
| **2002** | 1.314 | 798.069 | 114.870 | 1.448.830 | 299.680 | 279.716 | 73.058 | 424.383 | 80.707 |
| **2003** | 1.858 | 886.625 | 135.413 | 1.623.114 | 333.712 | 301.158 | 80.454 | 483.997 | 90.602 |
| **2004** | 2.022 | 909.913 | 150.517 | 1.743.029 | 360.548 | 319.183 | 87.215 | 556.505 | 94.412 |
| **2005** | 2.626 | 982.603 | 156.888 | 1.887.275 | 378.090 | 344.719 | 97.324 | 622.464 | 95.809 |
| **2006** | 572 | 1.042.771 | 165.662 | 2.016.508 | 394.290 | 371.504 | 105.938 | 694.103 | 92.504 |
| **2007** | 706 | 1.076.216 | 171.299 | 2.165.193 | 417.329 | 419.340 | 114.049 | 784.361 | 101.654 |
| **2008** | 2.653 | 1.166.018 | 176.193 | 2.408.082 | 459.544 | 472.385 | 123.725 | 888.511 | 110.906 |
| **2009** | 0 | 1.159.587 | 186.662 | 2.469.651 | 460.191 | 547.134 | 132.140 | 878.134 | 120.522 |
| **2010** | 15.984 | 1.348.865 | 146.212 | 2.643.840 | 415.135 | 632.047 | 144.712 | 893.891 | 138.613 |
| **2011** | 16.995 | 1.354.918 | 154.915 | 2.798.289 | 423.372 | 759.873 | 155.616 | 931.571 | 144.140 |

Fonte: MEC/Inep.

Quatro questões parecem marcantes: (1) que a área de maior crescimento no período foi a de Serviços[10] (1619%), seguida por Educação (1029%). O crescimento da área de Serviços equivale a quase cinco vezes o das Engenharias e a quase seis vezes o de Agricultura e Veterinária; (2) que a área de Humanidades e Artes diminui o número absoluto de matriculados, mostrando uma queda de 9% em relação a 1991; (3) que as matrículas nas áreas que envolvem licenciaturas, exceto Educação, tiveram crescimento pequeno. Isto vale para a área de Ciências e Matemática, assim como para as licenciaturas ligadas às Humanidades (p.ex.: História, Geografia, Filosofia); e (4) que 2,7 milhões dos 6,7 milhões de matriculados encontram-se na área que engloba os cursos de Direito e Administração, representando cerca de 42% do total de matrículas da educação superior brasileira.[11]

O que é mais difícil de visualizar na tabela anterior é a evolução da representação percentual de cada uma das áreas em relação ao conjunto das oito áreas do conhecimento. A Tabela 25 permite uma análise mais detalhada para a área de Educação.

**TABELA 25**
**EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS**
**ÁREA DE EDUCAÇÃO (1991-2011)**

| ANO | EDUCAÇÃO | (%) TOTAL |
|---|---|---|
| **1991** | 120.011 | 8 |
| **1992** | 114.754 | 7 |
| **1993** | 116.575 | 7 |
| **1994** | 117.299 | 7 |
| **1995** | 119.199 | 7 |
| **1996** | 126.828 | 7 |
| **1997** | 124.759 | 6 |
| **1998** | 143.631 | 7 |
| **1999** | 171.194 | 7 |
| **2000** | 586.346 | 22 |
| **2001** | 659.172 | 22 |
| **2002** | 798.069 | 23 |
| **2003** | 886.625 | 23 |
| **2004** | 909.913 | 22 |
| **2005** | 982.603 | 22 |
| **2006** | 1.042.771 | 21 |
| **2007** | 1.076.216 | 20 |
| **2008** | 1.166.018 | 20 |
| **2009** | 1.159.587 | 19 |
| **2010** | 1.348.865 | 21 |
| **2011** | 1.354.918 | 20 |

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se, pois, que a área de Educação que, em 1991, representava 8% do total das matrículas da graduação, em 2000, passa a representar 22%, mantendo praticamente esse patamar até 2011, quando cai levemente para 20%.

Já o quadro das Humanidades e Artes é bastante distinto, mostrando não só uma diminuição absoluta do número de matrículas, mas também uma queda na representação relativa ao conjunto das áreas da graduação, conforme podemos visualizar na Tabela 26.

**TABELA 26**
**EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS**
**ÁREA DE HUMANIDADES E ARTES (1991-2011)**

| ANO | HUMANIDADES E ARTES | (%) TOTAL |
|---|---|---|
| **1991** | 170.672 | 11 |
| **1992** | 161.303 | 11 |
| **1993** | 164.593 | 10 |
| **1994** | 170.701 | 10 |
| **1995** | 176.905 | 10 |
| **1996** | 179.027 | 10 |
| **1997** | 186.519 | 10 |
| **1998** | 203.786 | 10 |
| **1999** | 231.029 | 10 |
| **2000** | 88.559 | 3 |
| **2001** | 99.926 | 3 |
| **2002** | 114.870 | 3 |
| **2003** | 135.413 | 3 |
| **2004** | 150.517 | 4 |
| **2005** | 156.888 | 3 |
| **2006** | 165.662 | 3 |
| **2007** | 171.299 | 3 |
| **2008** | 176.193 | 3 |
| **2009** | 186.662 | 3 |
| **2010** | 146.212 | 2 |
| **2011** | 154.915 | 2 |

Fonte: MEC/Inep.

É significativa a queda na representação relativa da área de Humanidades e Artes: de 11% do total de matrículas na graduação, em 1991, para apenas 2%. Como a área envolve cursos de licenciatura, é muito provável que uma das razões desse encolhimento do setor tenha a ver com as condições de trabalho e salário dos professores da educação básica. Políticas de formação e valorização, tais como as adotadas desde a criação da Nova Capes (Pibid,[12] Observatório da Educação, Pró-docência,[13]

[10] Estão incluídos principalmente cursos superiores de tecnologia que se dedicam a temas como Gestão de Negócios, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Pública, Gestão Hospitalar, Gestão Comercial, Gestão Ambiental, Gestão de Tecnologia da Informação, Processos Gerenciais, Segurança Pública, Segurança Privada, Segurança do Trabalho, Turismo, Hotelaria, Eventos, Cosmetologia, Estética, Moda, Gastronomia, Marketing, Logística, Produção Audiovisual, Negócios Imobiliários, Ciências Atuariais, entre outros.

[11] Observa-se que, entre 1999 e 2000, há importante variação no número de matrículas em diversas áreas, como a de Educação, que aumenta, e a de Humanidades, que diminui. Ainda não foi identificado se houve alguma mudança de registro da informação que contribua para explicar a intensidade da variação.

[12] Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

[13] Programa de Consolidação das Licenciaturas.

Parfor[14] etc.) e a criação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério, ainda contestado por vários estados brasileiros, parecem não ter surtido, até 2011, os efeitos desejados.

O mesmo pode ser dito da área que envolve as Ciências (Física, Química, Biologia), Matemática e Computação. Esta área de base, considerada fundamental para o avanço das ciências e revelação de talentos para pesquisa, mostra que está a cada ano perdendo espaço no conjunto das áreas do conhecimento, conforme se revela na Tabela 27.

**TABELA 27**
**EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS DA ÁREA DE CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO (1991-2011)**

| ANO | CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO | (%) TOTAL |
|---|---|---|
| 1991 | 196.837 | 13 |
| 1992 | 192.905 | 13 |
| 1993 | 201.241 | 13 |
| 1994 | 215.686 | 13 |
| 1995 | 233.662 | 13 |
| 1996 | 252.715 | 14 |
| 1997 | 262.503 | 13 |
| 1998 | 288.213 | 14 |
| 1999 | 320.610 | 14 |
| 2000 | 233.726 | 9 |
| 2001 | 262.207 | 9 |
| 2002 | 299.680 | 9 |
| 2003 | 333.712 | 8 |
| 2004 | 360.548 | 9 |
| 2005 | 378.090 | 8 |
| 2006 | 394.290 | 8 |
| 2007 | 417.329 | 8 |
| 2008 | 459.544 | 8 |
| 2009 | 460.191 | 8 |
| 2010 | 415.135 | 7 |
| 2011 | 423.372 | 6 |

Fonte: MEC/Inep.

A área, que na década de 1990 representava em torno de 14% do total das matrículas na graduação, começa a perder representatividade a partir de 2000, chegando a 2011 com apenas 6%, ou seja, 8% a menos do que representava em 1996. Novamente, a participação forte das licenciaturas parece explicar essa queda, especialmente quando constatamos que tanto o número de matrículas como o de concluintes nas licenciaturas como um todo têm diminuído nos últimos anos. [15]

Como explicar, então, que áreas do conhecimento que envolvem cursos de muita demanda, com alta relação candidato-vaga, tenham também sofrido leve redução na sua representação ou permanecido nos mesmos patamares de mais vinte e um anos atrás? O quadro abaixo mostra que mesmo áreas como a das engenharias, Agricultura e Veterinária e Saúde sofreram redução ou mantiveram mesma representação de anos anteriores.

**TABELA 28**
**EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS DAS ÁREAS DE ENGENHARIA, AGRICULTURA E VETERINÁRIA E SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL (1991-2011)**

| ANO | ENGENHARIA | (%) TOTAL | AGRICULTURA E VETERINÁRIA | (%) TOTAL | SAÚDE E BEM- ESTAR SOCIAL | (%) TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 177.114 | 11 | 41.048 | 3 | 199.934 | 13 |
| 1992 | 174.280 | 11 | 40.951 | 3 | 203.020 | 13 |
| 1993 | 176.250 | 11 | 40.607 | 3 | 211.446 | 13 |
| 1994 | 180.153 | 11 | 41.909 | 3 | 221.841 | 13 |
| 1995 | 184.639 | 10 | 43.805 | 2 | 233.502 | 13 |
| 1996 | 191.307 | 10 | 46.564 | 2 | 248.369 | 13 |
| 1997 | 187.081 | 10 | 48.870 | 3 | 261.182 | 13 |
| 1998 | 198.057 | 9 | 53.678 | 3 | 289.682 | 14 |
| 1999 | 215.579 | 9 | 58.848 | 2 | 322.727 | 14 |
| 2000 | 234.497 | 9 | 63.260 | 2 | 323.196 | 12 |
| 2001 | 254.398 | 8 | 67.533 | 2 | 363.466 | 12 |
| 2002 | 279.716 | 8 | 73.058 | 2 | 424.383 | 12 |
| 2003 | 301.158 | 8 | 80.454 | 2 | 483.997 | 12 |
| 2004 | 319.183 | 8 | 87.215 | 2 | 556.505 | 13 |
| 2005 | 344.719 | 8 | 97.324 | 2 | 622.464 | 14 |
| 2006 | 371.504 | 8 | 105.938 | 2 | 694.103 | 14 |
| 2007 | 419.340 | 8 | 114.049 | 2 | 784.361 | 15 |
| 2008 | 472.385 | 8 | 123.725 | 2 | 888.511 | 15 |
| 2009 | 547.134 | 9 | 132.140 | 2 | 878.134 | 15 |
| 2010 | 632.047 | 10 | 144.712 | 2 | 893.891 | 14 |
| 2011 | 759.873 | 11 | 155.616 | 2 | 931.571 | 14 |

Fonte: MEC/Inep.

Como vemos, as Engenharias, após um período de queda, mantiveram a representação de 11% das matrículas que detinham em 1991, demonstrando recuperação nos últimos anos. A área de Agricultura e Veterinária parece ter vivido seus dias de glória no início da década de 1990 e desde então manteve-se estabilizada no patamar de 2%; e a área de Saúde e Bem-estar Social (que envolve cursos como Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Nutrição e mais nove outros) aumentou em 1% sua representação em relação a 1991, mas perdeu 1% em relação a 2007. Trata-se de áreas que, não obstante seu prestígio social, constatado pela alta relação candidato/vaga que historicamente apresentam, acompanham com dificuldade o crescimento das matrículas da educação superior como um todo.

[14] Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica .

[15] Cf. RISTOFF e BIANCHETTI, 2012.

A área das Ciências Sociais, Negócios e Direito, que engloba cursos de Direito, Administração, Economia, Contabilidade, entre outros, mantém grande e estável sua participação no percentual de matrículas ao longo de vinte e um anos, crescendo na mesma proporção que a educação superior como um todo.

**TABELA 29**
**EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, NEGÓCIOS E DIREITO (1991-2011)**

| ANO | CIÊNCIAS SOCIAIS, NEGÓCIOS E DIREITO | (%) TOTAL |
|---|---|---|
| 1991 | 646.591 | 41 |
| 1992 | 636.273 | 41 |
| 1993 | 672.197 | 42 |
| 1994 | 700.972 | 42 |
| 1995 | 754.460 | 43 |
| 1996 | 809.489 | 43 |
| 1997 | 859.423 | 44 |
| 1998 | 928.226 | 44 |
| 1999 | 1.019.135 | 43 |
| 2000 | 1.122.142 | 42 |
| 2001 | 1.265.861 | 42 |
| 2002 | 1.448.830 | 41 |
| 2003 | 1.623.114 | 41 |
| 2004 | 1.743.029 | 41 |
| 2005 | 1.887.275 | 41 |
| 2006 | 2.016.508 | 41 |
| 2007 | 2.165.193 | 41 |
| 2008 | 2.408.082 | 41 |
| 2009 | 2.469.651 | 41 |
| 2010 | 2.643.840 | 41 |
| 2011 | 2.798.289 | 42 |

Fonte: MEC/Inep.

Em 1997 e 1998, a área de Ciências Sociais, Negócios e Direito chegou a representar 44% do total das matrículas e chega em 2011 com significativos 42%. Além de ser uma área que exige menores investimentos em termos de infraestrutura e de docentes-pesquisadores de alta titulação, o que estimula sua oferta pelo setor privado, os cursos em questão, pelo prestígio social de que gozam e pelas oportunidades profissionais que abrem, são muito procurados pelos jovens brasileiros

A área de Serviços, a menor de todas, embora o número de matriculados seja praticamente equivalente ao da área de Agricultura e Veterinária, vem demonstrando, ao contrário, um crescimento expressivo nos últimos anos. A Tabela 30 é reveladora dessa evolução.

**TABELA 30**
**EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS DA ÁREA DE SERVIÇOS (1991-2011)**

| ANO | SERVIÇOS | (%) TOTAL |
|---|---|---|
| 1991 | 8.384 | 1 |
| 1992 | 8.300 | 1 |
| 1993 | 8.072 | 1 |
| 1994 | 8.363 | 1 |
| 1995 | 9.253 | 1 |
| 1996 | 11.442 | 1 |
| 1997 | 13.949 | 1 |
| 1998 | 19.815 | 1 |
| 1999 | 30.823 | 1 |
| 2000 | 44.201 | 2 |
| 2001 | 61.980 | 2 |
| 2002 | 80.707 | 2 |
| 2003 | 90.602 | 2 |
| 2004 | 94.412 | 2 |
| 2005 | 95.809 | 2 |
| 2006 | 92.504 | 2 |
| 2007 | 101.654 | 2 |
| 2008 | 110.906 | 2 |
| 2009 | 120.522 | 2 |
| 2010 | 138.613 | 2 |
| 2011 | 144.140 | 2 |

Fonte: MEC/Inep.

De um número pequeno, em 1991 (8.384), a área de Serviços cresceu para quase 145 mil matriculados. Embora percentualmente isso signifique apenas o acréscimo de 1% na representação frente aos quase sete milhões de matrículas da educação superior, a trajetória que se observa é muito diferente da área de Agricultura e Veterinária, que inicia, em 1991, com mais de 40 mil matriculados e chega a 2011 com praticamente o mesmo número da de Serviços. A se manter a atual tendência, em breve a área de Serviços superará a de Agricultura e Veterinária e a de Humanidades e Artes no número de matrículas.

## 3.7. MATRÍCULAS POR GÊNERO

Como demonstrou estudo do Inep realizado há alguns anos,[16] as mulheres são maioria na escola brasileira a partir da 5ª série do ensino fundamental, embora os homens sejam maioria na sociedade até os 20 anos. Na graduação não é diferente, como podemos observar na Tabela 31.

[16] Cf.: RISTOFF *et. al.*, 2007.

**TABELA 31**
**HOMENS E MULHERES MATRICULADOS**
**NA GRADUAÇÃO BRASILEIRA (1991-2011)**

| ANO | MULHERES | % | HOMENS | % | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| **1991** | 833.949 | 53 | 731.107 | 47 | 1.565.056 |
| **1992** | 822.961 | 54 | 712.827 | 46 | 1.535.788 |
| **1993** | 865.803 | 54 | 728.865 | 46 | 1.594.668 |
| **1994** | 907.677 | 55 | 753.357 | 45 | 1.661.034 |
| **1995** | 959.620 | 55 | 800.083 | 45 | 1.759.703 |
| **1996** | 1.015.900 | 54 | 852.629 | 46 | 1.868.529 |
| **1997** | 1.070.239 | 55 | 875.376 | 45 | 1.945.615 |
| **1998** | 1.170.028 | 55 | 955.930 | 45 | 2.125.958 |
| **1999** | 1.318.393 | 56 | 1.051.552 | 44 | 2.369.945 |
| **2000** | 1.516.718 | 56 | 1.179.209 | 44 | 2.695.927 |
| **2001** | 1.710.377 | 56 | 1.325.736 | 44 | 3.036.113 |
| **2002** | 2.003.785 | 57 | 1.516.842 | 43 | 3.520.627 |
| **2003** | 2.239.420 | 57 | 1.697.513 | 43 | 3.936.933 |
| **2004** | 2.397.640 | 57 | 1.825.704 | 43 | 4.223.344 |
| **2005** | 2.575.631 | 56 | 1.992.167 | 44 | 4.567.798 |
| **2006** | 2.756.896 | 56 | 2.126.956 | 44 | 4.883.852 |
| **2007** | 2.947.757 | 56 | 2.302.390 | 44 | 5.250.147 |
| **2008** | 3.246.476 | 56 | 2.561.541 | 44 | 5.808.017 |
| **2009** | 3.400.800 | 57 | 2.553.221 | 43 | 5.954.021 |
| **2010** | 3.637.894 | 57 | 2.741.405 | 43 | 6.379.299 |
| **2011** | 3.837.088 | 57 | 2.902.601 | 43 | 6.739.689 |

Fonte: MEC/Inep.

Três observações fazem-se necessárias a respeito dos dados: (1) as mulheres são maioria absoluta na graduação brasileira, com 57% do total de matrículas; (2) as mulheres já eram maioria na graduação em 1991, quando representavam 53%; e (3) a representação feminina no *campus* têm-se estabilizado em torno de 57% desde 2002, ou seja, durante toda a última década.

## 3.8 MATRÍCULAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

As matrículas da graduação brasileira, em 2011, estão assim distribuídas de acordo com tipo de organização acadêmica conforme se visualiza na Tabela 32.

**TABELA 32**
**DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS**
**POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA (2011)**

| ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA | MATRÍCULAS |
|---|---|
| Centros Universitários | 14% |
| IFs e Cefets | 2% |
| Universidades | 54% |
| Faculdades | 30% |

Fonte: MEC/Inep.

A maioria das matrículas da graduação (o mesmo vale para a pós-graduação, *stricto* e *lato sensu*) está nas universidades, embora este tipo de instituição represente somente cerca de 8% do total de IES. De outra forma: embora as instituições brasileiras sejam preponderantemente não-universitárias, os estudantes estão em sua maioria matriculados em universidades.

Essa distribuição de matrículas revela, igualmente, que cerca de 70% delas estão concentradas em instituições autônomas, já que universidades, centros universitários e institutos federais gozam de autonomia para abrir cursos superiores e vagas. Significa dizer que o controle do MEC sobre a oferta de vagas restringe-se às faculdades, isto é, a em torno de 30% das matrículas da educação superior. Como cerca de 7% das IES pertencem aos sistemas estaduais, o controle do MEC recai sobre um número ainda menor de vagas autorizadas e, desse modo, de matrículas realizadas. Essa realidade, raramente percebida pelo grande público, tem forte impacto sobre as políticas globais do governo federal, constitucionalmente o principal responsável pela condução dos destinos da educação superior. As decisões regulatórias, as políticas de avaliação, as políticas de expansão, democratização, indução e priorização de áreas do conhecimento, região, entre outras, todas têm sua atuação limitada pelo espaço da autonomia. Se é verdade que 93% das IES pertencem ao sistema federal, dependendo da União para todos os seus processos regulatórios de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento, supervisão etc. – o que sugere que temos no Brasil um sistema de educação superior altamente centralizado –, é também verdade que nesse sistema as matrículas e cursos em sua maior parte estão concentrados em instituições autônomas, públicas e privadas, sobre as quais o governo federal tem pouca ou quase nenhuma ingerência.

**TABELA 33**
**MATRÍCULAS EM IES AUTÔNOMAS E NÃO-AUTÔNOMAS**
**(1991-2011)**

| ANO | IES AUTÔNOMAS | IES NÃO-AUTÔNOMAS |
|---|---|---|
| **1991** | 55% | 45% |
| **1992** | 57% | 43% |
| **1993** | 59% | 41% |
| **1994** | 62% | 38% |
| **1995** | 64% | 36% |
| **1996** | 65% | 35% |
| **1997** | 71% | 29% |
| **1998** | 72% | 28% |
| **1999** | 76% | 24% |
| **2000** | 77% | 23% |
| **2001** | 76% | 24% |
| **2002** | 75% | 25% |
| **2003** | 73% | 27% |
| **2004** | 73% | 27% |
| **2005** | 72% | 28% |
| **2006** | 70% | 30% |
| **2007** | 70% | 30% |
| **2008** | 70% | 30% |
| **2009** | 70% | 30% |
| **2010** | 69% | 31% |
| **2011** | 69% | 31% |

Fonte: MEC/Inep.

O que se observa é que, ao longo de vinte e um anos, as IES autônomas tiveram absoluto predomínio sobre as matrículas, vagas, ingressos e cursos de educação superior. Essa participação foi menor em 1991, tendo atingido o seu auge em 2000, quando as IES autônomas foram responsáveis por 77% do total de matrículas. A partir de 2003, observa-se uma ligeira queda nessa participação, chegando a 2011 com 8% inferior a de 2000. É possível que essa diminuição esteja em parte associada aos apertos regulatórios dos últimos anos, especialmente aos resultados da avaliação da educação superior, que ensejaram protocolos de compromisso com instituições, especialmente privadas, cujos cursos tiveram baixo desempenho no Enade, expressando-se em Índice Geral de Cursos (IGC) e Conceito Prévio de Curso (CPC) baixos. Esses protocolos de compromisso e ajustes de conduta, em diversos casos, resultaram em redução de vagas em alguns cursos. Parte da explicação talvez esteja no fato de instituições autônomas privadas terem deixado de abrir vagas e mesmo de oferecer cursos em áreas do conhecimento poucos rentáveis, tais como as licenciaturas, não encontrando em outras áreas mais rentáveis o público desejado em condições de arcar com os custos do ensino superior pago.

## 3.9. MATRÍCULAS POR TURNO

Das 5.746.762 de matrículas presenciais da educação superior brasileira, 2.101.783 (37%) estão no turno diurno e 3.644.979 (63%) estão no turno noturno, o que nos leva a concluir que o ensino superior é majoritariamente noturno. A Tabela 34 mostra a evolução dos dois turnos ao longo de vinte e um anos.

**TABELA 34**
**EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS PRESENCIAIS NA GRADUAÇÃO POR TURNO (1991-2000)**

| NO | MATRÍCULAS DIURNO | % | MATRÍCULAS NOTURNO | % | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 703.280 | 45 | 861.776 | 55 | 1.565.056 |
| 1992 | 705.209 | 46 | 830.579 | 54 | 1.535.788 |
| 1993 | 727.509 | 46 | 867.159 | 54 | 1.594.668 |
| 1994 | 754.512 | 45 | 906.522 | 55 | 1.661.034 |
| 1995 | 803.527 | 46 | 956.176 | 54 | 1.759.703 |
| 1996 | 848.003 | 45 | 1.020.526 | 55 | 1.868.529 |
| 1997 | 881.768 | 45 | 1.063.847 | 55 | 1.945.615 |
| 1998 | 950.591 | 45 | 1.175.367 | 55 | 2.125.958 |
| 1999 | 1.048.887 | 44 | 1.321.058 | 56 | 2.369.945 |
| 2000 | 1.183.907 | 44 | 1.510.338 | 56 | 2.694.245 |
| 2001 | 1.295.818 | 43 | 1.734.936 | 57 | 3.030.754 |
| 2002 | 1.476.158 | 42 | 2.003.755 | 58 | 3.479.913 |
| 2003 | 1.616.556 | 42 | 2.270.466 | 58 | 3.887.022 |
| 2004 | 1.709.385 | 41 | 2.454.348 | 59 | 4.163.733 |
| 2005 | 1.775.401 | 40 | 2.677.755 | 60 | 4.453.156 |
| 2006 | 1.828.976 | 39 | 2.847.670 | 61 | 4.676.646 |
| 2007 | 1.870.848 | 38 | 3.009.533 | 62 | 4.880.381 |
| 2008 | 1.900.443 | 37 | 3.179.613 | 63 | 5.080.056 |
| 2009[17] | - | - | - |  | - |
| 2010 | 1.991.640 | 37 | 3.457.480 | 63 | 5.449.120 |
| 2011 | 2.101.783 | 37 | 3.644.979 | 63 | 5.746.762 |

Fonte: MEC/Inep.

[17] Não foram disponibilizados os dados de matrículas por turno em 2009

O que se percebe com nitidez na Tabela 34 é que: (1) as matrículas noturnas têm sido majoritárias em toda a série histórica; e (2) a tendência tem sido de aumento das matrículas noturnas em relação às diurnas, ano após ano, tendo crescido 8% no período.

## 3.10. MATRÍCULAS NOTURNAS E DIURNAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Quando observadas sob a ótica da categoria administrativa ao longo de vinte e um anos, percebe-se que não só o ensino superior brasileiro é eminentemente noturno, mas também que as matrículas noturnas em grande maioria têm pertencido ao setor privado.

**TABELA 35**
**MATRÍCULAS NOTURNAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (1991-2011)**

| ANO | NOTURNO PÚBLICO | % | PRIVADO | % | TOTAL NOTURNO | TOTAL DE MATRÍCULAS |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 211.098 | 24 | 650.688 | 76 | 861.786 | 1.564.616 |
| 1992 | 217.109 | 26 | 614.370 | 74 | 831.479 | 1.535.945 |
| 1993 | 229.008 | 26 | 639.151 | 74 | 868.159 | 1.595.665 |
| 1994 | 247.341 | 27 | 659.026 | 73 | 906.367 | 1.661.359 |
| 1995 | 250.885 | 26 | 698.964 | 74 | 949.849 | 1.768.730 |
| 1996 | 274.003 | 27 | 759.488 | 73 | 1.033.491 | 1.890.131 |
| 1997 | 282.044 | 27 | 753.298 | 73 | 1.035.342 | 1.923.327 |
| 1998 | 298.336 | 25 | 877.031 | 75 | 1.175.367 | 2.125.958 |
| 1999 | 297.678 | 23 | 1.023.678 | 77 | 1.321.356 | 2.370.243 |
| 2000 | 314.305 | 21 | 1.196.033 | 79 | 1.510.338 | 2.694.245 |
| 2001 | 342.115 | 20 | 1.392.821 | 80 | 1.734.936 | 3.030.754 |
| 2002 | 376.739 | 19 | 1.627.016 | 81 | 2.003.755 | 3.479.913 |
| 2003 | 407.257 | 18 | 1.863.209 | 82 | 2.270.466 | 3.887.022 |
| 2004 | 425.294 | 17 | 2.029.054 | 83 | 2.454.348 | 4.163.733 |
| 2005 | 441.065 | 16 | 2.236.690 | 84 | 2.677.755 | 4.453.156 |
| 2006 | 447.546 | 16 | 2.400.124 | 84 | 2.847.670 | 4.676.646 |
| 2007 | 464.569 | 15 | 2.544.964 | 85 | 3.009.533 | 4.880.381 |
| 2008 | 480.784 | 15 | 2.698.829 | 85 | 3.179.613 | 5.080.056 |
| 2010 | 555.239 | 16 | 2.902.241 | 84 | 3.457.480 | 5.449.120 |
| 2011 | 607.580 | 17 | 3.037.399 | 83 | 3.644.979 | 5.746.762 |

Fonte: MEC/Inep.

Chama a atenção que o setor público e gratuito, ao longo dos anos, perdeu 7% na sua representação em relação ao setor privado e pago, passando este setor a controlar 83% das matrículas noturnas. O maior percentual de matrículas noturnas no setor privado ocorreu em 2007 e 2008, mostrando um pequeno declínio posteriormente, que se deve quase que exclusivamente ao esforço na esfera federal pela ampliação de vagas em cursos noturnos, como se observa na Tabela 36.

**TABELA 36**
**CRESCIMENTO DE MATRÍCULAS NOTURNAS NAS IES PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS (1991-2011)**

| ANO | NOTURNO FEDERAL | % | NOTURNO ESTADUAL | % |
|---|---|---|---|---|
| **1991** | 50.166 | | 93.987 | |
| **1992** | 49.641 | -1 | 94.078 | 0 |
| **1993** | 57.779 | 16 | 98.452 | 5 |
| **1994** | 65.564 | 13 | 106.253 | 8 |
| **1995** | 62.670 | -4 | 112.437 | 6 |
| **1996** | 71.903 | 15 | 118.297 | 5 |
| **1997** | 71.947 | 0 | 122.053 | 3 |
| **1998** | 82.284 | 14 | 126.729 | 4 |
| **1999** | 94.820 | 15 | 140.235 | 11 |
| **2000** | 111.537 | 18 | 148.220 | 6 |
| **2001** | 123.603 | 11 | 158.502 | 7 |
| **2002** | 131.378 | 6 | 166.395 | 5 |
| **2003** | 144.391 | 10 | 169.534 | 2 |
| **2004** | 144.196 | 0 | 184.889 | 9 |
| **2005** | 147.075 | 2 | 196.642 | 6 |
| **2006** | 149.402 | 2 | 198.615 | 1 |
| **2007** | 157.281 | 5 | 204.141 | 3 |
| **2008** | 166.592 | 6 | 213.443 | 5 |
| **2010** | 236.584 | 42 | 240.087 | 12 |
| **2011** | 275.762 | 17 | 240.261 | 0 |

Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se que as IES federais tiveram aumentos expressivos de matrículas noturnas em 2010 e 2011 de 42% e 17%, respectivamente – um índice superior ao aumento percentual de dez anos somados. Destaque-se, por outro lado, que o aumento nas IES estaduais foi de apenas 12% em 2010, sem qualquer crescimento registrado em 2011, tendo sido pequeno durante toda a última década. Se o percentual de crescimento de matrículas noturnas nas IES federais for comparado ao de matrículas diurnas no mesmo período (25% em 2010 e 9% em 2011), vemos que ocorreu um esforço efetivo nessas instituições, provavelmente como resultado direto das políticas de democratização, interiorização e recuperação das universidades federais (Reuni), no sentido de aumentar as matrículas noturnas. Desnecessário dizer que estas são a principal oportunidade para o aluno trabalhador, em geral o de mais baixa renda familiar. Embora o percentual seja pequeno quando comparado ao todo das matrículas noturnas, fica evidente que há um esforço significativo em andamento para facilitar o acesso do aluno trabalhador nas instituições federais públicas e gratuitas.

## 3.11. MATRÍCULAS NOTURNAS E DIURNAS POR REGIÃO E UF

O crescimento das matrículas noturnas não tem ocorrido no mesmo ritmo em todas as regiões do país, embora em todas elas tenham aumentado mais do que as diurnas, conforme se observa na Tabela 37.

**TABELA 37**
**CRESCIMENTO DE MATRÍCULAS NOTURNAS E DIURNAS POR REGIÃO (1991-2011)**

| REGIÃO | % NOTURNO | % DIURNO |
|---|---|---|
| Norte | 1.210 | 397 |
| Nordeste | 533 | 252 |
| Sudeste | 248 | 157 |
| Sul | 304 | 128 |
| Centro-Oeste | 483 | 397 |

Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se que, de 1991 a 2011, tanto as matrículas noturnas quanto as diurnas aumentaram mais no Norte, um aumento de 1.210% e 397%, respectivamente, ficando o menor aumento das matrículas noturnas no Sudeste (248%) e o menor das diurnas no Sul (128%). Mesmo na região com o maior contingente, a Sudeste, o crescimento de matrículas noturnas é quase 100% superior ao das diurnas, observando-se que as diferenças em todas as regiões são bastante significativas, deixando assim caracterizado o predomínio absoluto, como anteriormente destacado, de matrículas noturnas.

Nas diferentes Unidades da Federação, o crescimento das matrículas noturnas tem sido também muito distinto e com enormes variações. A Tabela 38 demonstra esse aumento.

**TABELA 38**
**CRESCIMENTO DAS MATRÍCULAS NOTURNAS POR UF (1991-2011)**

| UF | (%) CRESCIMENTO |
|---|---|
| 1. Acre | 871 |
| 2. Alagoas | 597 |
| **3. Amapá** | **3.899** |
| **4. Amazonas** | **2.070** |
| 5. Bahia | 926 |
| 6. Ceará | 458 |
| 7. DF | 416 |
| 8. Espírito Santo | 556 |
| 9. Goiás | 582 |
| **10. Maranhão** | **1.310** |
| 11. Mato Grosso | 775 |
| 12. Mato Grosso do Sul | 276 |
| 13. Minas Gerais | 364 |
| 14. Pará | 672 |
| 15. Paraíba | 477 |
| 16. Paraná | 312 |
| 17. Pernambuco | 240 |
| **18. Piauí** | **5.480** |
| 19. Rio de Janeiro | 160 |
| 20. Rio Grande do Norte | 522 |
| 21. Rio Grande do Sul | 265 |
| 22. Rondônia | 781 |
| 23. Roraima | Não havia matrículas noturnas em 1991 |
| 24. Santa Catarina | 375 |
| 25. São Paulo | 241 |
| 26. Sergipe | 692 |
| **27. Tocantins** | **1.388** |

Fonte: MEC/Inep.

Os maiores crescimentos registrados são, pois, pela ordem, os dos seguintes estados: Piauí, Amapá, Amazonas, Tocantins e Maranhão – todos das regiões Nordeste e Norte. Os menores foram observados, pela ordem, nos estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina, todos das regiões Sudeste e Sul.

## 3.12 PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

As principais constatações sobre o comportamento das matrículas de 1991 a 2011 na educação superior brasileira são:

1. o crescimento das matrículas no período pré-LDB (de 1991 a 1996) foi de apenas 19,4% e de 62% no período imediatamente pós-LDB (1996 a 2001);
2. o contingente de estudantes de graduação matriculados em 2011 (6.739.689) representa uma taxa líquida de escolarização (17,3%) muito abaixo dos 30% preconizados no último PNE;
3. embora a taxa de escolarização bruta de 30,5% supere em meio ponto a meta do PNE (2001-2011) para a taxa líquida, há de se observar que tal índice se deve menos ao crescimento das matrículas e mais à diminuição drástica da população da faixa etária de 18 a 24 anos;
4. os dados dos dois últimos Censos da Educação Superior revelam que cerca de 600 mil matriculados (8,9%) tem mais de 40 anos e que cerca da metade dos jovens tem 25 anos ou mais, estando, dessa forma, fora da faixa etária utilizada para cálculo da taxa de escolarização líquida;
5. o setor privado responde por cerca de 74% do total das matrículas;
6. as matrículas nas IES públicas atingiram os mais altos percentuais de 1992 a 1994, iniciando-se, a partir de então, um processo gradual de diminuição, não obstante o PNE de 2001 estabelecer que 40% das matrículas deveriam pertencer, até 2011, ao setor público;
7. o crescimento efetivo do setor público começa a acontecer em 2010 e 2011, demonstrando um ritmo levemente superior ao do setor privado; em 2010, o setor privado cresceu 6,9% e o público, 7,8%; em 2011, o setor privado cresceu 4,9% e o público, 7,9%;
8. também pela ótica das matrículas, a exemplo do observado para as instituições e cursos, a educação superior brasileira continua sendo essencialmente privada;
9. os anos de maior crescimento do setor privado foram de 1998 a 2003, e no que se consolida uma política educacional favorável à privatização, estabelecida durante o governo Fernando Henrique Cardoso;
10. foram necessários apenas doze anos para que a modalidade a distância passasse de uma representação de menos de 1% do total de matrículas para 15%, chegando a 2011 com praticamente um milhão de estudantes matriculados;
11. enquanto o Sudeste perde ano a ano participação no total das matrículas, tendo diminuído de 56% para 46% em vinte e um anos, Norte, Nordeste e Centro-Oeste mostram elevação. Mesmo assim, se compararmos os percentuais com os da população em cada uma das regiões, segundo os dados do Censo do IBGE 2010, vemos que o Norte tem no *campus* exatamente a mesma proporção que tem na população (8%); o Nordeste continua sub-representado, pois tem 28% da população e apenas 20% das matrículas; o Sudeste e o Sul, por sua vez, apesar da diminuição nos últimos anos, continuam com representação em torno de 4% superior à sua participação na população; e o Centro-Oeste, com o crescimento registrado nos últimos anos, passou a ter uma proporção de matrículas 3% superior à sua representação na população;
12. as duas Unidades da Federação que registraram os maiores crescimentos do país no período são da região Norte: Tocantins, com 4.975%, seguido pelo Amapá, com 3.835%. O menor crescimento registrado foi o do Rio de Janeiro, com 178%;
13. na região Sudeste, que detém 3.110.913 das 6.739.689 matrículas, o destaque ficou com o Espírito Santo, com 592%, e o menor, como já destacado, ficou com o Rio de Janeiro, que cresceu três vezes menos;
14. o aumento das matrículas nas regiões Norte e Nordeste, ao lado da redução na região Sudeste, indica um movimento inédito em direção à desconcentração regional;
15. a área de conhecimento com maior crescimento de matrículas foi a de Serviços (1.619%), seguida por Educação (1.029%). O crescimento da área de Serviços equivale a quase cinco vezes ao das engenharias e a quase seis vezes ao de Agricultura e Veterinária;
16. a área de Humanidades e Artes diminuiu o número absoluto de matriculados, mostrando uma queda de 9% em relação a 1991;
17. dos 6,7 milhões de matriculados em cursos de graduação, 2,7 milhões encontram-se na área que engloba os cursos de Direito e Administração, representando cerca de 42% do total de matrículas;
18. a área de Ciências, Matemática e Computação está a cada ano perdendo representação no conjunto das áreas do conhecimento, com impacto nas respectivas licenciaturas;
19. as mulheres são maioria absoluta na graduação brasileira em toda a série histórica analisada, representando, em 2011, 57% do total das matrículas;
20. a maioria das matrículas da graduação concentra-se nas universidades (54%), embora este tipo de instituição represente somente cerca de 8% do total de IES;
21. o controle do MEC sobre a abertura de cursos e oferta de vagas restringe-se às faculdades, ou seja, a em torno de 30% das matrículas totais, pois destas cerca de 70% estão concentradas em instituições autônomas (universidades, centros universitários e institutos);
22. das 5.746.762 de matrículas presenciais, 2.101.783 (37%) estão no turno diurno e 3.644.979 (63%) no noturno, o que comprova que o ensino superior é majoritariamente noturno;
23. as instituições federais tiveram aumentos expressivos de matrículas noturnas em 2010 e 2011: de 42% e 17%, respectivamente – um aumento superior aos dez anos anteriores somados;
24. em relação às matrículas noturnas, chama a atenção que o setor público e gratuito, ao longo de vinte e um anos, tenha perdido 7% na sua participação em relação ao setor privado e pago, passando este a controlar, em 2011, 83% delas.

# 4. CONCLUINTES

A educação superior brasileira diplomou 10.853.668 pessoas de 1991 a 2011. Este número equivale a cerca de 6% da população atual – um dado significativo para um país onde, segundo o Censo do IBGE 2010, 49% com 25 anos ou mais não completaram o ensino fundamental e onde apenas 11% concluíram o ensino superior. É também importante destacar que ao longo dos anos o número de concluintes vem gradativamente crescendo, se comparado ao aumento populacional. Em 1991, os concluintes representavam somente 0,2% da população. Em 2005, este percentual saltou para 0,4% e, em 2010, para 0,5%. A taxa é pequena, mas mostra uma tendência importante num momento histórico em que as projeções do IBGE apontam para uma redução no crescimento demográfico brasileiro, muito diferente do *boom* observado de 1991 a 2005, em sintonia com a propensão internacional.

A Tabela 39 mostra a evolução do número de concluintes de 1991 a 2011, com as respectivas taxas de crescimento.

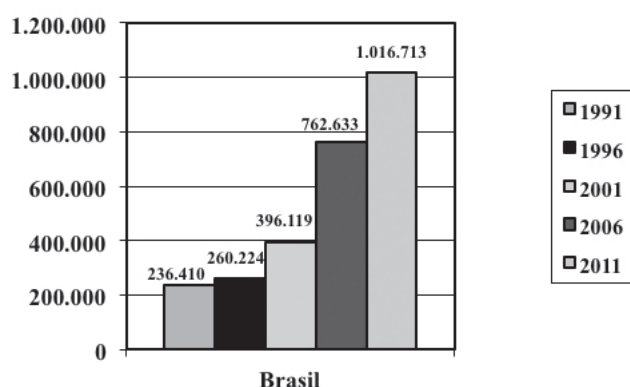
**TABELA 39**
**EVOLUÇÃO DE CONCLUINTES DA GRADUAÇÃO BRASILEIRA (1991-2011)**

| ANO | CONCLUINTES | % |
|---|---|---|
| **1991** | 236.410 | - |
| **1992** | 234.288 | -0,9 |
| **1993** | 240.269 | 2,6 |
| **1994** | 245.887 | 2,3 |
| **1995** | 254.401 | 3,5 |
| **1996** | 260.224 | 2,3 |
| **1997** | 274.384 | 5,4 |
| **1998** | 300.761 | 9,6 |
| **1999** | 325.194 | 8,1 |
| **2000** | 352.305 | 8,3 |
| **2001** | 396.119 | 12,4 |
| **2002** | 467.972 | 18,1 |
| **2003** | 532.228 | 13,7 |
| **2004** | 633.363 | 19,0 |
| **2005** | 730.484 | 15,3 |
| **2006** | 762.633 | 4,4 |
| **2007** | 786.611 | 3,1 |
| **2008** | 870.386 | 10,7 |
| **2009** | 959.197 | 10,2 |
| **2010** | 973.839 | 1,5 |
| **2011** | 1.016.713 | 4,4 |
| **Total** | 10.853.668 | - |

Fonte: MEC/Inep.

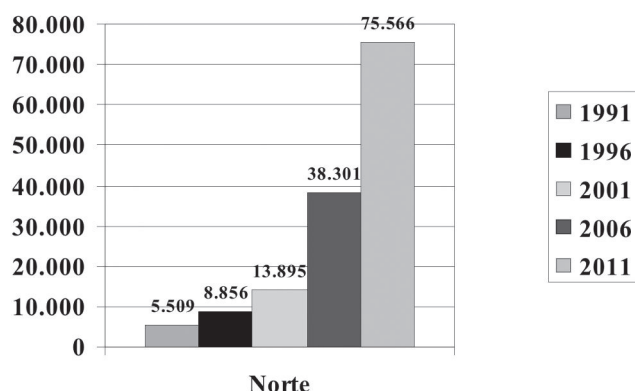
Em vinte e um anos a educação superior diplomou, em média, cerca de 517 mil pessoas ao ano. Esta média, no entanto, encontra-se nesse patamar devido ao crescimento em nove anos, pois, nos doze anos anteriores a 2003, a média foi sempre inferior a 500 mil concluintes/ano.

Convém ainda destacar que: (1) o único decréscimo no número de graduados ocorreu em 1990; (2) o período de maior crescimento percentual no número de concluintes ocorreu de 2002 a 2005, observando-se, a partir de então, quedas bruscas em 2005 e 2006; uma retomada em 2008 e 2009; e novas quedas em 2010 e 2011. A tendência predominante, portanto, é de queda significativa no ritmo de crescimento em seis anos, se comparado aos seis anos precedentes; (3) não obstante a tendência de decréscimo, o número absoluto de concluintes continua a aumentar e o Brasil confere hoje mais de um milhão de diplomas de graduação/ano. O crescimento dos últimos anos pode ser mais bem visualizado no Gráfico 23.

**GRÁFICO 23**
**EVOLUÇÃO DE CONCLUINTES DA GRADUAÇÃO BRASILEIRA (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

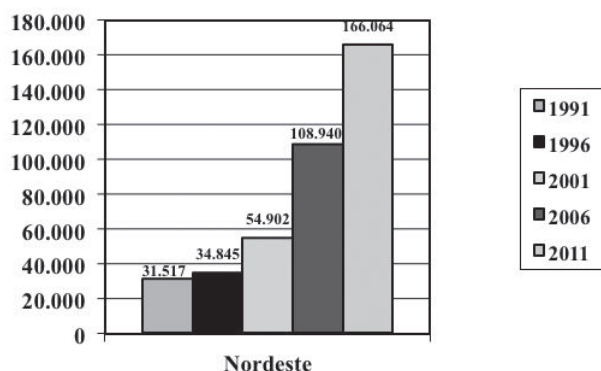
Observa-se, no período, um crescimento nacional do número de concluintes de 330%. Embora este percentual indique uma tendência nacional, o que ocorre nas diferentes regiões do país pode ser muito distinto.

Na região Norte, por exemplo, o número de concluintes evoluiu de apenas 5.509 em 1991 para 75.566 em 2011. Embora quando comparado às demais regiões esse número pareça pequeno, ele representa um crescimento percentual quase quatro vezes superior à média nacional. Torna-se, desse modo, significativo para a região, conforme se observa no Gráfico 24.

**GRÁFICO 24**
**EVOLUÇÃO DE CONCLUINTES DA GRADUAÇÃO DA REGIÃO NORTE DO BRASIL (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

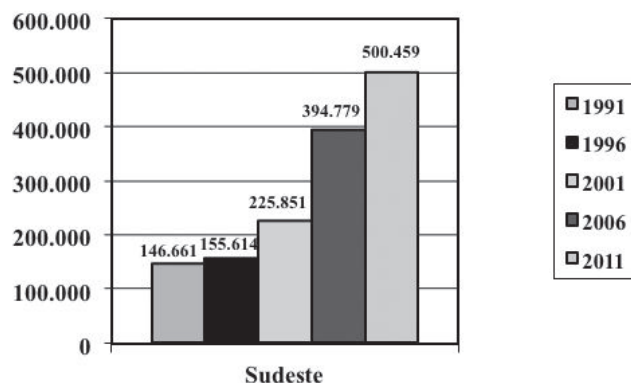
Em 1991, os 5.509 concluintes do Norte representavam 2% do total de concluintes do Brasil; em 2011, os 75.566 concluintes passaram a representar 7%. Trata-se de um aumento também expressivo em termos proporcionais.

Na região Nordeste, observa-se um crescimento muito mais próximo da média nacional, ainda assim superior, como se observa no Gráfico 25.

**GRÁFICO 25**
**EVOLUÇÃO DE CONCLUINTES DA GRADUAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

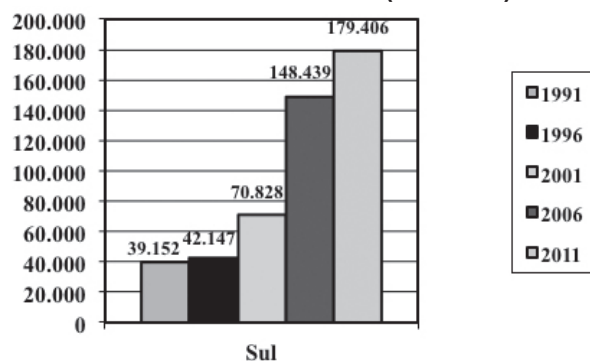
Observa-se que o número de concluintes do Nordeste cresceu de 31.517 para 166.062, representando um salto de 427%, ou seja, 97% superior ao crescimento nacional no período. Em 1991, representavam 13% dos concluintes do país; em 2011, passaram a representar 16%.

O Sudeste, que reúne o maior número de matrículas do país, concentra também o maior número de concluintes. Nesta região, o crescimento foi menor que a média nacional, conforme podemos verificar no Gráfico 26.

**GRÁFICO 26**
**EVOLUÇÃO DE CONCLUINTES DA GRADUAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se que os quatro estados do Sudeste detêm, em 2011, 500.459 dos 1.016.713 concluintes, 49% do total. Em 1991, esse percentual era bem maior: 62%. Apesar do aumento de 241%, a região é a única com crescimento inferior à média nacional e, a exemplo do que observamos com as matrículas, perdeu 13% de sua participação do total no período.

O crescimento do número de concluintes na região Sul foi ligeiramente superior ao da média nacional, como pode ser verificado no Gráfico 27.

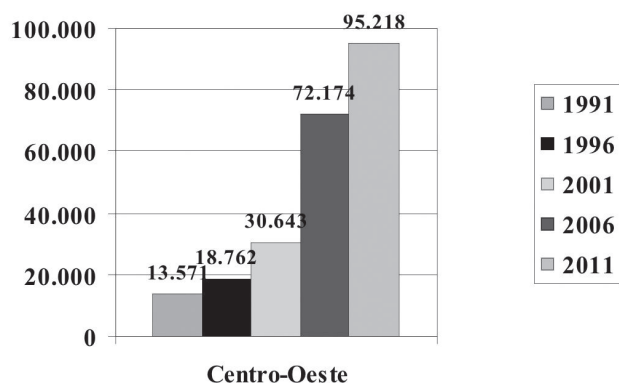
**GRÁFICO 27**
**EVOLUÇÃO DE CONCLUINTES DA GRADUAÇÃO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

Com um crescimento de 358% no período, 28% acima da média nacional, a região Sul passou a representar, em 2011, 18% do total de concluintes do país, 1% a mais do que em 1991.

A região Centro-Oeste teve o segundo maior crescimento no número de concluintes do país, conforme podemos verificar no Gráfico 28.

**GRÁFICO 28**
**EVOLUÇÃO DE CONCLUINTES NA GRADUAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL (1991-2011)**

Fonte: MEC/Inep.

**É também importante destacar que ao longo dos anos o número de concluintes vem gradativamente crescendo, se comparado ao aumento populacional.**

O crescimento de 1991 a 2011 na região Centro-Oeste foi de 602%, quase o dobro da média nacional, passando a região a representar, em 2011, 9% do total dos concluintes, 3% a mais do que em 1991.

Uma rápida análise de algumas gerações de ingressantes confirmam estudos anteriores realizados pelo Inep de que apenas cerca de 60% dos estudantes ingressantes concluem seus estudos. A Tabela 40 parece confirmar, com algumas variações, essa tendência no país.

**Uma rápida análise de algumas gerações de ingressantes confirmam estudos anteriores realizados pelo Inep de que apenas cerca de 60% dos estudantes ingressantes concluem seus estudos.**

**TABELA 40**
**COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE INGRESSANTES E DE CONCLUINTES DA GRADUAÇÃO (1991-2011)**

| Ano | Ingressantes | Concluintes | % Sucesso |
|---|---|---|---|
| 1991 | 447.929 | | |
| 1992 | 433.047 | | |
| 1993 | 463.604 | | |
| 1994 | 492.924 | 245.887 | 55 |
| 1995 | 533.688 | 254.401 | 59 |
| 1996 | 539.975 | 260.224 | 56 |
| 1997 | 658.337 | 274.384 | 56 |
| 1998 | 728.442 | 300.761 | 56 |
| 1999 | 866.608 | 325.194 | 60 |
| 2000 | 1.041.037 | 352.305 | 54 |
| 2001 | 1.212.891 | 396.119 | 54 |
| 2002 | 1.431.893 | 467.972 | 54 |
| 2003 | 1.554.664 | 532.228 | 51 |
| 2004 | 1.646.414 | 633.363 | 52 |
| 2005 | 1.805.102 | 730.484 | 51 |
| 2006 | 1.965.314 | 762.633 | 49 |
| 2007 | 2.138.241 | 786.611 | 48 |
| 2008 | 2.336.899 | 870.386 | 48 |
| 2009 | | 959.197 | 49 |
| 2010 | | 973.839 | 46 |
| 2011 | | 1.016.713 | 44 |

Fonte: MEC/Inep.

Os dados revelam, por exemplo, que dos 447.929 ingressantes na educação superior em 1991, apenas 245.887 (55%) graduaram-se quatro anos mais tarde. O mesmo cálculo é feito para todas as demais gerações. O que se constata é que a geração de ingressantes de 1996 obteve o maior percentual de concluintes (60%). Observa-se, igualmente, que as gerações mais recentes vêm enfrentando mais dificuldades para se graduarem, chegando em 2011 com uma taxa de sucesso de apenas 44%.

Para fins de comparação com as taxas de sucesso nas diferentes regiões do país, apresentamos na Tabela 41, o desempenho da primeira e da última geração de ingressantes do período em análise.

**TABELA 41**
**COMPARAÇÃO DE INGRESSANTES E DE CONCLUINTES DA GRADUAÇÃO**
**(1991-1995 E 2007-2011)**

| REGIÃO | INGRESSOS 1991 | CONCLUINTES 1994 | % SUCESSO | INGRESSOS 2008 | CONCLUINTES 2011 | % SUCESSO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Brasil** | 447.929 | 245.887 | **55** | 2.336.899 | 1.016.713 | 44 |
| **Norte** | 12.952 | 7.267 | 56 | 156.033 | 75.566 | 48 |
| **Nordeste** | 57.805 | 32.442 | 56 | 322.256 | 166.064 | 52 |
| **Sudeste** | 263.026 | 149.583 | 57 | 1.018.483 | 500.459 | 49 |
| **Sul** | 83.194 | 39.655 | 48 | 458.219 | 179.406 | 39 |
| **Centro-Oeste** | 30.952 | 16.940 | 55 | 183.250 | 95.218 | 52 |

Fonte: MEC/Inep.

A Tabela 41, a exemplo da anterior, compara o número de ingressantes de 1991 com o de concluintes quatro anos mais tarde, em 1994, e os ingressantes de 2008 com os concluintes de 2011. Se considerarmos o tempo médio de conclusão de um curso de graduação como sendo de quatro anos (muitos estudantes demoram mais do que isso, mas outros muitos, especialmente em cursos superiores de tecnologia, demoram menos), percebemos que a tendência é a de que, em média, mais da metade (56%) não se graduam no tempo previsto. O que se observa nas duas gerações recortadas pode ser também confirmado para todas as gerações de ingressantes, caracterizando, dessa forma, eventual evasão do sistema. Cabem mais duas observações: (1) as taxas de sucesso da geração de ingressantes de 1991 é superior em todas as regiões às da geração de ingressantes de 2008; (2) na comparação entre as duas gerações, a taxa de sucesso cai 11% em todo o país. Nas regiões, a queda varia: Norte – 8%; Nordeste – 4%; Sudeste – 8%; Sul – 9%; e Centro-Oeste – 3%; (3) a região Sul tinha a menor taxa de sucesso em 1994 e a mantém em 2011, com apenas 39% dos seus ingressantes conseguindo concluir seus estudos quatro anos mais tarde.

O pleno significado desses dados só será conhecido se estudos mais aprofundados forem realizados, especialmente em relação às distintas áreas do conhecimento, à valorização social e econômica das várias profissões, à mobilidade dos indivíduos nas diferentes regiões e, especialmente, às políticas de democratização do acesso e da permanência de estudantes no *campus* e de inclusão das classes historicamente excluídas da educação superior. De todo modo, a constatação a partir dos dados gerais, nacionais e regionais, parece inequívoca: a educação superior brasileira não leva até a formatura mais da metade dos estudantes que ingressam nos cursos de graduação.[18]

Quando se observa a evolução do número de concluintes ao longo da série histórica, percebe-se, mais uma vez, que o setor privado, conforme constatado na análise das instituições, cursos e matrículas, ganha força nos últimos anos, conforme se observa na Tabela 42.

**TABELA 42**
**CONCLUINTES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (1991-2011)**

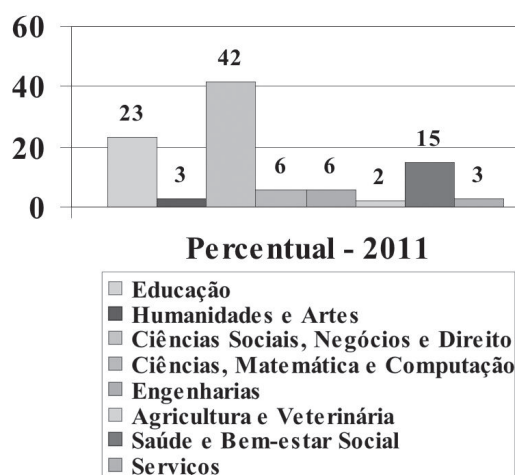
| Ano | Privada | % | Pública | % | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 155.106 | 66 | 81.304 | 34 | 236.410 |
| 1992 | 154.077 | 66 | 80.211 | 34 | 234.288 |
| 1993 | 155.387 | 65 | 84.882 | 35 | 240.269 |
| 1994 | 158.025 | 64 | 87.862 | 36 | 245.887 |
| 1995 | 159.450 | 63 | 94.951 | 37 | 254.401 |
| 1996 | 160.404 | 62 | 99.820 | 38 | 260.224 |
| 1997 | 168.302 | 61 | 106.082 | 39 | 274.384 |
| 1998 | 195.401 | 65 | 105.360 | 35 | 300.761 |
| 1999 | 212.283 | 65 | 112.911 | 35 | 325.194 |
| 2000 | 235.664 | 67 | 116.641 | 33 | 352.305 |
| 2001 | 263.372 | 66 | 132.747 | 34 | 396.119 |
| 2002 | 315.159 | 67 | 152.813 | 33 | 467.972 |
| 2003 | 359.087 | 67 | 173.141 | 33 | 532.228 |
| 2004 | 424.355 | 67 | 209.008 | 33 | 633.363 |
| 2005 | 526.795 | 72 | 203.689 | 28 | 730.484 |
| 2006 | 567.402 | 74 | 195.231 | 26 | 762.633 |
| 2007 | 589.571 | 75 | 197.040 | 25 | 786.611 |
| 2008 | 674.453 | 77 | 195.933 | 23 | 870.386 |
| 2009 | 752.320 | 78 | 206.877 | 22 | 959.197 |
| 2010 | 783.242 | 80 | 190.597 | 20 | 973.839 |
| 2011 | 798.348 | 79 | 218.365 | 21 | 1.016.713 |

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se que, em 1991, o setor privado respondia por 66% dos concluintes da educação superior brasileira. A partir de 2005, esse percentual começa a superar a casa dos 70%, tendo atingido, em 2010, 80%, não obstante todos os programas de expansão das universidades públicas federais e a expansão da rede de institutos federais. A constatação a que se chega é a de que a educação privada, nas últimas duas décadas, tornou-se a principal responsável pela formação dos profissionais de nível superior.

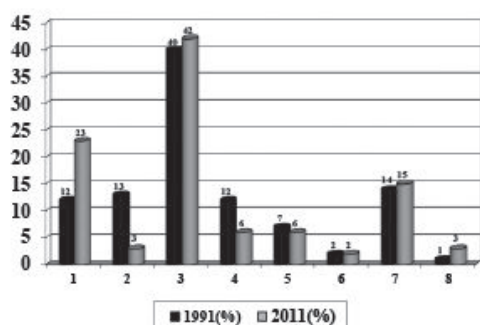
Os concluintes da educação superior, em 2011, estão distribuídos entre as oito grandes áreas do conhecimento, conforme se pode verificar no Gráfico 29.

[18] Para uma análise mais detalhada do crescimento do número de concluintes por Unidade da Federação em vinte anos, ver: as Tabelas 10, 11 e 12 do Anexo.

**GRÁFICO 29**
**CONCLUINTES POR ÁREA DO CONHECIMENTO (2011)**

Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se que a área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, que inclui os cursos de Direito, Administração e Economia, responde por 42% dos concluintes, seguida pela área de Educação, com 23%, e pela Saúde, com 15%. A área com a menor formação de profissionais graduados é a de Agronomia e Veterinária, com apenas 2%.

Confirma-se, entre os concluintes, o que havia sido observado sobre a evolução do número de cursos nas oito grandes áreas: que algumas áreas estão ampliando sua representação (p.ex.: Educação) e outras diminuindo (p.ex.: Ciências, Matemática e Computação), conforme pode ser constatado no Gráfico 30.

**GRÁFICO 30**
**EVOLUÇÃO DOS CONCLUINTES**
**POR ÁREA DO CONHECIMENTO (1991 E 2011)**

(1) Educação (2) Humanidades e Artes (3) Ciências Sociais, Negócios e Direito
(4) Ciências, Matemática e Computação
(5) Engenharias (6) Agronomia e Veterinária (7) Saúde (8) Serviços

Fonte: MEC/Inep.

Percebe-se que as áreas 1 (Educação), 3 (Ciências Sociais, Negócios e Direito) e 7 (Saúde), que já eram as maiores em 1991, tiveram crescimento; as áreas 2 (Humanidades e Artes), 4 (Ciências, Matemática e Educação) e 5 (Engenharias) diminuíram sua representação; a área 6 (Agronomia e Veterinária) manteve sua representação e área 8 (Serviços), que em 1991 era a menor, está, em 2011, à frente da 6 e com a mesma representação da 2.[19] Se essa formação de profissionais cumpre a missão estratégica da educação superior e se atende, portanto, aos objetivos preconizados no último PNE, qual seja, o de construção de uma nação avançada nas artes, nas ciências e na tecnologia, independente, soberana, democrática, inclusiva e emancipadora, só o tempo dirá.

**O pleno significado desses dados só será conhecido se estudos mais aprofundados forem realizados, especialmente em relação às distintas áreas do conhecimento, à valorização social e econômica das várias profissões, à mobilidade dos indivíduos nas diferentes regiões e, especialmente, às políticas de democratização do acesso e da permanência de estudantes no *campus* e de inclusão das classes historicamente excluídas da educação superior.**

[19] Para uma análise mais detalhada, ver Tabela 13 do Anexo.

## 4.1. PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

A análise da série histórica do Censo da Educação Superior, no que diz respeito aos concluintes dos cursos de graduação brasileira de 1991 a 2011, leva-nos às seguintes constatações básicas:

1. em vinte e um anos a educação superior diplomou, em média, cerca de 517 mil pessoas ao ano. Média que, no entanto, encontra-se nesse patamar devido ao crescimento dos últimos nove anos, pois, nos doze anos anteriores a 2003, foi sempre inferior a 500 mil concluintes/ano;
2. a tendência predominante, de 2006 a 2011, é de queda significativa no ritmo de crescimento de concluintes, se comparado aos seis anos precedentes, embora o número absoluto continue a crescer e, a partir de 2011, o Brasil passou a conferir mais de um milhão de diplomas de graduação/ano;
3. na região Norte, o número de concluintes evoluiu de apenas 5.509, em 1991, para 75.566, em 2011. Embora o número possa parecer pequeno, quando comparado às demais regiões, representa um crescimento percentual quase quatro vezes superior à média nacional. Em 1991, os concluintes da região Norte representavam 2% do total nacional e, em 2011, são 7%;
4. os quatro estados da região Sudeste detêm, em 2011, 500.459 dos 1.016.713 concluintes, ou seja, 49%. Em 1991, este percentual era de 62%. Apesar do crescimento de 241%, o Sudeste é a única região com crescimento inferior à média nacional, tendo perdido 13% de sua participação no período;
5. o crescimento do número de concluintes de 1991 a 2011, na região Centro-Oeste, foi de 602%, quase o dobro do crescimento médio nacional, passando a representar, em 2011, 9% do total dos concluintes, 3% a mais do que em 1991;
6. os dados revelam que dos 447.929 ingressantes na educação superior em 1991, apenas 245.887 (55%) graduaram-se quatro anos mais tarde;
7. as gerações mais recentes de ingressantes vêm enfrentando mais dificuldades para se graduarem no período previsto (quatro anos), chegando a 2011 com uma taxa de sucesso de apenas 44%;
8. a análise das várias gerações de ingressantes do período em análise sugere que, em média, mais da metade (56%) dos estudantes não se graduam no tempo previsto e que muitos jamais serão concluintes;
9. a região Sul apresentava a menor taxa de sucesso em 1994, mantendo o mesmo *status* em 2011, com apenas 39% dos seus ingressantes conseguindo concluir seus cursos quatro anos mais tarde;
10. a área de Ciências Sociais, Negócios e Direito responde por 42% dos concluintes, seguida pela área de Educação, com 23%, e pela área da Saúde, com 15%. A com a menor formação de profissionais graduados é a de Agronomia e Veterinária, com apenas 2%;
11. em 2011, não obstante todos os programas de expansão das universidades públicas federais e a expansão da rede de institutos federais, o setor privado responde por 79% dos concluintes da graduação, tendo sido a educação privada, nas últimas duas décadas, a principal responsável pela formação dos profissionais de nível superior no país.

# 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar os dados do período de 1991 a 2011, tendo como foco de análise as IES, os cursos de graduação, as matrículas e os concluintes, e como referência sua evolução no Brasil, nas Unidades da Federação, nas cinco regiões geográficas, nas áreas do conhecimento, nas categorias administrativas, públicas e privadas, nas diferentes organizações acadêmicas (universidades, centros universitários e faculdades) ao longo da série histórica, percebe-se que o sistema de educação superior está em permanente expansão, mais ou menos acelerada. Essa expansão, no entanto, vem acompanhada de um conjunto de características que revelam as principais tendências nas últimas duas décadas e apontam para grandes desafios nos próximos anos. Cabe, portanto, discutir algumas das características gerais da expansão.

## 5.1. EXPANSÃO E METAS DO PNE

As principais metas de expansão da educação superior do PNE de 2001 previam para 2011: (a) 30% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados e (b) 40% das matrículas em instituições públicas.

É importante destacar que a segunda meta foi vetada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, juntamente com a previsão de aplicação de 7% do PIB em educação.

Analisados os números, percebe-se que, apesar do crescimento, nenhuma das duas metas foi atingida. Em 2011, a taxa de escolarização líquida ficou em 17,3%, apenas dois pontos percentuais acima da metade da meta de 30% estabelecida no último PNE. A taxa poderia ser ainda menor, não tivesse diminuído em cerca de dois milhões o número de jovens da faixa etária de 18 a 24 anos na sociedade brasileira.

A taxa de escolarização bruta, que considera todos os jovens matriculados na educação superior, independentemente de idade, atinge meio ponto acima dos 30% preconizados no PNE como taxa líquida, indicando que a dificuldade do Brasil em atingir a taxa de escolarização líquida deve-se, primeiro, ao fato de que cerca da metade dos estudantes têm mais de 24 anos e estão, por isso, fora do cálculo da escolaridade líquida; e, segundo, e mais importante, ao não-crescimento ou ao crescimento insuficiente das matrículas do ensino médio.

Fica, pois, evidente que para melhorar a taxa de escolarização líquida, a educação superior depende da redução da defasagem idade-série na educação básica e, principalmente, do aumento da taxa de escolarização líquida do ensino médio, considerando somente os jovens de 15 a 17 anos. É alvissareiro saber que o novo PNE tem como metas universalizar o ensino fundamental de nove anos a toda a população de 6 a 14 anos (meta 2) e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nessa faixa etária (meta 3). Só com essas duas metas atingidas será possível também atingir a meta 12: "Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos".

Quanto à meta do PNE 2001-2011 de alcançar 40% das matrículas no ensino público, que sofreu veto presidencial, cabe dizer que os números demonstram que o Brasil chegou a 2011 com apenas 26% do total no setor público, mostrando que a expansão da educação superior ainda se confunde em grande parte com a expansão da privatização do setor. No entanto, a análise dos dados por período permite ressaltar duas coisas: primeiro, que o crescimento da oferta do setor privado foi muito mais intenso na primeira década (1991-2001); e, segundo, que a última década, especialmente nos anos de 2008 a 2011, mostra uma aceleração da oferta de vagas nas universidades federais, superando a taxa de crescimento anual do setor privado.

## 5.2. EXPANSÃO E PRIVATIZAÇÃO

Os dados evidenciam que predominou, ao longo de vinte e um anos, uma política nacional favorável à privatização da educação superior e pode-se afirmar que a expansão ocorreu, no período como um todo, principalmente pela participação agressiva do setor privado, com o Estado brasileiro assumindo, na segunda metade da década de 1990, um papel claramente incentivador desse crescimento. A partir de 2006, pode-se constatar um movimento de contenção dessa expansão por meio de apertos regulatórios e políticas de estímulo à recuperação das instituições públicas federais. A constatação inescapável, no entanto, é que, apesar do esforço dos últimos anos, em 2011, 88% das IES, 68% dos cursos, 74% das matrículas e 79% dos concluintes pertencem ao setor privado e pago. Esse fenômeno de privatização pode ser observado, em maior ou menor grau, em todas as Unidades da Federação, em todas as regiões e em todas as organizações acadêmicas, ao longo de toda a série histórica. As matrículas nas IES públicas atingiram os mais altos índices de 1992 a 1994, iniciando-se, a partir de então, um processo gradual de diminuição. Tal diminuição não foi interrompida nem mesmo pelo PNE de 2001, cuja meta de 40% das matrículas no setor público até 2011 foi vetada, mantendo-se, assim, em aberto a tendência privatizante. Diante disso, o crescimento do setor público começa a apresentar números mais expressivos em 2010 e 2011, demonstrando, enfim, um ritmo ligeiramente superior ao do setor privado.

Parte da explicação para o êxito da privatização instalada ao longo das últimas duas décadas, os próprios dados revelam: (1) desinteresse dos governos federais anteriores ao de Luiz Inácio Lula da Silva em assumir com determinação o compromisso de financiar a educação superior pública, apesar de a Constituição deixar claro, em seu Art. 211º, § 1º, que: "A União organizará o sistema federal de ensino e dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais (...)". O veto do presidente Fernando

Henrique Cardoso à meta do PNE e também ao percentual de 7% do PIB para a educação sinalizam emblematicamente essa política de desinteresse do governo federal. O governo Lula, por outro lado, apesar de expressivos aumentos de verbas de custeio, capital e pessoal para a recuperação, expansão e interiorização das IES públicas,[20] não conseguiu alterar a macrotendência privatizante solidamente estabelecida no sistema; (2) o controle do MEC sobre as IES, públicas e privadas, tem limites maiores do que normalmente se supõe e se apregoa na grande mídia; não atinge, por exemplo, a abertura de cursos e vagas em instituições estaduais e municipais, bem como as IES autônomas, aí incluídas as universidades, os institutos federais de educação e os centros universitários públicos e privados. Contas feitas, constata-se que o MEC só autoriza 35,5% dos cursos ofertados no país, que a oferta de vagas restringe-se às faculdades, ou seja, a cerca de 30% das matrículas totais, pois 70% delas estão concentradas em instituições autônomas. Se esse controle efetivo fosse de fato considerado desejável, o que certamente abriria intenso e justificado debate na academia, profundas alterações na legislação teriam de ser feitas. Poucos ousariam questionar a autonomia constitucionalmente concedida às universidades. Talvez passível de questionamento seja a autonomia de centros universitários, não prevista na Constituição, e de universidades que negam a missão constitucional a elas atribuída pelo Artigo 52º da LDB, que descumprem as exigências legais básicas e mínimas, em flagrante desrespeito a seu compromisso histórico de serem instituições dedicadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, com mestrados e doutorados e espaços para estudos aprofundados na fronteira do conhecimento. Ainda assim, ficaria o debate sobre a capacidade do MEC em administrar adequadamente um sistema educacional altamente centralizado (cerca de 93% está subordinada ao sistema federal) e com grandes dimensões territoriais. Enquanto isso, e por essas e outras razões, as dificuldades de se reverter o processo de privatização em curso crescem, trazendo para o território nacional disputas fundamentais em torno do que a educação superior deve ser. Apesar de um organismo internacional importante como a Unesco professar há anos a ideia de que a educação superior é um bem público, e não uma mercadoria, e que deve ser de responsabilidade principalmente dos governos, conforme também prega a Conferência Mundial de Educação Superior (CMES),[21] o processo de privatização mantém sua força inercial instalada e tudo indica que seguirá, sem interrupção, seu curso.

Os dados recentes, embora sinalizem claramente na direção de fortalecimento do setor público, são ainda insuficientes para afirmar que está havendo uma reversão do processo de privatização. Para revertê-lo, é preciso assegurar de fato a continuidade e a expansão dos investimentos na educação superior pública, tanto pela União quanto pelos estados. Os recursos que têm sido alocados para custeio, capital, abertura de novos concursos para docentes e técnicos, criação de novas IES e *campi* públicos federais são sinalizações fortes do desejo do governo federal de tornar real a mudança. Não se vê, contudo, o mesmo comportamento por parte dos governos estaduais. As metas constantes no projeto do novo PNE sinalizam em defesa da ampliação, mas a dificuldade está justamente em superar a força do *lobby* do setor privado no Congresso, que em princípio concebe a expansão pública como ameaça e por isso se opõe. Há também o *lobby* dos que entendem que a educação superior é mesmo uma mercadoria e que o Estado deve se manter distante dessa como de outras atividades para as quais o mercado é bom conselheiro.

As análises que compõem este estudo confirmam que o mercado não é uma boa bússola para a educação superior. Diversas formas de concentração contestam que a privatização tem respondido aos desafios estratégicos do país. Há concentração em instituições privadas, em cursos bacharelescos, em regiões mais ricas, em estudantes brancos, ricos e filhos de famílias abastadas. A educação superior, entregue às forças do mercado, não cumpriu o papel estratégico de que a nação brasileira precisa. E a regulação do Estado não foi eficaz para dar à expansão do setor privado a direção necessária.

## 5.3. EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO

Pelo menos três características marcantes despontam na expansão da educação superior ocorrida de 1991 a 2011: a crescente diversificação organizacional das instituições com a predominância das pequenas e a oferta de novas modalidades de ensino.

A Constituição, em seu Artigo 207º, estabelece que as universidades são instituições autônomas e "obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Já o Artigo 51º da LDB prevê que as instituições devem ser credenciadas como universidades para gozar das prerrogativas que lhes são próprias, e o Artigo 52º define que:

> "As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:
> I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
> II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
> III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral".

Observadas essas características e os despachos normativos do MEC, nos últimos anos, em torno de universidades que não cumprem especialmente os incisos II e III, teríamos um número menor do que as 190 instituições que o Inep identifica como

---

[20] Para um maior aprofundamento do tema, consultar: AMARAL, 2011.

[21] Realizada em julho de 2009, na sede da UNESCO, em Paris. Foi antecedida por seis conferências regionais (Cartagena das Índias, Macau, Dakar, Nova Deli, Bucareste e Cairo) e apresentou recomendações no documento intitulado: "As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social".

universidades no Censo da Educação Superior 2011. Mesmo assim, a constatação a partir dos dados é de que apenas 8% das IES são universidades no sentido estrito do termo. Todas as demais são centros universitários ou faculdades.

A análise da série histórica mostrou que em 1991 havia apenas 99 universidades no Brasil, chegando a 190 em 2011. O modelo universitário cresceu apenas 92% em vinte e um anos, enquanto as demais organizações acadêmicas cresceram 174%, ou seja, quase o dobro. Percebe-se que a expansão vem-se dando principalmente por meio da criação de instituições não-universitárias, embora esse crescimento não se reflita na mesma proporção no tocante ao número de matrículas.

No setor público cresce o número de universidades no sentido estrito: 36% das IES são universidades, contra apenas 4% no setor privado. Embora as IES privadas busquem com insistência, junto ao MEC, a autonomia dos centros universitários e das universidades, elas têm notória dificuldade para sustentar um modelo universitário que prevê pesquisa e pós-graduação com a qualidade que delas é exigida. Sua preferência, por isso mesmo, acaba sendo, primeiro, pelo modelo de centros universitários, que gozam de autonomia, mas que têm exigências muito menores,[22] não necessitando fazer pesquisa, contratar muitos doutores, fazer pesados investimentos em laboratórios e sustentar mestrados e doutorados muitas vezes deficitários. Sem conseguir atender adequadamente às exigências que são próprias das universidades, o setor privado prefere dedicar-se ao ensino de graduação em faculdades. Assim, o perfil predominante das IES passa a ser o de pequenas e muitas faculdades privadas e pagas com até mil estudantes matriculados, sem obrigação constitucional de atuarem na pesquisa e na extensão.

Outro elemento importante na expansão é a introdução dos cursos de tecnologia, que hoje já graduam cerca de 160 mil tecnólogos ao ano, cerca de 16% do total de graduados/ano no país. Essa tardia presença ganha novo ímpeto, mais qualidade acadêmica e mais pertinência para os distintos arranjos produtivos com a criação dos muitos institutos federais e deverá também ter forte impacto sobre o fluxo de estudantes pela graduação, a exemplo do que ocorre em outros países. Observa-se, por exemplo, que os estudantes desses cursos são maioria nos EUA, superando o número das graduações de quatro anos. A julgar pelo expressivo número de tecnólogos nos últimos anos, hoje praticamente equivalente ao das tradicionais licenciaturas, é de se esperar que no Brasil, nos próximos anos, esse novo formato passe a ter forte impacto no sistema de educação superior como um todo.

A expansão também ocorre de forma acelerada e significativa na modalidade a distância, pois, praticamente inexistente no Brasil até 2000, registrou em 2011 cerca de um milhão de matriculados, passando a representar 15% do total. Importante lembrar que neste quesito, ao contrário da expansão movida pelo setor privado, o Brasil corrobora a orientação da CMES de 2009 que orienta os países para que "[apoiem] uma maior integração das TIC e [fomentem] a aprendizagem aberta e a distância, com vistas a atender o aumento da demanda de educação superior".

Com a criação da UAB, o ensino aberto e a distância ganhou ímpeto e deverá obter novo impulso nos próximos anos. As experiências exitosas multiplicam-se em todo o mundo, com um caráter ao mesmo tempo democratizante e mercantilista, como costuma acontecer com a educação superior como um todo. É surpreendente constatar que, de 2007 a 2011, a modalidade presencial cresceu apenas 25%, enquanto a modalidade a distância cresceu 156%, cerca de sete vezes mais. No entanto, a julgar pela resistência que as novas tecnologias ainda encontram nas universidades de elite, especialmente entre professores de cursos que devem formar os formadores, provavelmente o país continuará, ainda por algum tempo, a esboçar resistências ao uso massivo das novas tecnologias e às novas possibilidades da interconectividade móvel. Com a chegada dos *tablets*, porém, as salas de aula e seus professores estarão diante de novas potencialidades para o redesenho de bibliotecas e a reinvenção da pedagogia. Não há dúvida de que o trabalho dos professores será profundamente afetado por essa nova tecnologia e é impossível imaginar que alunos da geração pós-*tablet* aceitem métodos, ritmos e salas de aula incompatíveis com a agilidade e a facilidade de acesso à informação que a comunicabilidade móvel proporciona. Por tudo isso, pela experiência exitosa da Open University (Grã-Bretanha) e da Fernuniversität (Alemanha), pelos exemplos trazidos pelo pesquisador Sugatta Mitra, e tantos outros, e, considerando-se que os resultados obtidos no Enade pelos estudantes da modalidade a distância são equivalentes aos da presencial, é possível que em breve o Brasil venha participar ainda mais ativamente e com mais qualidade de cursos massivos e abertos de *e-learning* e a distância, com forte impacto sobre o número de matrículas e sobre a organização de currículos e dos sistemas de avaliação da qualidade.

## 5.4. EXPANSÃO E REGIONALIZAÇÃO

É possível perceber igualmente que, nas últimas duas décadas, a educação superior começa a se interiorizar e a ocupar novos espaços em todas as regiões do país. Embora, em 2011, os três estados da região Sul e os quatro estados da região Sudeste, somados, detenham 65% do total das IES, indicando forte desequilíbrio regional na distribuição do ensino, percebe-se que, a partir da segunda metade da última década, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ocuparam mais espaço nesse cenário. Conforme destacado anteriormente, o Sudeste perde ano após ano representação no total das matrículas, tendo diminuído sua

[22] Com relação à titulação do corpo docente das universidades e centros universitários, é exigido, no mínimo, formação em pós-graduação *lato sensu* para todos e percentual mínimo com pós-graduação *stricto sensu,* de acordo com os artigos 52º e 66º da Lei nº 9.394/1996. O instrumento de avaliação institucional do Inep estabelece que essas instituições devem ter corpo docente, no mínimo, com formação em pós-graduação *lato sensu* e, no mínimo, um terço com titulação de mestrado e/ou doutorado. Para as faculdades, exige-se, no mínimo, formação em pós-graduação *lato sensu* para todos (Art. 66º). Quanto ao regime de trabalho, para as universidades exige-se um terço em tempo integral (Art. 52º) e, para os centros, a exigência é de um quinto em regime de tempo integral (Decreto 5.786/2006, Art.1°).

participação de 56% para 46% em vinte e um anos. Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ao contrário, mostram crescimento, indicando o início de relevante movimento de desconcentração regional. Se comparados os percentuais de matrícula com os da população, em cada uma das regiões do país, segundo os dados do Censo do IBGE 2010, o Norte passa a ter exatamente a mesma representação no *campus* que da população (8%); o Nordeste, apesar do aumento no número de matrículas públicas, continua sub-representado, pois tem 28% da população e apenas 20% das matrículas; o Sudeste e o Sul, por sua vez, apesar da diminuição proporcional das matrículas nos últimos anos, continuam com participação em torno de 4% superior à sua representação na população total; e o Centro-Oeste, com o aumento das matrículas registrado nos últimos anos, passou a ter representação no *campus* 3% superior à sua representação na população. São constatações que demonstram que, com a expansão da educação superior em novas regiões, ampliam-se também socialmente as oportunidades para grupos até aqui territorialmente excluídos. O extraordinário aumento das matrículas em estados como Tocantins e Amapá, várias vezes superior ao crescimento médio nacional, certamente se reveste de grande significado para o desenvolvimento da região Norte e para a diminuição da desigualdade regional.

## 5.5. EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO

Se é verdade que a expansão recente, especialmente de vagas públicas, abre oportunidades para que maior número de jovens ingressem num curso de graduação, é verdade também que o sistema brasileiro de educação superior, segundo a classificação feita em 1973 por Martin Trow, ex-professor da Universidade de Berkeley, continua sendo basicamente de acesso de elite. Trow, em seus estudos, considera de elite, pelo menos em termos quantitativos, o sistema de educação superior com acesso para até 15% dos jovens em idade apropriada. Sua classificação considera de massas o que permite acesso para entre 16% e 50% dos jovens em idade apropriada, considerando consolidado ao atingir 30%; a partir de 50%, considera como de acesso universal. Se lembrarmos a taxa de escolarização líquida antes apresentada, percebemos que o Brasil começa apenas a querer sair de um sistema de acesso de elite, e ainda assim fortemente auxiliado pela redução da população de 18 a 24 anos. Para consolidarmos um sistema de massas precisaremos pelo menos superar a meta de 30% agora proposta no novo PNE para 2020.

Os dados do Questionário Socioeconômico dos dois primeiros ciclos do Enade,[23] no entanto, confirmam que o Brasil vive um período não só de expansão da educação superior, mas também de democratização, mostrando melhorias significativas na inclusão de jovens pretos, pardos, de baixa renda, de estudantes trabalhadores, filhos de pais com baixa escolaridade e oriundos da escola pública. Essa ampliação de oportunidades a grupos historicamente excluídos está ainda em fase incipiente e há um longo caminho a ser trilhado para que os percentuais representados por esses grupos no *campus* alcancem efetivamente os que têm na sociedade, em especial nos cursos de mais alta demanda. Embora persista grande distorção de natureza socioeconômica no *campus* e, embora se observe que há uma forte correlação entre indicadores e representatividade de grupos sociais nos cursos nos quais estão matriculados seus filhos, é inegável que avanços importantes têm sido feitos. Com as políticas públicas materializadas em programas, tais como Prouni e Reuni, com a criação de novas universidades públicas, a expansão da rede federal de educação tecnológica, com a criação da UAB, a ampliação do Fies, com as políticas de cotas adotadas pelas universidades públicas, a promulgação da Lei de Cotas (nº 12.711/2012), os programas de bolsas, o Pnaes e as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal sobre as cotas, o caminho para a democratização vem sendo pavimentado e o país, a permanecer com a atual tendência, deverá, nas próximas décadas, ter um sistema de educação superior com mais justiça e equidade.

A democratização do acesso à educação superior para os enormes contingentes populacionais até aqui excluídos tem, no entanto, ainda um longo caminho pela frente. Com relação a isso, é bom lembrar que o desafio brasileiro é também o desafio de muitas outras nações do mundo, e é por isso mesmo que este ponto consta do chamamento à ação da última CMES, que estabelece, entre outros aspectos, que a educação superior deve "garantir acesso igual para todos, em função dos méritos".

A primeira grande responsabilidade social da educação superior, portanto, está associada ao acesso igualitário a todos e não apenas a alguns poucos. A observação de que o acesso deva depender dos méritos dos indivíduos, contudo, é muitas vezes exatamente o fator que dificulta a democratização e, não raro, contrapõe-se a esse sentido. O texto da CMES deixa implícita a preocupação dos autores de que as ações afirmativas, que privilegiam grupos sociais em função de sua exclusão histórica, podem colocar em risco a qualidade do ensino. Os autores deixam clara sua posição de que esse risco é algo a ser evitado. Efetivamente, nas grandes universidades, o temor de que a inclusão virá em detrimento da qualidade tem sido o grande inimigo da democratização do acesso.

O texto da CMES reproduz, equivocadamente, esse entendimento. Traz implícita a oposição conservadora de que qualidade não combina com quantidade. Esse argumento tem sustentado o elitismo da educação nos países periféricos ao longo da história e continua sendo trazido à tona, quando as evidências mostram que sistemas com amplo acesso, de massa e mesmo universal, nem de longe são de pior qualidade que os elitistas. O que o texto em referência não conseguiu fazer, embora tente, é fugir dessa falsa dicotomia. Não se pode mais pensar em "ou/ou" em matéria educacional. O documento parece indicar ser justo que todos os que buscam educação superior tenham oportunidade (a mesma existente na educação fundamental) e que a educação oferecida seja de boa qualidade.

[23] Cf. estudo que dá continuidade a este: RISTOFF, Dilvo. Perfil socioeconômico do estudante de graduação. Uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009). In: *Cadernos do GEA*, nº 4, jul.-dez. 2013.

Porém, quando afirma que o acesso deve ser para todos "na base do mérito", fica implícito o velho discurso, ou seja, é para todos, desde que estes "todos" não prejudiquem a qualidade pela falta de mérito... Esse discurso, que está popularizado na mídia e na academia, representa o atraso. Fosse aplicado à educação básica, jamais teria sido universalizado em país algum e, no Brasil, iríamos continuar fazendo exame de admissão ao ginásio, pois ficaríamos só com os melhores; e a definição de melhores ficaria inextricavelmente vinculada às condições de oferta...

Em 2001, quando se aprovou a lei que criou o PNE, os parlamentares brasileiros acalentavam preocupações semelhantes e contraditórias: primeiro, a necessidade de oferecer a um maior número de jovens a oportunidade de continuarem seus estudos após conclusão do ensino médio; e, segundo, o temor da massificação do ensino superior pelo simples fato de que, assim agindo, a qualidade se deterioraria. É importante lembrar que, à época, o Brasil tinha uma das menores taxas de escolarização da América Latina (em torno de 9% dos jovens de 18 a 24 anos) e nem por isso apresentava evidências de ter a melhor qualidade educacional do mundo. Embora isso, por si só, deixasse cabalmente claro que quantidade não é obrigatoriamente sinônimo de baixa qualidade, os legisladores não viram necessidade de sustentar seus argumentos de que a expansão da quantidade poderia pôr em risco a suposta alta qualidade existente. Só nas últimas décadas é que se começou a mudar no país a compreensão sobre essa matéria no ensino fundamental e só agora, em anos recentes, se começa a mudar também o entendimento em relação à importância de se universalizar o ensino médio e de se massificar a educação superior.

É inescapável a inferência de que a democratização agressiva do acesso à educação superior, nos números e termos preconizados pelo atual governo e pelo PNE, coloca em xeque concepções elitistas e excludentes que sustentam boa parte das instituições. O sistema de elite imagina-se pequeno, excludente e catedrático, às vezes quase privado, mesmo no espaço público, e se imagina como um lugar onde alguns poucos jovens, rigorosamente selecionados, sentam-se ao lado de professores doutores atenciosos e sábios – um local de alta cultura e de tradições seculares que remontam aos tempos medievais. O sistema inclusivo é, por natureza, muito diferente e se contrapõe a isso. Ele é amplo, diversificado, democrático, de massas, preocupado em dar a todos uma oportunidade. Em muitos casos, o sistema inclusivo, pelas modalidades contemporâneas de *e-learning* e de educação aberta, massiva e a distância, das quais se utiliza, deixou de ser até mesmo um *campus* ou um *lugar*. A fase de transição que viverá a educação superior do Brasil nos próximos anos, em função dos números projetados para as metas do próximo PNE, deverá levar a um agravamento da crise dos valores acadêmicos hegemônicos e a, certamente, uma tensa convivência de modelos institucionais, modalidades de cursos e de percursos pedagógicos diversificados.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Nelson Cardoso. *Financiamento da educação superior:* Estado X Mercado. São Paulo: Cortez e Unimep, 2003.

______. O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um percentual do PIB. In: *III Seminário Brasileiro de Educação*. Unicamp (SP), 28 fev. a 2 mar., 2011,

BRASIL/MEC. Constituição da República Federativa do Brasil (1988), com as alterações das Emendas Constitucionais de nº 1 a nº 62.

______. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 (Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação).

______. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni).

______. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007 (cria os institutos federais de educação tecnológica).

______. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 (regulamenta a Lei nº 12.711/2012).

______. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional).

______. Lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001 (institui o Plano Nacional de Educação).

______. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (institui o Programa Universidade para Todos – ProUni).

______. Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007 (modifica as competências e a estrutura organizacional da Capes).

______. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010 (altera do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, definido na Lei 10.260, de 12 de julho de 2001).

______. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas - dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio).

______. SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). Brasília: Inep, 2003 (ver também a última edição, pois a cada uma delas novas portarias são incluídas).

______. *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*. Brasília: MEC, 2007.

INEP/MEC. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior*. Brasília: Inep, 1991-2011.

RISTOFF, Dilvo. Perfil socioeconômico do estudante de graduação. Uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009). *Cadernos do GEA*, n. 4, jul./dez. 2013.

______. *Construindo outra educação.* Florianópolis: Insular, 2011.

______. *Universidade em foco.* Reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

______; e BIANCHETTI, Lucídio. A pós-graduação e suas interlocuções com a educação básica: (des)encontros históricos e manutenção do *apartheid* socioeducacional. In: *Revista Avaliação*, n.3. Campinas, nov. 2012, p.787-824.

______; GROSZ, Dirce Margarete; GIOLO, Jaime; e LEPORACE, Maria Marcia dos Santos (Orgs.). *A mulher na educação superior brasileira* - 1991-2005. Brasília: Inep, 2007.

______; e GIOLO, Jaime (Orgs.). *Educação Superior Brasileira* - 1991-2004. Brasília: Inep, 2006.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. In: *Educação & Sociedade,* n. 100. Campinas, out. 2007, p. 1.231-1.255.

SEGRERA, Francisco L. Tendencias de la educación superior en El mundo y en América Latina y el Caribe. In: *Avaliação*, n. 2. Sorocaba: jun., 2008.

______. *Higher Education in Latin America and the Caribbean 2008.* Caracas: Unesco, 2009.

TROW, Martin. *Reflections on the Transition from Elite do Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII*. Disponível em: http://repositories,cdlib.org/igs/WP2005-4,2005.

UNESCO. *Tendências da Educação Superior para o Século XXI*. Brasília: Unesco/CRUB, 1999.

______. *Declaração da Conferência Mundial de Educação Superior*. Paris: Unesco, 2009.

______. *Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe*. Cartagena: Iesalc, 2008.

# ANEXO

**TABELA 1**
**IES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (2011)**

| UF | Universidades | Centros Universitários | Faculdades | IF e CEFET |
|---|---|---|---|---|
| Acre | 1 | 0 | 9 | 1 |
| Alagoas | 3 | 1 | 21 | 1 |
| Amapá | 2 | 0 | 13 | 1 |
| Amazonas | 3 | 3 | 12 | 1 |
| Bahia | 8 | 2 | 103 | 2 |
| Ceará | 6 | 0 | 46 | 1 |
| Distrito Federal | 2 | 5 | 51 | 1 |
| Espírito Santo | 1 | 3 | 83 | 1 |
| Goiás | 4 | 3 | 73 | 2 |
| Maranhão | 2 | 1 | 26 | 1 |
| Mato Grosso | 3 | 2 | 51 | 1 |
| Mato Grosso do Sul | 5 | 2 | 29 | 1 |
| Minas Gerais | 22 | 16 | 311 | 6 |
| Pará | 5 | 2 | 25 | 1 |
| Paraíba | 3 | 1 | 33 | 1 |
| Paraná | 14 | 6 | 164 | 1 |
| Pernambuco | 5 | 0 | 87 | 2 |
| Piauí | 2 | 0 | 34 | 1 |
| Rio de Janeiro | 18 | 17 | 99 | 3 |
| Rio Grande do Norte | 4 | 1 | 19 | 1 |
| Rio Grande do Sul | 19 | 5 | 84 | 3 |
| Rondônia | 1 | 1 | 29 | 1 |
| Roraima | 2 | 0 | 4 | 1 |
| Santa Catarina | 13 | 7 | 71 | 2 |
| São Paulo | 38 | 51 | 487 | 1 |
| Sergipe | 2 | 0 | 11 | 1 |
| Tocantins | 2 | 2 | 29 | 1 |
| | 190 | 131 | 2.004 | 40 |

Fonte: MEC/Inep.

**TABELA 2**
**EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA (1991-2011)**

| ANO | CENTRO UNIVERSITÁRIO | % | FACULDADE | % | IF E CEFET | % | UNIVERSIDADE | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 0 | | 2.329 | | 0 | | 2.579 | |
| 1992 | 0 | 0,0 | 2.321 | -0,3 | 0 | 0,0 | 2.760 | 7,0 |
| 1993 | 0 | 0,0 | 2.293 | -1,2 | 0 | 0,0 | 2.987 | 8,2 |
| 1994 | 0 | 0,0 | 2.246 | -2,0 | 0 | 0,0 | 3.316 | 11,0 |
| 1995 | 0 | 0,0 | 2.325 | 3,5 | 0 | 0,0 | 3.927 | 18,4 |
| 1996 | 0 | 0,0 | 2.479 | 6,6 | 0 | 0,0 | 4.165 | 6,1 |
| 1997 | 149 | 0,0 | 1.920 | -22,5 | 0 | 0,0 | 4.063 | -2,4 |
| 1998 | 258 | 73,2 | 2.101 | 9,4 | 0 | 0,0 | 4.591 | 13,0 |
| 1999 | 603 | 133,7 | 2.443 | 16,3 | 51 | 0,0 | 5.781 | 25,9 |
| 2000 | 870 | 44,3 | 2.811 | 15,1 | 81 | 58,8 | 6.833 | 18,2 |
| 2001 | 1.163 | 33,7 | 3.397 | 20,8 | 129 | 59,3 | 7.482 | 9,5 |
| 2002 | 1.416 | 21,8 | 4.262 | 25,5 | 242 | 87,6 | 8.525 | 13,9 |
| 2003 | 1.621 | 14,5 | 5.163 | 21,1 | 286 | 18,2 | 9.435 | 10,7 |
| 2004 | 2.136 | 31,8 | 5.757 | 11,5 | 325 | 13,6 | 10.533 | 11,6 |
| 2005 | 2.550 | 19,4 | 6.766 | 17,5 | 274 | -15,7 | 11.006 | 4,5 |
| 2006 | 2.757 | 8,1 | 7.592 | 12,2 | 291 | 6,2 | 11.810 | 7,3 |
| 2007 | 2.937 | 6,5 | 8.376 | 10,3 | 347 | 19,2 | 12.236 | 3,6 |
| 2008 | 3.324 | 13,2 | 8.779 | 4,8 | 422 | 21,6 | 12.841 | 4,9 |
| 2009 | 3.671 | 10,4 | 9.948 | 13,3 | 510 | 20,9 | 14.542 | 13,2 |
| 2010 | 3.668 | -0,1 | 10.238 | 2,9 | 706 | 38,4 | 14.895 | 2,4 |
| 2011 | 3.789 | 3,3 | 10.488 | 2,4 | 862 | 22,1 | 15.281 | 2,6 |

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

**TABELA 3**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DA GRADUAÇÃO (1991-2011)**

| ANO | MATRICULADOS | % |
|---|---|---|
| 1991 | 1.565.056 | |
| 1992 | 1.535.788 | -1,9 |
| 1993 | 1.594.668 | 3,8 |
| 1994 | 1.661.034 | 4,2 |
| 1995 | 1.759.703 | 5,9 |
| 1996 | 1.868.529 | 6,2 |
| 1997 | 1.945.615 | 4,1 |
| 1998 | 2.125.958 | 9,3 |
| 1999 | 2.369.945 | 11,5 |
| 2000 | 2.695.927 | 13,8 |
| 2001 | 3.036.113 | 12,6 |
| 2002 | 3.520.627 | 16,0 |
| 2003 | 3.936.933 | 11,8 |
| 2004 | 4.223.344 | 7,3 |
| 2005 | 4.567.798 | 8,2 |
| 2006 | 4.883.852 | 6,9 |
| 2007 | 5.250.147 | 7,5 |
| 2008 | 5.808.017 | 10,6 |
| 2009 | 5.954.021 | 2,5 |
| 2010 | 6.379.299 | 7,1 |
| 2011 | 6.739.689 | 5,6 |

Fonte: MEC/Inep.

**TABELA 4**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DA GRADUAÇÃO POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (1991-2011)**

| ANO | PRIVADA | % | PÚBLICA | % | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 959.320 | 61 | 605.736 | 39 | 1.565.056 |
| 1992 | 906.126 | 59 | 629.662 | 41 | 1.535.788 |
| 1993 | 941.152 | 59 | 653.516 | 41 | 1.594.668 |
| 1994 | 970.584 | 58 | 690.450 | 42 | 1.661.034 |
| 1995 | 1.059.163 | 60 | 700.540 | 40 | 1.759.703 |
| 1996 | 1.133.102 | 61 | 735.427 | 39 | 1.868.529 |
| 1997 | 1.186.433 | 61 | 759.182 | 39 | 1.945.615 |
| 1998 | 1.321.229 | 62 | 804.729 | 38 | 2.125.958 |
| 1999 | 1.537.923 | 65 | 832.022 | 35 | 2.369.945 |
| 2000 | 1.807.219 | 67 | 888.708 | 33 | 2.695.927 |
| 2001 | 2.091.529 | 69 | 944.584 | 31 | 3.036.113 |
| 2002 | 2.434.650 | 69 | 1.085.977 | 31 | 3.520.627 |
| 2003 | 2.760.759 | 70 | 1.176.174 | 30 | 3.936.933 |
| 2004 | 3.009.027 | 71 | 1.214.317 | 29 | 4.223.344 |
| 2005 | 3.321.094 | 73 | 1.246.704 | 27 | 4.567.798 |
| 2006 | 3.632.487 | 74 | 1.251.365 | 26 | 4.883.852 |
| 2007 | 3.914.970 | 75 | 1.335.177 | 25 | 5.250.147 |
| 2008 | 4.255.064 | 73 | 1.552.953 | 27 | 5.808.017 |
| 2009 | 4.430.157 | 74 | 1.523.864 | 26 | 5.954.021 |
| 2010 | 4.736.001 | 74 | 1.643.298 | 26 | 6.379.299 |
| 2011 | 4.966.374 | 74 | 1.773.315 | 26 | 6.739.689 |

Fonte: MEC/Inep.

**TABELA 5**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DA GRADUAÇÃO POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (1991-2011)**

| ANO | PRIVADA | % | PÚBLICA | % | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 959.320 | | 605.736 | | 1.565.056 |
| 1992 | 906.126 | -5,5 | 629.662 | 3,9 | 1.535.788 |
| 1993 | 941.152 | 3,9 | 653.516 | 3,8 | 1.594.668 |
| 1994 | 970.584 | 3,1 | 690.450 | 5,7 | 1.661.034 |
| 1995 | 1.059.163 | 9,1 | 700.540 | 1,5 | 1.759.703 |
| 1996 | 1.133.102 | 7,0 | 735.427 | 5,0 | 1.868.529 |
| 1997 | 1.186.433 | 4,7 | 759.182 | 3,2 | 1.945.615 |
| 1998 | 1.321.229 | 11,4 | 804.729 | 6,0 | 2.125.958 |
| 1999 | 1.537.923 | 16,4 | 832.022 | 3,4 | 2.369.945 |
| 2000 | 1.807.219 | 17,5 | 888.708 | 6,8 | 2.695.927 |
| 2001 | 2.091.529 | 15,7 | 944.584 | 6,3 | 3.036.113 |
| 2002 | 2.434.650 | 16,4 | 1.085.977 | 15,0 | 3.520.627 |
| 2003 | 2.760.759 | 13,4 | 1.176.174 | 8,3 | 3.936.933 |
| 2004 | 3.009.027 | 9,0 | 1.214.317 | 3,2 | 4.223.344 |
| 2005 | 3.321.094 | 10,4 | 1.246.704 | 2,7 | 4.567.798 |
| 2006 | 3.632.487 | 9,4 | 1.251.365 | 0,4 | 4.883.852 |
| 2007 | 3.914.970 | 7,8 | 1.335.177 | 6,7 | 5.250.147 |
| 2008 | 4.255.064 | 8,7 | 1.552.953 | 16,3 | 5.808.017 |
| 2009 | 4.430.157 | 4,1 | 1.523.864 | -1,9 | 5.954.021 |
| 2010 | 4.736.001 | 6,9 | 1.643.298 | 7,8 | 6.379.299 |
| 2011 | 4.966.374 | 4,9 | 1.773.315 | 7,9 | 6.739.689 |

Fonte: MEC/Inep.

**TABELA 6**
**RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO POR PESSOA EM IDADE EDUCACIONAL**
**(BOLÍVIA E CANADÁ)**

| PAÍS | % DO PIB | PIB/PPP EM BILHÕES US$ (2009) | RECURSOS EM EDUCAÇÃO EM BILHÕES US$ | POPULAÇÃO EM IDADE EDUCACIONAL | VALOR APLICADO POR PESSOA EM IDADE EDUCACIONAL (US$) |
|---|---|---|---|---|---|
| Bolívia | 6,4 | 45 | 2,9 | 4.142.335 | 695,00 |
| Canadá | 5,2 | 1.278 | 66,5 | 8.656.329 | 7.731,00 |

Fonte: UNESCO, 2010 e EUA.CIA, 2010. Dados extraídos do estudo de: AMARAL, 2011.

**TABELA 7**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DO EAD**
**(1991-2011)**

| ANO | MATRÍCULAS | % |
|---|---|---|
| 1991 | 0 | |
| 1992 | 0 | |
| 1993 | 0 | |
| 1994 | 0 | |
| 1995 | 0 | |
| 1996 | 0 | |
| 1997 | 0 | |
| 1998 | 0 | |
| 1999 | 0 | |
| 2000 | 1.682 | 0,0 |
| 2001 | 5.359 | 218,6 |
| 2002 | 40.714 | 659,7 |
| 2003 | 49.911 | 22,6 |
| 2004 | 59.611 | 19,4 |
| 2005 | 114.642 | 92,3 |
| 2006 | 207.206 | 80,7 |
| 2007 | 369.766 | 78,5 |
| 2008 | 727.961 | 96,9 |
| 2009 | 838.125 | 15,1 |
| 2010 | 930.179 | 11,0 |
| 2011 | **992.927** | 6,7 |

Fonte: MEC/Inep.

**TABELA 8**
**MATRÍCULAS PRESENCIAIS E EAD (1991-2011)**

| ANO | MATRÍCULAS TOTAIS | MATRÍCULAS PRESENCIAIS | % | MATRÍCULAS EAD | % |
|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 1.565.056 | 1.565.056 | 100 | 0 | |
| 1992 | 1.535.788 | 1.535.788 | 100 | 0 | |
| 1993 | 1.594.668 | 1.594.668 | 100 | 0 | |
| 1994 | 1.661.034 | 1.661.034 | 100 | 0 | |
| 1995 | 1.759.703 | 1.759.703 | 100 | 0 | |
| 1996 | 1.868.529 | 1.868.529 | 100 | 0 | |
| 1997 | 1.945.615 | 1.945.615 | 100 | 0 | |
| 1998 | 2.125.958 | 2.125.958 | 100 | 0 | |
| 1999 | 2.369.945 | 2.369.945 | 100 | 0 | |
| 2000 | 2.695.927 | 2.694.245 | 100 | 1.682 | 0 |
| 2001 | 3.036.113 | 3.030.754 | 100 | 5.359 | 0 |
| 2002 | 3.520.627 | 3.479.913 | 99 | 40.714 | 1 |
| 2003 | 3.936.933 | 3.887.022 | 99 | 49.911 | 1 |
| 2004 | 4.223.344 | 4.163.733 | 99 | 59.611 | 1 |
| 2005 | 4.567.798 | 4.453.156 | 97 | 114.642 | 3 |
| 2006 | 4.883.852 | 4.676.646 | 96 | 207.206 | 4 |
| 2007 | 5.250.147 | 4.880.381 | 93 | 369.766 | 7 |
| 2008 | 5.808.017 | 5.080.056 | 87 | 727.961 | 13 |
| 2009 | 5.954.021 | 5.115.896 | 86 | 838.125 | 14 |
| 2010 | 6.379.299 | 5.449.120 | 85 | 930.179 | 15 |
| 2011 | 6.739.689 | 5.746.762 | 85 | 992.927 | 15 |

Fonte: MEC/Inep.

**TABELA 9**
**EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DA GRADUAÇÃO (1991-2011)**

| ANO | NORTE | % | NORDESTE | % | SUDESTE | % | SUL | % | CENTRO-OESTE | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 51.821 | 3,3 | 247.175 | 15,8 | 880.427 | 56,3 | 287.702 | 18,4 | 97.931 | 6,3 |
| 1992 | 52.230 | 3,4 | 245.741 | 16,0 | 858.372 | 55,9 | 279.315 | 18,2 | 100.130 | 6,5 |
| 1993 | 56.993 | 3,6 | 252.545 | 15,8 | 888.659 | 55,7 | 291.789 | 18,3 | 104.682 | 6,6 |
| 1994 | 64.254 | 3,9 | 264.269 | 15,9 | 916.131 | 55,2 | 304.852 | 18,4 | 111.528 | 6,7 |
| 1995 | 67.118 | 3,8 | 269.454 | 15,3 | 973.448 | 55,3 | 327.130 | 18,6 | 122.553 | 7,0 |
| 1996 | 77.169 | 4,1 | 279.428 | 15,0 | 1.028.297 | 55,0 | 349.193 | 18,7 | 134.442 | 7,2 |
| 1997 | 77.735 | 4,0 | 289.625 | 14,9 | 1.053.281 | 54,1 | 378.566 | 19,5 | 146.408 | 7,5 |
| 1998 | 85.077 | 4,0 | 310.159 | 14,6 | 1.148.004 | 54,0 | 419.133 | 19,7 | 163.585 | 7,7 |
| 1999 | 94.411 | 4,0 | 357.835 | 15,1 | 1.257.562 | 53,1 | 473.136 | 20,0 | 187.001 | 7,9 |
| 2000 | 115.058 | 4,3 | 414.308 | 15,4 | 1.398.039 | 51,9 | 542.705 | 20,1 | 225.817 | 8,4 |
| 2001 | 141.892 | 4,7 | 460.765 | 15,2 | 1.567.621 | 51,6 | 603.916 | 19,9 | 261.919 | 8,6 |
| 2002 | 190.111 | 5,4 | 544.933 | 15,5 | 1.765.242 | 50,1 | 694.736 | 19,7 | 325.605 | 9,2 |
| 2003 | 230.227 | 5,8 | 626.560 | 15,9 | 1.941.555 | 49,3 | 765.500 | 19,4 | 373.091 | 9,5 |
| 2004 | 250.954 | 5,9 | 683.573 | 16,2 | 2.079.092 | 49,2 | 820.442 | 19,4 | 389.283 | 9,2 |
| 2005 | 277.553 | 6,1 | 751.255 | 16,4 | 2.231.375 | 48,9 | 903.330 | 19,8 | 404.285 | 8,9 |
| 2006 | 281.437 | 5,8 | 828.779 | 17,0 | 2.364.644 | 48,4 | 989.288 | 20,3 | 419.704 | 8,6 |
| 2007 | 357.989 | 6,8 | 880.358 | 16,8 | 2.494.950 | 47,5 | 1.065.232 | 20,3 | 451.618 | 8,6 |
| 2008 | 534.736 | 9,2 | 955.663 | 16,5 | 2.653.787 | 45,7 | 1.170.281 | 20,1 | 493.550 | 8,5 |
| 2009 | 396.931 | 6,7 | 1.136.732 | 19,1 | 2.820.543 | 47,4 | 1.057.245 | 17,8 | 541.039 | 9,1 |
| 2010 | 459.134 | 7,2 | 1.244.473 | 19,5 | 2.999.631 | 47,0 | 1.087.871 | 17,1 | 587.906 | 9,2 |
| 2011 | 520.274 | 7,7 | 1.326.656 | 19,7 | 3.110.913 | 46,2 | 1.144.303 | 17,0 | 637.543 | 9,5 |

Fonte: MEC/Inep.

**TABELA 10**
**CONCLUINTES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (1991-2011)**

| Ano | Rondônia | Acre | Amazonas | Roraima | Pará | Amapá | Tocantins | Maranhão | Piauí |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 161 | 218 | 1.144 | 21 | 3.726 | 0 | 239 | 813 | 1.019 |
| 1992 | 462 | 339 | 1.187 | 22 | 3.939 | 0 | 342 | 833 | 1.098 |
| 1993 | 737 | 270 | 1.910 | 48 | 4.920 | 0 | 216 | 1.162 | 1.052 |
| 1994 | 717 | 463 | 1.483 | 88 | 4.162 | 0 | 354 | 1.668 | 992 |
| 1995 | 753 | 463 | 1.382 | 131 | 4.982 | 267 | 459 | 1.567 | 2.264 |
| 1996 | 793 | 396 | 1.512 | 209 | 5.010 | 299 | 637 | 1.824 | 1.409 |
| 1997 | 715 | 509 | 1.913 | 268 | 4.924 | 238 | 975 | 2.197 | 2.761 |
| 1998 | 982 | 463 | 2.329 | 253 | 6.050 | 428 | 975 | 2.771 | 1.793 |
| 1999 | 1.510 | 452 | 2.756 | 284 | 5.958 | 411 | 1.106 | 3.395 | 1.666 |
| 2000 | 1.610 | 503 | 2.306 | 542 | 5.629 | 420 | 1.135 | 3.147 | 1.815 |
| 2001 | 1.586 | 737 | 3.133 | 414 | 6.160 | 395 | 1.470 | 4.210 | 4.944 |
| 2002 | 1.898 | 833 | 3.067 | 375 | 8.456 | 452 | 2.684 | 5.126 | 3.756 |
| 2003 | 2.123 | 885 | 7.881 | 426 | 9.173 | 595 | 2.143 | 9.359 | 7.297 |
| 2004 | 5.587 | 2.571 | 15.080 | 394 | 10.690 | 1.089 | 12.328 | 11.792 | 10.421 |
| 2005 | 5.284 | 918 | 10.645 | 887 | 11.657 | 2.119 | 4.209 | 11.315 | 11.239 |
| 2006 | 5.249 | 1.746 | 11.413 | 1.650 | 12.227 | 2.010 | 4.006 | 10.775 | 10.334 |
| 2007 | 6.615 | 1.909 | 10.502 | 1.428 | 12.304 | 1.833 | 9.674 | 13.251 | 6.002 |
| 2008 | 4.396 | 1.626 | 17.577 | 1.202 | 11.861 | 1.791 | 7.355 | 11.321 | 7.781 |
| 2009 | 6.096 | 3.934 | 14.224 | 2.036 | 18.705 | 2.108 | 7.973 | 11.174 | 11.079 |
| 2010 | 7.151 | 5.405 | 15.246 | 2.211 | 18.790 | 2.655 | 8.036 | 10.445 | 12.573 |
| 2011 | 8.828 | 6.489 | 17.815 | 3.914 | 19.834 | 2.807 | 15.879 | 13.502 | 12.910 |

Fonte: MEC/Inep.

**TABELA 11**
**CONCLUINTES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (1991-2011)**

| ANO | Ceará | Rio Grande do Norte | Paraiba | Pernambuco | Alagoas | Sergipe | Bahia | MG | ES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 4.465 | 2.175 | 4.564 | 9.980 | 1.498 | 1.239 | 5.764 | 25.967 | 2.711 |
| 1992 | 4.126 | 2.205 | 4.324 | 9.699 | 1.719 | 1.099 | 5.082 | 26.407 | 2.785 |
| 1993 | 4.147 | 2.145 | 3.910 | 9.509 | 1.678 | 1.289 | 6.038 | 27.146 | 3.493 |
| 1994 | 4.708 | 2.393 | 4.222 | 8.923 | 1.839 | 1.116 | 6.581 | 27.059 | 3.664 |
| 1995 | 4.656 | 2.649 | 4.434 | 9.187 | 1.964 | 1.154 | 7.065 | 27.540 | 3.813 |
| 1996 | 4.756 | 3.028 | 4.618 | 8.783 | 2.013 | 1.161 | 7.253 | 28.338 | 3.946 |
| 1997 | 5.083 | 3.209 | 4.364 | 8.379 | 2.302 | 1.313 | 8.588 | 30.471 | 3.728 |
| 1998 | 5.724 | 3.073 | 4.670 | 9.117 | 1.853 | 1.471 | 8.920 | 32.786 | 4.285 |
| 1999 | 7.040 | 3.383 | 5.379 | 9.584 | 2.451 | 1.511 | 8.967 | 34.944 | 5.176 |
| 2000 | 7.648 | 3.651 | 4.486 | 10.784 | 2.384 | 1.909 | 11.036 | 36.400 | 6.104 |
| 2001 | 7.237 | 4.998 | 3.967 | 11.678 | 3.213 | 2.579 | 12.076 | 41.737 | 7.536 |
| 2002 | 8.586 | 7.559 | 5.881 | 16.241 | 4.557 | 3.481 | 14.532 | 42.705 | 8.242 |
| 2003 | 9.579 | 7.627 | 6.782 | 14.469 | 4.644 | 3.238 | 13.952 | 49.946 | 10.108 |
| 2004 | 10.721 | 7.718 | 6.776 | 16.474 | 4.989 | 3.785 | 17.223 | 63.302 | 12.614 |
| 2005 | 10.219 | 6.441 | 7.040 | 19.709 | 5.854 | 4.752 | 26.451 | 89.732 | 18.158 |
| 2006 | 10.893 | 7.574 | 7.981 | 19.513 | 6.537 | 5.298 | 30.035 | 85.950 | 15.906 |
| 2007 | 12.436 | 8.139 | 8.919 | 19.410 | 6.116 | 7.134 | 34.210 | 87.439 | 16.825 |
| 2008 | 13.538 | 10.505 | 8.802 | 22.880 | 6.432 | 7.433 | 37.819 | 98.462 | 14.890 |
| 2009 | 15.983 | 11.878 | 8.267 | 24.128 | 11.131 | 8.222 | 51.864 | 103.270 | 17.053 |
| 2010 | 16.829 | 14.361 | 10.418 | 25.981 | 9.534 | 7.378 | 50.170 | 112.203 | 20.349 |
| 2011 | 18.304 | 15.161 | 12.608 | 29.925 | 10.895 | 7.162 | 45.597 | 109.240 | 20.681 |

Fonte: MEC/Inep.

**TABELA 12**
**CONCLUINTES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (1991-2011)**

| ANO | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | PARANÁ | SANTA CATARINA | RIO GRANDE DO SUL | MATO GROSSO DO SUL | MATO GROSSO | GOIÁS | DISTRITO FEDERAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1991** | 31.881 | 86.102 | 16.482 | 6.301 | 16.369 | 2.543 | 1.141 | 5.135 | 4.752 |
| **1992** | 30.941 | 85.091 | 14.895 | 6.472 | 16.446 | 2.562 | 1.407 | 5.119 | 5.687 |
| **1993** | 30.308 | 85.915 | 15.919 | 6.566 | 15.688 | 2.999 | 2.211 | 5.652 | 5.341 |
| **1994** | 28.987 | 89.873 | 15.627 | 7.065 | 16.963 | 3.309 | 2.233 | 5.959 | 5.439 |
| **1995** | 28.504 | 92.095 | 16.832 | 8.144 | 16.376 | 2.997 | 2.673 | 5.932 | 6.118 |
| **1996** | 28.979 | 94.351 | 17.655 | 8.700 | 15.792 | 3.406 | 2.752 | 6.005 | 6.599 |
| **1997** | 29.292 | 97.857 | 18.204 | 9.646 | 17.603 | 3.335 | 2.959 | 7.067 | 6.484 |
| **1998** | 31.443 | 108.590 | 20.117 | 10.462 | 19.144 | 4.231 | 4.277 | 7.761 | 6.793 |
| **1999** | 35.468 | 112.526 | 22.713 | 11.622 | 21.542 | 4.855 | 5.475 | 8.188 | 6.832 |
| **2000** | 35.636 | 127.521 | 25.891 | 12.683 | 22.188 | 5.022 | 5.476 | 9.077 | 7.302 |
| **2001** | 38.245 | 138.333 | 30.567 | 14.575 | 25.686 | 5.590 | 6.225 | 10.299 | 8.529 |
| **2002** | 44.982 | 160.051 | 36.000 | 19.750 | 30.027 | 6.154 | 7.295 | 15.131 | 10.151 |
| **2003** | 50.841 | 172.840 | 43.747 | 23.115 | 32.471 | 7.990 | 8.419 | 18.308 | 14.270 |
| **2004** | 54.596 | 193.250 | 46.713 | 28.645 | 34.162 | 9.330 | 11.763 | 24.036 | 17.314 |
| **2005** | 71.308 | 218.239 | 54.601 | 30.523 | 36.750 | 10.046 | 10.840 | 29.689 | 21.859 |
| **2006** | 74.697 | 218.226 | 66.051 | 41.402 | 40.986 | 11.539 | 11.678 | 26.142 | 22.815 |
| **2007** | 75.568 | 226.516 | 75.101 | 33.517 | 42.163 | 9.984 | 11.198 | 26.574 | 21.844 |
| **2008** | 83.921 | 249.070 | 93.945 | 35.017 | 46.499 | 12.361 | 13.842 | 27.218 | 22.842 |
| **2009** | 82.754 | 286.240 | 75.503 | 44.541 | 60.304 | 16.459 | 15.078 | 24.843 | 24.268 |
| **2010** | 79.191 | 289.266 | 69.049 | 44.098 | 57.274 | 11.046 | 16.293 | 28.802 | 29.085 |
| **2011** | 83.426 | 287.112 | 81.197 | 40.602 | 57.607 | 11.887 | 17.516 | 34.155 | 31.660 |

Fonte: MEC/Inep.

## TABELA 13
## EVOLUÇÃO DOS CONCLUINTES NAS OITO GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO (1991-2011)

| Ano | Educação | % | Humanidades e Artes | % | Ciências Sociais, Negócios e Direito | % | Ciências, Matemática e Computação | % | Engenharia, Produção e Construção | % | Agricultura e Veterinária | % | Saúde e Bem-estar Social | % | Serviços | % | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1991 | 27.347 | 12 | 29.732 | 13 | 93.450 | 40 | 27.818 | 12 | 17.514 | 7 | 5.116 | 2 | 34.066 | 14 | 1.334 | 1 | 236.377 |
| 1992 | 26.177 | 11 | 27.582 | 12 | 95.485 | 41 | 27.985 | 12 | 18.425 | 8 | 5.484 | 2 | 31.813 | 14 | 1.314 | 1 | 234.265 |
| 1993 | 26.150 | 11 | 27.378 | 11 | 98.660 | 41 | 29.007 | 12 | 18.499 | 8 | 5.394 | 2 | 33.554 | 14 | 1.619 | 1 | 240.261 |
| 1994 | 26.130 | 11 | 26.323 | 11 | 100.975 | 41 | 30.175 | 12 | 19.491 | 8 | 5.306 | 2 | 35.687 | 15 | 1.435 | 1 | 245.522 |
| 1995 | 27.116 | 11 | 27.033 | 11 | 104.506 | 41 | 31.596 | 12 | 20.298 | 8 | 5.200 | 2 | 37.355 | 15 | 1.297 | 1 | 254.401 |
| 1996 | 25.739 | 10 | 28.014 | 11 | 108.589 | 42 | 32.615 | 13 | 19.613 | 8 | 5.133 | 2 | 39.162 | 15 | 1.359 | 1 | 260.224 |
| 1997 | 26.442 | 10 | 29.958 | 11 | 111.214 | 41 | 37.072 | 14 | 20.457 | 7 | 5.663 | 2 | 42.042 | 15 | 1.536 | 1 | 274.384 |
| 1998 | 29.885 | 10 | 30.678 | 10 | 124.860 | 42 | 40.538 | 13 | 21.287 | 7 | 6.107 | 2 | 45.327 | 15 | 2.079 | 1 | 300.761 |
| 1999 | 82.518 | 25 | 10.756 | 3 | 129.279 | 40 | 27.244 | 8 | 22.873 | 7 | 6.775 | 2 | 42.693 | 13 | 3.056 | 1 | 325.194 |
| 2000 | 91.089 | 26 | 11.434 | 3 | 139.947 | 40 | 28.882 | 8 | 24.165 | 7 | 7.236 | 2 | 45.900 | 13 | 3.652 | 1 | 352.305 |
| 2001 | 109.179 | 28 | 13.399 | 3 | 151.540 | 38 | 31.201 | 8 | 25.310 | 6 | 7.913 | 2 | 51.849 | 13 | 5.728 | 1 | 396.119 |
| 2002 | 135.916 | 29 | 15.877 | 3 | 174.316 | 37 | 35.670 | 8 | 28.024 | 6 | 8.780 | 2 | 60.363 | 13 | 9.026 | 2 | 467.972 |
| 2003 | 148.740 | 28 | 18.628 | 4 | 201.392 | 38 | 40.325 | 8 | 30.456 | 6 | 9.888 | 2 | 70.487 | 13 | 12.312 | 2 | 532.228 |
| 2004 | 188.945 | 30 | 21.042 | 3 | 237.891 | 38 | 48.667 | 8 | 33.148 | 5 | 10.256 | 2 | 77.868 | 12 | 15.546 | 2 | 633.363 |
| 2005 | 211.153 | 29 | 24.810 | 3 | 278.437 | 38 | 56.436 | 8 | 36.918 | 5 | 11.874 | 2 | 90.610 | 12 | 20.246 | 3 | 730.484 |
| 2006 | 192.476 | 25 | 27.196 | 4 | 306.097 | 40 | 59.859 | 8 | 41.493 | 5 | 13.552 | 2 | 103.950 | 14 | 18.010 | 2 | 762.633 |
| 2007 | 186.890 | 24 | 28.087 | 4 | 315.296 | 40 | 59.048 | 8 | 47.017 | 6 | 15.293 | 2 | 114.056 | 14 | 20.924 | 3 | 786.611 |
| 2008 | 211.563 | 24 | 29.222 | 3 | 354.299 | 41 | 62.098 | 7 | 47.433 | 5 | 16.359 | 2 | 128.435 | 15 | 20.977 | 2 | 870.386 |
| 2009 | 236.625 | 25 | 30.090 | 3 | 386.476 | 40 | 66.977 | 7 | 56.492 | 6 | 18.968 | 2 | 140.998 | 15 | 22.571 | 2 | 959.197 |
| 2010 | 233.258 | 24 | 22.855 | 2 | 411.644 | 42 | 55.860 | 6 | 59.506 | 6 | 18.271 | 2 | 142.843 | 15 | 29.602 | 3 | 973.839 |
| 2011 | 238.597 | 23 | 26.028 | 3 | 430.130 | 42 | 55.971 | 6 | 64.929 | 6 | 19.985 | 2 | 151.696 | 15 | 29.377 | 3 | 1.016.713 |

Fonte: MEC/Inep.

**Dilvo Ristoff**
Professor dos Programas de Mestrado em Administração Universitária e de Gestão e Métodos de Avaliação da Universidade Federal de Santa Catarina. Autor dos livros *Construindo Outra Educação* (2011), *John Updike´s Rabbit at Rest: Appropriating History* (2008), *Neo-realismo e a Crise da Representação* (2003), *Universidade em Foco: Reflexões sobre a Educação Superior* (1999), *Updike´s America* (1988), entre outros. Editor Adjunto da revista *Avaliação*.